



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - DEDC I  
CENTRO DE ESTUDOS EM GÊNERO, RAÇA/ETNIA E SEXUALIDADE  
DIADORIM  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GÊNERO, RAÇA/ETNIA E  
SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO DE EDUCADORAS (ES)**

**CELIO DE SOUZA MOTA**

**A DISCIPLINA “PRÉ-POLICIAL MILITAR” NO CPM ALAGOINHAS: poder disciplinar, relações raciais e de gênero entre alunxs do Ensino Médio (2017 a 2019)**

**Salvador - BA  
2019**

**CELIO DE SOUZA MOTA**

**A DISCIPLINA “PRÉ-POLICIAL MILITAR” NO CPM ALAGOINHAS:** poder disciplinar, relações raciais e de gênero entre alunxs do Ensino Médio (2017 a 2019)

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gênero, Raça/Etnia e Sexualidade na Formação de Educadoras (es) como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista pelo Departamento de Educação - Campus I, da Universidade do Estado da Bahia.

Orientador (a): Profº Marco Antonio Matos Martins

**Salvador - BA  
2019**

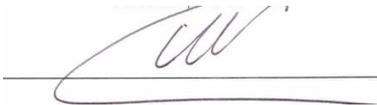
## CELIO DE SOUZA MOTA

**A DISCIPLINA “PRÉ-POLICIAL MILITAR” NO CPM ALAGOINHAS:** poder disciplinar, relações raciais e de gênero entre alunxs do Ensino Médio (2017 a 2019)

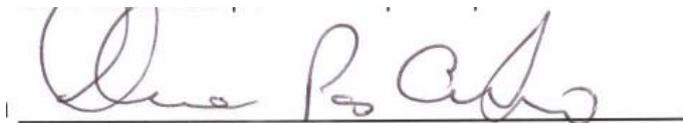
Monografia submetida à aprovação da Banca Examinadora, como requisito para a obtenção do título de Especialista pelo Departamento de Educação - Campus I, da Universidade do Estado da Bahia.

Aprovada em: 26/09/2019

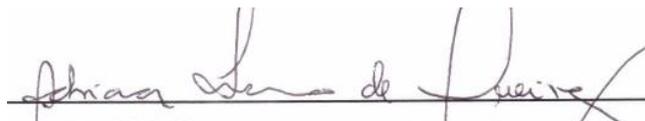
Banca Examinadora:



Profº Marco Antonio Matos Martins – Orientador  
Universidade do Estado da Bahia – UNEB



Profª Claudia Pons Cardoso  
Universidade do Estado da Bahia – UNEB



Profª Adriana Franco de Queiroz  
Universidade Federal da Bahia - UFBA

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por conceder o sopro de vida e a sabedoria de entender que a minha existência depende do outro e, assim, não devo fazer acepção de pessoas, mas vê-las como partícipes do mesmo corpo cósmico;

Aos meus pais pelo amor e pelos ensinamentos;

À minha esposa amada pelo apoio e ao meu filho querido, que, pacientemente, entenderam a importância do tempo dedicado a este trabalho;

A toda comunidade escolar do Colégio da Polícia Militar Professor Carlos Rosa, notadamente, Ten Cel PM Ronaldo Santos Menezes, Diretor Geral, Maj PM Maia, Diretor Adjunto, que permitiram a coleta de dados, a Cap PM Renilce, Chefe do Corpo de Alunos, Cap PM Iane, Chefe da CDE, que, gentilmente, cederam as informações necessárias à consecução desse trabalho;

Ao meu orientador Prof<sup>o</sup> Marco Antonio Matos Martins pelas sugestões e críticas ao texto sem as quais a missão seria mais árdua; e a todos docentes do CEGRESFE;

Aos professores e professoras do CPM que responderam com sinceridade aos questionários e a Coordenadora Pedagógica Prof<sup>a</sup> Ms. Tânia Regina pela atenção e intermediação junto ao corpo docente;

Aos alunos do CPM e CELNB por participarem da pesquisa;

À Diretora do Colégio Estadual Luiz Navarro de Brito, Prof<sup>a</sup> Ms. Jocélia Novaes Gonçalves pela gentileza em permitir a pesquisa junto aos discentes daquele colégio;

Aos colegas e as colegas do curso de especialização pelo convívio, amizade sincera e generosidade;

Agradeço, por fim, a todos e todas que direta ou indiretamente contribuíram para a produção deste trabalho.

## RESUMO

Este trabalho busca analisar a percepção de alunxs e ex-alunxs do 3º Ano do Ensino Médio do CPM Professor Carlos Rosa sobre a disciplina pré-policia militar - enquanto estrutura de poder disciplinar - e sua influência sobre as relações étnico-raciais e de gênero entre xs discentes. A pesquisa teve como objetivo compreender de que forma o poder disciplinar arraigado na disciplina militar e na cultura escolar de um Colégio da Polícia Militar, ao normatizar e homogeneizar condutas, impacta nas relações étnico-raciais e de gênero e como isso afeta no rendimento dos discentes nas provas do ENEM. É um trabalho de cunho antropológico, assim, considerando a natureza do objeto, utilizou-se do recurso da etnografia, sob a égide da “descrição densa”, tendo como abordagem metodológica a pesquisa participante. Utilizou-se ainda, como método de coleta de dados, a aplicação de questionários com professores(as) e alunxs do CPM e do CELNB, além de entrevistas com ex-alunxs do CPM Professor Carlos Rosa, a análise de documentos, inclusive, fazendo um comparativo da percepção das relações raciais e de gênero de ambos os colégios. A pesquisa apontou que o poder disciplinar militar ao tempo que homogeneiza, também individualiza comportamentos, revelando resistências às normatizações. Assim, a matéria pré-policia militar, responsável por disseminar a cultura militar, concomitantemente disponibiliza as ferramentas para o desenvolvimento do espírito crítico. Diante disso, pode-se concluir que a disciplina militar adotada no Colégio CPM Professor Carlos Rosa, segundo a percepção dos discentes e docentes, não reforça as desigualdades de raça e de gênero, embora ambigualmente demarque a concepção de gênero normatizada pela sociedade através do uniforme, cabelo, adereço, maquiagem etc. Pôde se observar ainda que a disciplina e a sensação de segurança são variáveis que contribuem para o sucesso dos discentes no ENEM, entretanto, são insuficientes para dar conta dos problemas estruturais da educação e marcados por circunstâncias históricas.

Palavras-chave: poder disciplinar militar, raça, gênero.

## **ABSTRACT**

This paper seeks to analyze the perception of CPM Professor Carlos Rosa's 3rd Year High School students and alumni about military pre-police discipline - as a structure of disciplinary power - and its influence on ethnic-racial and gender relations between the students. The research aimed to understand how the disciplinary power rooted in the military discipline and school culture of a Military Police College, by standardizing and homogenizing conduct, impacts on ethno-racial and gender relations and how it affects student performance in schools ENEM evidence. It is an anthropological work, so, considering the nature of the object, we used the resource of ethnography, under the aegis of "dense description", having as methodological approach the participatory research. It was also used as a method of collecting questionnaires with teachers and students of CPM and CELNB, as well as interviews with former students of CPM Professor Carlos Rosa, document analysis, including a comparison of the perception of race relations and of gender from both colleges. The research pointed that the military disciplinary power at the same time homogenizes, also individualizes behaviors, revealing resistances to the norms. Thus, the military pre-police matter responsible for disseminating military culture concomitantly provides the tools for the development of the critical spirit. Given this, it can be concluded that the military discipline adopted at the CPM Professor Carlos Rosa College, according to the perception of students and teachers, does not reinforce race and gender inequalities, although ambiguously demarcates the concept of gender standardized by society through uniform, hair, prop, makeup etc. Thus, it was also observed that discipline and a sense of security are variables that contribute to the success of students in ENEM, however, they are insufficient to account for the structural problems of education and marked by historical circumstances.

Keywords: military disciplinary power, race, gender.

## LISTA DE TABELAS

|  |     |
|--|-----|
| Tabela 01 - Distribuição percentual, por classes de rendimento real efetivo domiciliar per capita (salário mínimo) (%) (2017). | 75  |
| Tabela 02 - Demonstrativo de alunos inscritos na seleção em relação ao nº de vagas oferecidas.                                 | 102 |
| Tabela 03 - Demonstrativo de alunos inscritos na seleção em relação ao nº de vagas oferecidas.                                 | 103 |
| Tabela 04 - Ranking Nacional e Estadual do CPM Professor Carlos Rosa no ENEM – questões e redação.                             | 103 |
| Tabela 05 – Desempenho do CPM Prof. Carlos Rosa na Prova Brasil- 9º Ano do Ensino Fundamental.                                 | 104 |
| Tabela 06 - Demonstrativo de alunos (as) do 3º Ano do Ensino médio.  | 105 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|  |     |
|--|-----|
| Gráfico 1 – Discentes que presenciaram alguém ser punido disciplinarmente por preconceito (%) – CPM.   | 54  |
| Gráfico 2 – Avaliação da influência da disciplina Instrução Militar no currículo % - CPM.              | 67  |
| Gráfico 3 – Avaliação da influência da disciplina Instrução Militar no currículo % - Ex-discentes CPM. | 68  |
| Gráfico 4– Avaliação da importância do CPM para a vida do discente no futuro % - CPM.                  | 68  |
| Gráfico 5 – Contribuição da disciplina militar para a vida profissional % - CPM.                       | 68  |
| Gráfico 6– Contribuição da disciplina militar no processo ensino/aprendizado % - Docentes CPM.         | 70  |
| Gráfico 7 – Autodeclaração da raça (critério IBGE) % - CPM.  | 73  |
| Gráfico 8 – Orientação sexual % - CPM.   | 74  |
| Gráfico 9 – Renda familiar % - CPM.  | 74  |
| Gráfico 10 – Origem escolar antes de ingressar no CPM % mínimo) (%) (2017).                            | 74  |
| Gráfico 11 - Estudantes vítimas de preconceito % - CPM.  | 77  |
| Gráfico 12 – Discentes que presenciaram algum tipo de preconceito % - CPM.                             | 77  |
| Gráfico 13 – O regime disciplinar do CPM aumenta preconceito % - CPM.                                  | 80  |
| Gráfico 14 – O regime disciplinar do CPM aumenta preconceito % - CPM.                                  | 82  |
| Gráfico 15 – Amostra de Raça e gênero do corpo docente do 3º Ano EM % - CPM.                           | 83  |
| Gráfico 16 – Nível educacional e tempo de serviço do corpo docente do 3º Ano do EM % - CPM.            | 83  |
| Gráfico 17 – Renda familiar corpo discente do 3º Ano do EM - CELNB e CPM %.                            | 86  |
| Gráfico 18 – Beneficiários de programas sociais (Bolsa família) 3º Ano do EM - CELNB e CPM %           | 86  |
| Gráfico 19 – Raça 3º Ano do EM - CELNB e CPM %   | 86  |
| Gráfico 20 – Orientação sexual 3º Ano do EM - CELNB e CPM %  | 87  |
| Gráfico 21 – Gênero 3º Ano do EM - CELNB e CPM %   | 87  |
| Gráfico 22 – Vítimas de preconceito 3º Ano do EM - CELNB e CPM %                                       | 88  |
| Gráfico 23 – Estudantes que presenciaram preconceito 3º Ano do EM - CELNB e CPM %                      | 88  |
| Gráfico 24 – Filiação de estudantes 3º Ano do EM - CPM %   | 96  |
| Gráfico 25 – Avaliação do ensino no CPM %  | 105 |

## LISTA DE FIGURAS

|   |     |
|---|-----|
| Figura 1 – Corpo Feminino   | 46  |
| Figura 2 – Corpo masculino  | 47  |
| Figura 3 – Fotografia do evento no CPM Candeias   | 89  |
| Figura 4– Fotografia do evento no CPM Candeias – palestrantes e discentes.              | 89  |
| Figura 5 – Fotografia da professora que foi agredida por discente durante aula.         | 111 |
| Figura 6 – Nota de esclarecimento sobre acidente automobilístico envolvendo aluno CPM.  | 116 |
| Figura 7 – CPM Alagoinhas realiza palestras sobre combate ao abuso e exploração sexual. | 117 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|        |  |
|--------|--|
| CEPA   | - Colégio Estadual Polivalente de Alagoinhas                             |
| CELNB  | - Colégio Estadual Luiz Navarro de Brito                                 |
| CPM    | - Colégio da Polícia Militar   |
| CPMBA  | - Colégios da Polícia Militar da Bahia                                   |
| ENADE  | - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes                            |
| ENEM   | - Exame Nacional do Ensino Médio   |
| EPM    | - Estatuto dos Policiais Militares do Estado da Bahia                    |
| IBGE   | - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                        |
| IDEB   | - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica                           |
| INEP   | - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira |
| LDB    | - Lei de Diretrizes e Bases da Educação                                  |
| MEC    | - Ministério de Educação e Cultura                                       |
| NTE    | - Núcleo Territorial de Educação   |
| PCN    | - Parâmetros Curriculares Nacionais                                      |
| SENASP | - Secretaria Nacional de Segurança Pública                               |

## LISTA DE ANEXO

|  |     |
|--|-----|
| <b>ANEXO 01</b> – Uniformes do CPM.                              | 129 |
| <b>ANEXO 02</b> – Receita para funcionamento de Unidade Escolar. | 131 |
| <b>ANEXO 03</b> – Matriz curricular unificada do Ensino Médio.   | 136 |

## LISTA DE APÊNDICE

|  |     |
|--|-----|
| <b>APÊNDICE 01</b> - Questionário sobre o Ensino Médio – Alunxs CELNB.       | 137 |
| <b>APÊNDICE 02</b> - Questionário sobre o Ensino Médio – Alunxs CPM.         | 139 |
| <b>APÊNDICE 03</b> – Questionário para os Professorxs do Ensino Médio – CPM. | 141 |

## SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....   | 9   |
| <b>1 O ENSINO MILITAR E A CRIAÇÃO DO COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR: a invasão de um espaço</b> .....                               | 16  |
| 1.1 – O ensino militar no Brasil: breve esboço.....   | 16  |
| 1.2 – A fundação do Colégio Militar da Bahia: a entrada do ensino militar secundário na capital do Estado.....                  | 20  |
| 1.3 – De escola estadual Professor Carlos Rosa a CPM: apontamentos.....   | 26  |
| <b>2 NORMATIZANDO COMPORTAMENTOS: o poder disciplinar no Regulamento Disciplinar do CPM</b> .....                               | 30  |
| 2.1 Estrutura administrativa do Colégio da Polícia Militar.....   | 32  |
| <b>3 PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR DA RELAÇÃO ENTRE PODER DISCIPLINAR, RAÇA E GÊNERO: controle e resistência</b> .....        | 42  |
| 3.1 O poder disciplinar no Regulamento Disciplinar CPM: normatização de comportamentos dos sujeitos.....                        | 42  |
| 3.2 – Instrução pré-policial militar: ensinando norma e instrumentalizando resistência.....                                     | 55  |
| 3.3 – A percepção da comunidade escolar da disciplina “pré-policial militar”: relações raciais e de gênero em perspectiva ..... | 71  |
| <b>4 RENDIMENTO DOS EX-DISCENTES DO CPM ALAGOINHAS NO ENEM: singularidades do CPM em questão</b> .....                          | 91  |
| 4. 1 – CPM Alagoinhas rompendo a cultura do medo e instalando a cultura da paz.....   | 107 |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....   | 118 |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....   | 121 |
| <b>ANEXOS</b> .....   | 128 |
| <b>APENDICES</b> .....  | 136 |

## 1 – INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objeto analisar a percepção de alunxs<sup>1</sup> e ex-alunxs do 3º Ano do Ensino Médio do CPM Professor Carlos Rosa sobre a disciplina “pré-policial militar”<sup>2</sup> - enquanto estrutura de poder disciplinar - e sua influência sobre as relações étnico-raciais e de gênero entre os discentes. O desiderato é analisar o poder disciplinar arraigado nesse componente curricular<sup>3</sup> e na cultura escolar<sup>4</sup> de um Colégio da Polícia Militar, buscando igualmente discutir a normatização e homogeneização de condutas e seu impacto no rendimento dxs discentes nas provas do ENEM.

Essa problemática surge a partir de dois fenômenos: o destaque dxs ex-alunxs dos Colégios da Polícia Militar da Bahia – como também em todo o território nacional - nos exames de avaliação do ensino básico do IDEB, notadamente, o ENEM, e, por outro lado, a discussão em torno da “disciplina militar” nas escolas, enquanto mitigadora do senso crítico e da liberdade de expressão das múltiplas identidades.

Segundo Junqueira (2011, p. 75-76),

a escola tornou-se um espaço em que rotineiramente circulam preconceitos que colocam em movimento discriminações de diversas ordens: classismo, racismo, sexismo, heterossexismo, homofobia e outras formas de gestão das fronteiras da normalidade fazem parte da cotidianidade escolar.

Assim, para esse autor os “processos de configuração de identidades e hierarquias sociais nas escolas também estão relacionados à desigualdade na distribuição *social* do ‘sucesso’ e do ‘fracasso’ educacionais” (JUNQUEIRA, 2011, p. 89). Deste modo, seria previsível que cotidianos preconceituosos “desfavoreçam o rendimento das pessoas que são alvo de preconceito e discriminação direta” (JUNQUEIRA, 2011, p. 89-90).

<sup>1</sup> O Português, assim como outros idiomas, é tradicionalmente excludente no que tange a questão de gênero, dessa forma, optamos pelo uso do “x” nos substantivos comuns, como designativo comum para o masculino e o feminino.

<sup>2</sup> Aqui se denomina “pré-policial militar” componente curricular da rede CPM da Bahia denominada Instrução Militar, conforme preconiza o Regimento Interno dos Colégios da PMBA, estabelecido pela Diretriz Educacional Nº 001, de 15 de janeiro de 2016.

<sup>3</sup> Pré-policial militar é como denomino o componente curricular Instrução Militar integrante da parte diversificada do currículo dos discentes da rede dos Colégios da Polícia Militar da Bahia do nível fundamental II e nível médio.

<sup>4</sup> Entende-se cultura escolar como “[...] um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) [...]” (JULIA, 2001, p. 10).

As escolas cívico-militares<sup>5</sup>, como é o caso dos CPMBA, têm sofrido severas críticas em seu modelo educacional. Sobretudo no tocante ao cerceamento da liberdade de expressão e no reforço das hierarquias sociais que solapam o pensamento crítico. Parte dessa crítica, ao que parece, é herdada da representação que se faz da atuação das Polícias Militares no Brasil.

Como é público e notório, as forças de segurança pública, elencadas no artigo 144 da Constituição Federal, têm sido apontadas por movimentos sociais, ativistas e mídias em geral de praticar um “genocídio da população negra” (FRO, 2015), notadamente, a Polícia Militar, portanto, são acusadas de trilhar o caminho do racismo institucional, inclusive, na Bahia (PELEGRINO, 2015). Este fato tem sobremaneira afetado o imaginário coletivo, contribuindo para uma imagem negativa da força policial, sobretudo, herdeira de uma memória dos anos da ditadura civil-militar.

O Regimento Escolar dos CPMBA, em seu artigo 5º, elenca em seu inciso VI, como um de seus objetivos: proporcionar a formação integral do discente, **despertando-lhe o gosto e a vocação para a carreira militar na Corporação através da Instrução Policial Militar e de outros componentes curriculares e atividades cívico-militares pedagógicas;** (grifo nosso)<sup>6</sup>. Deste modo, em tese, futuros policiais militares poderão ser egressos do CPM. Sendo assim, o Colégio da Polícia Militar reforça as hierarquias raciais e de gêneros além de outras Instituições educacionais? Quais variáveis que contribuem para o rendimento dxs alunxs do CPM no ENEM? O CPM Professor Carlos Rosa, integrante da rede pública estadual de ensino e administrado pela PMBA reforça na ambiência escolar do nível médio as hierarquias sociais? Que papel a disciplina, a cultura militar<sup>7</sup> e uma possível construção de uma identidade militar afeta as relações raciais e de gêneros? Esse cotidiano da “cultura militar” favorece ou desfavorece as relações na comunidade

---

<sup>5</sup> Não é objeto da pesquisa analisar os projetos do atual governo estadual e federal – através do MEC - que versam sobre a implantação de gestão compartilhada entre forças militares e escolas e colégios municipais, em virtude da limitação do objeto desta investigação.

<sup>6</sup> PMBA. DIRETRIZ EDUCACIONAL Nº 001, DE 15 DE JANEIRO DE 2016.

<sup>7</sup> Cultura adjetivada com o termo militar recebe uma série de questionamento para entendermos as suas especificidades. É a partir da aproximação das possíveis respostas que delinearemos a nossa noção de cultura militar. Então, termos como tradição, patriotismo, disciplina e hierarquia, culto aos símbolos nacionais são elementos constituintes, dentre outros, que distingue essa cultura de outras. Assim Alves (2002, p. 2) propõe as seguintes: “Uma premissa geral, a nosso ver, deve ser enfrentada, mesmo que ainda de forma preliminar. Trata-se da própria noção de cultura militar. Que atributos podem ser considerados próprios dessa cultura? Quais seriam seus traços distintivos em relação a outras culturas, tais como a religiosa? Em que medida é possível atribuir-lhe alguma unidade? Que dimensões se entrelaçam na construção de sua historicidade?”.

escolar? Como essas relações cotidianas afetam o rendimento escolar? Esse conjunto de indagações constituem os eixos de interesse de nossa pesquisa.

Acompanhando a rede CPM da PMBA – da qual quatorze colégios figuram entre os quinze colégios da rede estadual mais bem ranqueados no ENEM 2017<sup>8</sup> -, os (as) alunxs do CPM Professor Carlos Rosa têm demonstrado um bom desempenho nos programas de avaliação da educação básica, notadamente os do Ensino Fundamental II e Ensino Médio – Prova Brasil e ENEM, respectivamente - proposto pelo governo federal através do INEP, sendo que entre 2011 e 2015, o CPM Professor Carlos Rosa passou da 15ª posição para 9ª classificação no ENEM.<sup>9</sup> Para entender esse fato é preciso identificar as variáveis que podem influenciar no rendimento dxs alunxs nas avaliações do ENEM. Outrossim, é fundamental para a pesquisa conhecer as experiências de alunxs e ex-alunxs que tenham sofrido influência positiva ou negativa com a disciplina “pré-policia militar” e seus impactos nas relações raciais e de gênero, entrelaçando com a percepção dos docentes, gestores e funcionários no que tange ao poder disciplinar na normatização, regulação e homogeneização de comportamento com vistas a tornar os discentes “úteis e produtivos”.

Portanto, o objetivo é problematizar a questão por meio de levantamento de dados junto à comunidade escolar. Mesmo sabendo da impossibilidade da “verdade real” busca-se trazer à baila pelo menos uma “verdade referenciada” com base na análise de documentos, jornais, sites de notícias, de pesquisa seriada, dos testemunhos colhidos através das entrevistas e na observação participante. Deste modo, foi usado como método de coleta questionário para todos os alunos do Ensino Médio do CPM Professor Carlos Rosa no total de 52 (cinquenta e dois alunxs).<sup>10</sup> Foi também utilizado questionário (sem identificação) para os (as) professorxs do Ensino Médio, contudo apenas 11 (onze) se dispuseram a responder. Foram entrevistadxs e submetidos a questionários semelhantes 11 (onze) ex-

---

<sup>8</sup> Disponível em <portal.inep.gov/enem-por-escola> Acesso em: 17 set 2017; Disponível em <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/das-100-escolas-com-maior-nota-media-no-enem-2015-97-sao-privadas.ghtml>> Acesso em: 17 set 2017.

<sup>9</sup> Ibidem.

<sup>10</sup> Adotou-se a estratégia de não exigir a identificação e nem a turma dos discentes para que as respostas fossem mais espontâneas, conforme se vê no modelo em apenso a esta monografia. Os questionários tiveram como objetivo fornecer dados que pudessem ser seriados e depois confrontados com as informações colhidas através das entrevistas, observação participante, jornais e outras fontes. Assim, buscou-se dialogar com fontes quantitativas e qualitativas para consubstanciar o produto da presente pesquisa.

discentes do CPM Professor Carlos Rosa que concluíram o Ensino Médio naquele colégio cívico-militar.<sup>11</sup> Aplicou-se igualmente questionário semelhante a 65 (sessenta e cinco) estudantes do CELNB para fazer um estudo comparativo das percepções sobre as relações raciais e de gênero nos respectivos colégios.

O caminho escolhido para essa análise é a etnografia, pois permite combinar uma série de fontes e métodos de coleta, possibilitando uma análise do cotidiano escolar, tão diverso e plural, calcada na interação entre o teórico e o empírico a partir da observação dos diferentes agentes sociais daquele Colégio. Adotou-se ainda como abordagem metodológica para a investigação do problema a Pesquisa Participante, pois pressupõe o entrelaçamento pesquisador/pesquisado, a imersão no lócus daquela comunidade escolar, tendo em vista que o pesquisador deste trabalho faz parte da comunidade na condição de pai de aluno e professor desde 2013, o que permitiu uma observação acurada dos meandros do cotidiano escolar.

Ainda como estratégia metodológica, adotamos para a reflexão a noção de cotidiano cunhada por Certeau (2005). Para Ribeiro (2004), o ambiente escolar e as construções de representações sociais afetam o processo aprendido / ensino / aprendido. Destarte, o espaço físico não é neutro, por conseguinte, “a sua estrutura e as significações simbólicas determinam, em grande parte, as experiências da criança, seu aprendizado e desenvolvimento” (RIBEIRO, 2004, p. 108). Portanto, o espaço deve ser motivador para contribuir para a afetividade, acessibilidade e a autonomia do corpo discente, pois a aceitação é pedra basilar para segurança e a construção do sentimento de pertencimento. Assim, tais espaços trilham pelo caminho das relações de poder simbolizadas no espaço escolar e seus reflexos no processo educacional.

Silva e Melo (2011) sugerem que a educação participa da construção das múltiplas identidades pessoais, correlacionando diversos marcadores sociais, dentre eles a identidade de raça e de gênero. Assim, um conceito muito caro a presente pesquisa é o da interseccionalidade, conforme Crenshaw (2012), pois critica as dissensões estabelecidas entre os processos de opressões e práticas de discriminações raciais, de gênero e sexualidade. Ademais, pensar a partir dessa

---

<sup>11</sup> Esses (as) estudantes concluíram o Ensino Médio em 2017 e 2018, sendo a maioria em 2018. Tendo vista que não possuíam mais vínculos com o CPM Professor Carlos Rosa as entrevistas e os questionários sem identificação a princípio fluíram com espontaneidade, a exemplo dos questionários aplicados com os (as) alunxs do Ensino Médio ainda em curso no CPM. Foram escolhidos aleatoriamente e a partir da disponibilidade de cada um.

perspectiva permite uma melhor compreensão dos fenômenos sociais, possibilitando problematizar como raça e gênero atua simultaneamente.

Deste modo, as realidades sociais ganham uma dinâmica que afloram diferenças dentro das diversidades dos marcadores sociais que estão sobrepostos, permitindo problematizar as demarcações das estratificações a partir da normatividade sexual, de gênero, raça, classe, geracional etc. Portanto, a interseccionalidade admite se debruçar sobre a intersecção dos signos que marcam os corpos e incidem nas relações de poder, demonstrando que tais diferenças se calcam em construções sociais e históricas para justificar o domínio e, conseqüentemente, provocar a resistência. Assim sendo, não se pode olvidar deste conceito para entender como xs alunxs do 3º Ano percebem as relações de raça e gênero em um ambiente escolar onde o poder disciplinar está presente, sobretudo, o de cunho militar.

Entende-se ainda que o ambiente escolar é um espaço onde o “naturalizado” pode ser confrontado por pedagogias que promovam resignificações, reelaborações, “diálogos e modos de ser, ver, classificar e agir mais criativos”, desconstruindo essencialismos e positivando o considerado dissidente, inclusive, questionando o motivo de ser silenciado. Para tanto, é preciso que o(a) educador(a) conheça as vivências de seus alunxs para torná-lxs protagonistas de suas histórias e maculadores dos espaços de opressão. O “círculo cultural”<sup>12</sup> e o cotidiano escolar são palcos de lutas que envolvem toda comunidade escolar, onde o(a) educador(a) exerce papel preponderante. Compreender sua visão sobre a disciplina “pré-policia militar” é basilar para construir uma perspectiva de educação que se pretenda emancipadora, mas que não olvide do “sucesso” escolar. Destarte, instrumentalizar discentes com ferramentas que os possibilitem tornarem cidadãos e cidadãs protagonistas da sua própria história é um grande desafio.

No tocante ao arcabouço teórico a pesquisa se apoia ainda na lição de Gertz, sobretudo em sua noção etnográfica denominada de descrição densa. Segundo o autor, a descrição densa serve para “traçar curva do discurso social: fixá-lo numa forma inspecionável” (GERTZ, 1978, p. 13). Deste modo, o antropólogo busca anotar e registrar fatos que continuam a existir após ter acontecido. Na

---

<sup>12</sup> Expressão cunhada por Paulo Freire para designar sala de aula.

verdade, se trata, portanto, de um relato da e na pesquisa de campo. Deste modo, a etnografia de Geertz coaduna com os objetivos propostos pela pesquisa.

Dialogando com Foucault (1987), especialmente, através do conceito de poder disciplinar, pretende-se analisar a cultura e a disciplina militar presente no CPM Professor Carlos Rosa para verificar seus impactos nos “círculos culturais” e seus reflexos nas condutas previstas, notadamente, no tocante ao domínio do corpo que aparecem nas relações raciais e de gênero. Deste modo, a vigilância do poder disciplinar constrói determinada concepção de sujeito, submetido que está à normatividade construída pela sociedade. De outro lado, esse processo, como aponta Foucault, perpassa por estratégias e estabelecimento de regras de conduta e condução de probabilidades para obter a ordem e a produtividade. Segundo Libâneo (2019, p. 18), “o saber está, pois, comprometido com o poder, sendo que essas relações de poder estão onipresentes, exercidos nas mais variadas instâncias como a família, a escola, a sala de aula”. Essa perspectiva permite articular a análise do poder disciplinar e as relações entre identidade/diferença, relações de gênero/raça/sexualidade, na percepção dos discentes, isto é, a partir das suas subjetividades.

Há uma carência de trabalhos que discuta o papel da componente curricular Instrução Militar no rendimento dos estudantes do ensino médio da rede CPM da PMBA, bem como os impactos da disciplina militar<sup>13</sup> nas relações raciais e de gênero. Assim, a pesquisa tem como escopo contribuir para o debate acadêmico sobre essas incógnitas, sem, contudo, pretender esgotá-las, mas sugerir caminhos para futuras pesquisas mais abalizadas. Outrossim, o estudo das variáveis que influenciam o destaque dos CPMBA nas avaliações do INEP pode, certamente, contribuir para construir um diálogo promissor com outras escolas da rede pública, mormente, no tocante o respeito à diversidade e seus impactos no rendimento escolar.

Deste modo, se verificará como o poder disciplinar – proposto por Foucault – se materializa na cultura militar e suas influências nas relações de gênero no Colégio da Polícia Militar Professor Carlos Rosa. Aqui se entende cultura militar como um

---

<sup>13</sup> A disciplina militar é, pois, a obediência pronta, inteligente, espontânea e entusiástica às ordens do superior. Sua base é a subordinação voluntária do indivíduo à missão do conjunto, do qual faz parte. A disciplina é o espírito da unidade militar. Cf. EXÉRCITO BRASILEIRO. **Portaria nº 079-EME, de 13 de julho de 2000. Manual de Campanha C 22-5 – Ordem Unida**, 3ª Edição, 2000, p. 1-3.

qualificativo para designar “valores inerentes à Instituição Militar, como, por exemplo, o patriotismo, a hierarquia, a disciplina, a bravura, e a honra” (JESUS, 2011, p. 68). Neste singular, segundo Jesus (2011, p. 68), esses valores “representam verdadeiros símbolos de virilidade, os quais devem estar presentes nas Forças Armadas e, conseqüentemente, em suas escolas de formação”.

Para tanto, é necessário contextualizar a transformação do Colégio Professor Carlos Rosa em Colégio da Polícia Militar e com a disciplina já existente naquele colégio se integra à disciplina policial militar. Neste diapasão, o primeiro capítulo apresenta um breve histórico do Colégio da PMBA, traçando suas singularidades em comparação aos Colégios Militares do Exército e seus congêneres, coadunando com as especificidades do “ensino militar” e o que é praticado no CPM Alagoinhas. Interessa neste capítulo discutir como e porque surgiram os colégios militares e cívico-militares.

No segundo capítulo será analisado o conceito de poder disciplinar de Michael Foucault e sua presença no Regimento Interno dos CPM, buscando verificar como ocorre a construção da normatização dos comportamentos e das condutas esperadas de um aluno CPM e de que forma isso pode impactar nas relações raciais e de gênero. Essa análise é imprescindível para entender as percepções dos discentes.

No terceiro capítulo buscaremos levantar as percepções dxs alunxs e ex-estudantes sobre o componente curricular “pré-policia militar” e a cultura militar do CPM na construção de suas identidades de gênero e raça. Visa, portanto, verificar em que medida a disciplina militar influencia a percepção desses marcadores sociais, tanto por uma “objetivação e subjetivação” do sujeito. No último capítulo se correlacionará a percepção dxs alunxs e as variáveis que podem influenciar no seu rendimento no ENEM. Ademais, serão discutidas as principais argumentações em oposição aos colégios cívico-militares que aparecem na mídia e verificar em que medida são aplicáveis à realidade do CPM Professor Carlos Rosa.

## 1 O ENSINO MILITAR E A CRIAÇÃO DO COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR: a invasão de um espaço.

*Numa frase de Ruy foi inspirada  
A razão principal o nosso lema  
“A pena desbrava o campo à espada”  
E se irmanam formando nosso emblema  
Trecho da Canção CPM*

### 1.1 – O ensino militar no Brasil: breve esboço

Quando se pensa em Colégio da Polícia Militar de imediato se associa a uma educação militar. Mas o que é ensino militar? Como surgiu no Brasil e com quais finalidades? Como a educação militar se insere nos cursos “secundários”? Como surge o Colégio da Polícia Militar da Bahia? Quais as suas singularidades em relação aos Colégios Militares do Exército?

Segundo Nogueira (2014, p. 148),

O processo educacional do Exército passou por várias fases. Numa primeira fase germinal, encontra-se no período anterior à vinda da Família Real ao Brasil (1699 a 1808), onde o ensino era precário e improvisado. A chegada da Corte Portuguesa e da Família Real em janeiro de 1808, demandou o planejamento de uma reestruturação do Exército, visando uma força militar mais eficiente e menos “amadora”. Nesse período foi criada a Real Academia, onde funcionavam, concomitantemente, cursos eminentemente militares e cursos de engenharia. Nesse contexto, a origem do ensino militar no Brasil é bastante antiga, e remonta ao fim do século XVII.

Está claro que a preocupação era a formação de militares para conquista e conservação do território ocupado pelo Império Português. Com a fuga da corte portuguesa para o Brasil houve uma remodelação no ensino militar no Brasil, fruto, sobretudo, do contexto de conflitos que envolviam Portugal e a França. Assim, em 1810 foi criada a Real Academia de Guardas-Marinha no Convento de São Bento, no Rio de Janeiro, com a finalidade de instruir os futuros oficiais militares para serem capazes de “dar sustentabilidade a um Exército forte e eficiente, nos moldes dos exércitos europeus.” (NOGUEIRA, 2014, p. 152-3).

Com os movimentos sociais e políticos que ocorreram na formação do Estado brasileiro no início do século XIX, a Academia Militar vai adaptando suas finalidades e modificando, conseqüentemente, suas denominações. Segundo Rodrigues (2008, p. 59),

uma parcela da oficialidade do Exército era formada na Escola Militar da Capital Federal (1889 –1898), local que continuava a ser um centro militar de estudos de matemática, de ciências físicas e naturais, desde 1858, com a criação da Escola Central, local em que se ministrava um ensino basicamente científico, deixando o ensino

militar profissional em segundo plano. A Escola Militar da Capital Federal foi substituída pela Escola Militar do Brasil (1898 – 1905), que manteve as mesmas características de suas antecessoras.

Segundo Luchetti (apud NOGUEIRA, 2014, p. 156), a partir daí surgiram os cursos preparatórios para a entrada às escolas militares, sendo o embrião para a introdução do curso secundário militar com dois objetivos. Primeiro, tinham o desiderato de aprontar “os alunos com uma base educacional sólida” para o estudarem no ensino superior nas Escolas de Formação e o segundo visava “garantir aos filhos de militares” o devido “respaldo do Estado na sua educação secundária.” (NOGUEIRA, 2014, p. 156). Neste singular, ainda conforme o autor estava delineada “ideia de que ao Exército competia, também, cuidar do ensino secundário, ou de “humanidades”.” (NOGUEIRA, 2014, p. 156).

Assim, em 1889 é criado o primeiro Colégio Militar do Brasil, situado no Rio de Janeiro, hoje denominado Colégio Militar do Rio de Janeiro, que faz parte da rede de ensino militar denominada de Sistema de Colégios Militares do Brasil (SCMB). Portanto, a ideia era estabelecer uma reserva para os filhos de militares possivelmente para possibilita-los a seguir carreira nas fileiras do Exército, sobretudo, no oficialato<sup>14</sup>. Conforme arrazoza Germano (1993), no período monárquico-escravista o efetivo do Exército era composto por indivíduos das classes populares, sendo que no período republicano começa uma estratificação excludente com relação ao acesso dos indivíduos oriundos das classes subalternas ao oficialato.

No início da República Velha em 1913 é criada, no Rio de Janeiro, a Escola Militar de Realengo, unificando todas as escolas militares. Segundo Nogueira, a Escola Militar do Realengo passou a formar a elite dos oficiais do Exército, se destacando pela politização de parte de seus alunos, pois havia dois grupos distintos um grupo de militares preocupado apenas com as atividades profissionais; e “outro grupo, mais politizado, que participou ativamente das agitações políticas dos anos de 1920” (NOQUEIRA, 2014, p. 157).

De imediato foram efetuadas mudanças na educação militar para evitar a politização dos oficiais. Essas mudanças atingiram fundamentalmente a grade curricular da constituição dos oficiais. As matérias ligadas às ciências humanas

---

<sup>14</sup> Nas forças armadas a hierarquia divide-se em dois círculos fundamentais: círculo de praças e o de oficiais, com variações nas graduações e postos, conforme cada força. O quadro dirigente que recebe a carta patente integra o círculo dos oficiais, enquanto os subalternos pertencem ao círculo de praças.

foram mitigadas e o desiderato passou a ser estritamente uma formação profissional técnica/militar aliada a aplicação rigorosa dos preceitos disciplinares a seus alunos. A repressão do Estado seguiu forte “contra aqueles que participaram da Revolta de 1904 na cidade do Rio de Janeiro”. (NOGUEIRA, 2014, p. 158).

Neste diapasão, o poder disciplinar torna-se a ferramenta para tornar aqueles corpos “dóceis”. Os métodos disciplinares sofreram modificações e foram mais endurecidos, notadamente sob a influência dos oficiais que estagiariam na Alemanha entre 1910 e 1913. Para Nogueira (2014, p. 158), o “contato entre oficiais brasileiros e alemães culminou numa ampla campanha por reformas na Instituição, visando transformá-la do ponto de vista profissional, abandonando o modelo até então existente que era considerado teórico-cientificista”.

Somando-se a essa perspectiva, Jesus (2017, p. 2) afirma que a partir da década de 1930 o Exército procurou influenciar o campo educacional brasileiro com vistas à construção da nacionalidade, para alcançar esse objetivo, “a educação no próprio Exército assumiu a função de disciplinamento que com o tempo substituiu os velhos e ultrapassados castigos físicos por disciplinas como a educação moral e cívica, familiar, religiosa e nacionalista, de modo a garantir a ordem propugnada pelo Estado e pela Igreja.”

Em 1996, a lei nº 9.394 (LDB) contemplou o ensino militar, equivalendo-o as normas dos sistemas de ensino, como se vê em seu artigo 83: “O ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino.” Contudo, salientou que o ensino militar é regulado em lei específica. A regulamentação desse ensino coube à Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999, que dispôs sobre o Sistema de Ensino no Exército, definindo: Princípios e objetivos, Estrutura, Modalidades de Cursos, Estágios e Matrículas, Agentes de Ensino e Suas Competências e Atribuições. A finalidade do Sistema de Ensino do Exército está preconizada no artigo 1º dessa Lei, que salienta que o sistema tem características próprias e visa “qualificar recursos humanos para a ocupação de cargos e para o desempenho de funções previstas, na paz e na guerra, em sua organização”.

O Sistema de Ensino do Exército fundamenta-se nos seguintes princípios: integração à educação nacional; seleção pelo mérito; profissionalização continuada e progressiva; avaliação integral, contínua e cumulativa; pluralismo pedagógico; aperfeiçoamento constante dos padrões éticos, morais, culturais e de eficiência e

titulações e graus universitários próprios ou equivalentes às de outros sistemas de ensino<sup>15</sup>.

Vale salientar que esse sistema define as atitudes e comportamentos que devem ser valorizados, portanto, normatizados e esperados. Esses comportamentos são elencados no artigo 4º da Lei nº 9.786: integração permanente com a sociedade; preservação das tradições nacionais e militares; educação integral; assimilação e prática dos deveres, dos valores e das virtudes militares; condicionamento diferenciado dos reflexos e atitudes funcionais; atualização científica e tecnológica e desenvolvimento do pensamento estruturado.

Nota-se claramente a preocupação com uma “cultura militar”, sobretudo na preservação das tradições nacionais e militares, valores e virtudes militares. Por outro lado, preconiza a integração “permanente” com a sociedade, fazendo-nos lembrar da tese de Sodré da premissa que o Exército em seus primórdios esteve ao lado do povo.<sup>16</sup> No entanto, percebe-se a ênfase em um ensino ligado a pedagogia tecnicista e um silêncio quanto o estudo das ciências humanas. Ademais, o “condicionamento diferenciado dos reflexos e atitudes funcionais” guarda estreita observância ao conceito dos objetivos do poder disciplinar proposto por Foucault: construção de corpos úteis e dóceis (FOUCAULT, 1987, p. 118). O poder disciplinar nesta perspectiva tem o condão de fazer com que os indivíduos ajam em “prol da manutenção de determinado padrão de atitudes e de comportamentos dos indivíduos e, conseqüentemente, da população” (SANTOS, 2010, p. 86). Segundo Santos, para alcançar esses objetivos são utilizadas “das **normas, do controle, da disciplina e da polícia** para administrar e articular suas técnicas de subjetivação e adestramento”.<sup>17</sup> (grifo nosso)

Embora, essa regulamentação esteja voltada para a formação do militar do Exército, os mesmos princípios irão influenciar os Colégios Militares do Exército, uma vez que, o Sistema de Ensino do Exército prevê que “Colégios Militares mantêm regime disciplinar de natureza educativa, **compatível com a sua atividade preparatória para a carreira militar**” (grifo meu)<sup>18</sup>

---

<sup>15</sup> BRASIL. Lei nº 9.786, de 8 de Fevereiro de 1999. Dispõe sobre o Ensino no Exército Brasileiro e dá outras providências.

<sup>16</sup> Ver: SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. 2ªed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

<sup>17</sup> SANTOS, 2010, p. 86.

<sup>18</sup> BRASIL. Lei nº 9.786, de 8 de Fevereiro de 1999.

As diretrizes dos Colégios Militares no âmbito do ensino militar foi definida pelo artigo 7º da Lei nº 9.786, senão vejamos,

Art. 7º O Sistema de Ensino do Exército mantém, de forma adicional às modalidades militares propriamente ditas, o ensino preparatório e assistencial de nível fundamental e médio, por intermédio dos Colégios Militares, na forma da legislação federal pertinente, ressalvadas suas peculiaridades.

§ 1º O ensino preparatório e assistencial de nível fundamental e médio a que se refere o *caput* poderá ser ministrado com a colaboração de outros Ministérios, Governos estaduais e municipais, além de entidades privadas.

§ 2º **Os Colégios Militares mantêm regime disciplinar de natureza educativa, compatível com a sua atividade preparatória para a carreira militar.** (grifo meu).

Diante do exposto se observa que o ensino militar no Brasil esteve atrelado às conjunturas políticas e as conseqüentes necessidades de conquista, manutenção e defesa do território, bem como a manutenção do *status quo*. As mudanças que ocorreram no currículo refletem a preocupação de um lado em formar o militar, no estrito sentido da palavra, mas também dotá-lo de formação humanista. Os Colégios Militares acaba incorporando a missão de preparar os filhos de militares para seguirem a carreira militar, sendo que hoje os discentes não se resumem somente aos filhos e filhas de militares.

Claramente se percebe que há uma dinâmica dentro do ensino militar no Brasil e a tendência foi conter os ímpetos, sobretudo, das alas mais progressistas, quer sejam oriundas das classes populares, quer sejam das classes médias. Esse processo é contínuo, sendo que as forças conservadoras acabaram se tornando hegemônicas, principalmente, após o golpe de 1964. Contudo, essa tensão possivelmente continua e está presente nos Colégios Militares.

## **1.2 – A fundação do Colégio Militar da Bahia: a entrada do ensino militar secundário na capital do Estado.**

O primeiro Colégio da Polícia Militar da Bahia surgiu há pouco mais de sessenta anos, criado pelo Decreto de nº 16.765, de 09 de abril de 1957, no Governo de Antônio Balbino, situado na Baixa do Bonfim, em Salvador, em área pertencente ao núcleo que compõe a Vila Policial Militar do Bonfim.

Segundo Jesus, tendo por base o depoimento de um ex-aluno e filho do primeiro diretor, a criação do colégio foi uma iniciativa pessoal do governador

Antônio Balbino, uma vez que o Exército tinha criado uma escola secundária – Colégio Militar de Salvador<sup>19</sup> - e o governador entendeu que deveria fazer o mesmo.

A partir da segunda metade da década de 1940, a conjuntura social e econômica, incentivou a expansão do ensino secundário calcada principalmente no aumento da “urbanização da capital e no impulso de modernização que os governos democráticos baianos tentavam imprimir ao Estado” (JESUS, 2017, p. 50). O CPM inicialmente não tinha o chamado curso ginasial, somente aparecendo após a década de 1940. Logo, o contexto impulsionava para que a então Força Pública se adequasse aos novos tempos de legalidade e modernização, e, assim a educação representada pela criação de um colégio próprio expressava “a superação do atraso cultural e produzir maior legitimidade social à instituição.”

O decreto nº 16.765, que autorizou o funcionamento do Colégio da Polícia Militar do Estado, em Salvador nesta Capital, em seu artigo segundo aponta que a finalidade era a instrução dos filhos de militares, não obstante, filhos de servidores públicos civis pudessem ingressar. No entanto, a entrada destes era permitida desde que as vagas reservadas aos filhos de militares não fossem preenchidas. Nota-se que o Colégio surge seguindo uma tradição do Exército de formar possíveis integrantes para os seus quadros (BAHIA, 1957). Aliás, essa proposta continua até os dias atuais como supramencionado na introdução. Vale salientar ainda que a Polícia Militar foi comandada por oficiais do Exército até a Constituição Federal de 1988, quando passou a ser comandado por coronéis oriundos de seu próprio quadro. Esse decreto também prevê que o ensino deveria ser inteiramente gratuito, que o Colégio seria dirigido por um oficial superior da Polícia Militar designado pelo Governador do Estado e que vigoraria o regime de internato ou externato, conforme deliberação do Comandante Geral, caso a Corporação dispusesse de recursos financeiros.

Entretanto, o Colégio foi inaugurado apenas em julho de 1958. O Boletim Geral Especial de 01 de julho de 1958 assim aludia: “Que este Colégio Estadual da PM, forme brasileiros e soldados que nas emergências difíceis da pátria saibam honrar a Bahia e morrer pelo Brasil.” (JESUS, 2011, p. 61). Ao que parece, tratou-se de construir uma representação de “masculinidade viril” dentro do Colégio da Polícia

---

<sup>19</sup> O decreto 40.843 de 28 de janeiro de 1957, assinado pelo Presidente Kubistchek, cria o Colégio Militar de Salvador, vinculado diretamente ao Ministério da Guerra e às Forças Armadas, especialmente o Exército, e provisoriamente instalado no prédio situado à Rua Agripina Dórea, nº 26, em Pitangueiras, onde funcionava o Instituto de Preservação e Reforma do Estado. [www.cms.ensino.eb.br](http://www.cms.ensino.eb.br).

Militar para os alunos sob o reflexo do comportamento esperado no soldado do Exército, até porque, até então, os discentes eram todos do sexo masculino. Associar honra, civismo e sacrifício da vida em defesa da pátria aparecem como uma função “tipicamente” do gênero masculino.

Jesus alude que a criação do Colégio da Polícia Militar está intrinsecamente relacionada ao Colégio da Bahia, sendo uma seção anexa deste e tendo recebido professores deste Colégio por meio da colaboração do diretor Dr. Luis de Moura Bastos. A autora salienta ainda que o Colégio da Bahia, instituição escolar centenária, “era um verdadeiro símbolo da educação secundária na Bahia e era natural que todas as escolas a tomassem como modelo e almejassem equiparar-se a ela em prestígio.” (JESUS, 2011, p. 54). Somente em 1962 o Colégio da Polícia Militar se tornará autônomo.

Como supramencionado, o espaço físico não é neutro, por conseguinte, “a sua estrutura e as significações simbólicas determinam, em grande parte, as experiências da criança, seu aprendizado e desenvolvimento”. (RIBEIRO, 2004, p. 108). Deste modo, é salutar perceber como Jesus descreve o conjunto arquitetônico do primeiro Colégio da Polícia Militar e como esse projeto está relacionado à vigilância típica do sistema de controle do poder disciplinar proposto por Foucault, coadunando com o objetivo dos Colégios Militares que era a formação do cidadão “normal”, isto é, aceitáveis dentro dos padrões normatizados tanto pela sociedade como esperado pela organização militar. Para Foucault (1987, p. 147), “a vigilância torna-se um operador econômico decisivo, na medida em que é ao mesmo tempo uma peça interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar.”. Além disso, o filósofo francês arrazoa que

O normal se estabelece como princípio de coerção no ensino, com a instauração de uma educação estandardizada e a criação das escolas normais; estabelece-se no esforço para organizar um corpo médico e um quadro hospitalar da nação, capazes de fazer funcionar normas gerais de saúde. Estabelece-se na regularização dos processos e dos produtos industriais. Tal como a vigilância e junto com ela, a regulamentação é um dos grandes instrumentos de poder no fim da era clássica. As marcas que significavam status, privilégios, filiações, tendem a ser substituídas ou pelo menos acrescidas de um conjunto de graus de normalidade, que são sinais de filiação a um corpo social homogêneo, mas que têm em si mesmos um papel de classificação, de hierarquização e de distribuição de lugares. O poder de regulamentação obriga à homogeneidade; mas individualiza, permitindo medir os desvios, determinar os níveis, fixar as especificidades e tornar úteis as diferenças, ajustando-as umas às

outras. Compreende-se que o poder da norma funcione dentro de um sistema de igualdade formal, pois dentro de uma homogeneidade que é a regra, ele introduz, como um imperativo útil e resultado de uma medida, toda a gradação das diferenças individuais. (FOUCAULT, 1987, pp. 153-4).

Assim, Jesus traz uma contribuição significativa para se entender a proposta de homogeneização das condutas e comportamentos dos estudantes quando descreve o conjunto arquitetônico do primeiro CPM, pois

projetado para ter a forma de “U”, deveria seguir o padrão dos quartéis da Polícia Militar da Bahia e tinha a finalidade de facilitar a vigilância interna e externa das dependências do Colégio, bem como, propiciar as formaturas e os deslocamentos dos alunos. No entanto, em razão da não conclusão da obra, o Colégio permaneceu até 1965 com o formato de um “L”. Na parte superior do prédio, as dependências internas davam para amplos corredores que serviam como sacadas, que permitia a visibilidade, por parte da administração da escola, da movimentação de alunos e funcionários no pátio do colégio. A sacada do prédio era utilizada pelo corpo de alunos nas ocasiões em que precisava dirigir-se aos alunos nas paradas diárias. (JESUS, 2017, p. 8)

A expansão do CPM começa a se efetivar a partir da década de 1960. O aumento por busca por matrículas foi significativo, demandando a ampliação das instalações, como se vê nas publicações do Diário Oficial do Estado nº 7148 e 7149, de 17 e 18/07/1965. Ora, assim como na sua criação, o desenvolvimento e a consequente demanda por vagas naquele Colégio não passou despercebida pela imprensa local. Já na década de 1970, doze anos após a sua fundação, o Colégio da Polícia Militar já era considerado referência no ensino do Estado, em razão do quadro administrativo formado por militares e pelos professores civis que o integravam, muitos oriundos do Colégio da Bahia -, conforme se vê na imprensa local (JORNAL A TARDE, 20/05/1970, p. 2).

No entanto, os estudantes do Colégio ainda eram todos do sexo masculino, em razão da própria estrutura do efetivo da Polícia Militar, composta exclusivamente por homens. Somente com as mudanças que irão ocorrer no final da década de 1980 no próprio efetivo da PMBA é que o público feminino terá acesso ao Colégio da Polícia Militar. Dessa forma, em 1989 as mulheres começaram a ter acesso às fileiras da Corporação Policial Militar, seguindo a tendência que ocorria em outros estados da federação. Segundo Queiroz (2017, p. 110),

A inserção da mulher nas fileiras da Polícia Militar da Bahia só teve início a partir de 12 de outubro de 1989, quando o Decreto Governamental de número 2.905 criou a Companhia de Polícia Militar

Feminina, com a missão de executar o policiamento ostensivo geral e de trânsito, bem como atividades auxiliares na região metropolitana de Salvador, podendo eventualmente atuar em todo o território do Estado da Bahia.

Salienta a autora que esse ingresso foi um “rito de passagem”, pois ao mesmo tempo em que a instituição investia no “encontro das diferenças por perceber a diversidade como fonte de saber, engrandecimento e enriquecimento”, não estava preparada para lidar com as singularidades do sexo feminino. Assim, gera-se uma série de tensões à receptividade das mulheres, gerando verdadeiros conflitos de gênero. As mulheres, inicialmente, foram consideradas inaptas para a atividade fim – serviço de policiamento ostensivo na rua -, sendo suas funções restritas ao serviço burocrático e serviço “menos arriscado” como Policiamento Ostensivo no Aeroporto, Hospitais etc. Ao que tudo indica, o ideário da masculinidade viril como norma para combater o crime era o que predominava. Assim, conforme a autora, vários foram os argumentos para desqualificar a presença feminina dentro da corporação, dentre eles: a crença da supremacia biológica masculina – o que justificava o domínio do homem sobre a mulher –, gravidez e maternidade, pois eram encaradas como limitadoras das mulheres para a profissão policial militar. À época, segundo a autora, era frequente se ouvir que “o ingresso da mulher nos seus quadros descaracterizaria a Instituição por ‘enfraquecê-la’ quantos aos conceitos de virilidade, força e *ethos* guerreiro, valores e conceitos sobre os quais se forjaram sua trajetória sesquicentenária” (QUEIROZ, 2017, p. 114).

Contudo, o ingresso das mulheres na PMBA se refletiu no Colégio, pois a partir de 1994 foram admitidas as primeiras estudantes do sexo feminino a partir da 5ª série do ensino fundamental. É provável que essas questões ligadas às relações de gênero também tenham permeado o ambiente escolar, sobretudo, nos anos iniciais tornando-o mais plural, dinâmico e, certamente, tenso e conflituoso. O Colégio da Polícia Militar da Bahia oferece um ensino público inteiramente gratuito atendendo um público hoje que vai da creche até o 3º ano do ensino médio funcionando em dois turnos.

Entretanto, a partir de 1998 o modelo do Colégio Estadual da Polícia Militar (CEPM) começa a tomar novos rumos. Agora não se trata mais de criar um “projeto arquitetônico” similar aos quartéis do Exército, a proposta é que a administração de vários estabelecimentos de ensino público passasse para Polícia Militar. É assim

que o subúrbio de Salvador ganhou um Colégio da Polícia Militar no bairro do Lobato.

Esse processo se expande na capital, estendendo-se a seguir para o interior do estado. Deste modo, em 2006, o antigo João Florêncio Gomes transformou-se no CEPM da Ribeira; em 2007 foi a vez de uma parte do Colégio Luís Tarquínio transformar-se em Colégio da Polícia Militar (JESUS, 2011, p. 128). Atendendo um clamor dos policiais militares do interior e da população local, a partir de 2005 o governo estadual leva a experiência do modelo CEPM para as cidades de Juazeiro, Itabuna, Alagoinhas, Teixeira de Freitas, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Ilhéus, Jequié e Candeias, onde alguns colégios da rede estadual de ensino passaram a ser administrados pela Polícia Militar da Bahia.

Essa mesma política foi adotada pelo atual governo, que transformou o Colégio Estadual Dona Leonor Calmon, situado em Cajazeiras, na Capital, em Colégio da Polícia Militar, tornando-se o 14<sup>a</sup> Colégio da Polícia Militar e o 5<sup>o</sup> na Capital. De outro lado, o Colégio da Polícia Militar de Alagoinhas anexou o antigo Colégio Estadual Polivalente que fazia fronteira com o Colégio administrado pela PM.

Analisando o perfil dxs alunxs do CPM Lobato, Costa relata que a “maioria dxs estudantes vem daquela região, mas não refletem na escola a sua origem, pois estão entre os que melhor se destacam nos índices educacionais da rede pública de ensino, como IDEB, ENEM entre outros”, inclusive, sendo “destaque nas olimpíadas brasileira de matemática com várias premiações.” (COSTA, 2017, p. 43-4). Portanto, problematiza e desmistifica a ideia de que o fracasso no rendimento escolar é intrínseco a uma capacidade naturalizada da pobreza. Os estudos de Costa demonstram que pessoas em situação de vulnerabilidade tendo acesso a um ensino de qualidade podem alcançar sucesso nos estudos, conclusão a que chega após analisar comparativamente o perfil de alunxs do CPM da Capital e os das demais escolas da rede estadual de ensino<sup>20</sup>.

Enfim, essa política de levar o modelo do CPM não se restringe aos colégios estaduais, havendo o reclame de várias prefeituras para o estabelecimento de convênio com a Polícia Militar, visando a adoção do modelo disciplinar do CPM nas escolas municipais, o que vem gerando inúmeras polêmicas e controvérsias.

---

<sup>20</sup> Voltaremos a esse ponto mais adiante, quando discutiremos o perfil dxs discentes do CPM de Alagoinhas.

Entendo, que se o objetivo é a melhoria da educação, restringir-se a essa estratégia como política pública trata-se de um equívoco. Os problemas na educação perpassam por questões estruturais inerentes à sociedade que não serão resolvidos apenas com disciplina, mas com investimento em qualificação dos profissionais, salário e plano de carreira condizente que estimulem a busca pelo aperfeiçoamento, melhores condições materiais de trabalho, aprofundamento dos debates, nos “círculos culturais”<sup>21</sup> acerca das relações de poder e suas consequências nas relações sociais etc. Certamente, que disciplina contribui, mas deve estar acompanhada de variáveis mais plausíveis.

### **1.3 – De escola estadual Professor Carlos Rosa a CPM: apontamentos**

A Escola Estadual Professor Carlos Rosa foi criada pela Portaria nº 3.825, de 25/06/1993, no bairro Thompson Flores, em Alagoinhas, Bahia, sendo, portanto, anterior à LDB de 1996. No início funcionou como reforço escolar e os alunos matriculados também tinham como atividade cuidar de uma horta comunitária, ficando assim até o fim do ano letivo de 1993. A partir de 1994, iniciou suas atividades regulares com o Ensino Fundamental Nível I e II, funcionando o Nível I nos turnos matutino e vespertino e o Nível II nos três turnos. O Ensino Fundamental Nível I funcionou até 1997, quando ocorre a implantação do Ensino Médio com Ato de Criação nº 4507/00, de 03 e 04/06/2000. Com a implantação do Ensino Médio a escola passou a se denominar Colégio Estadual Professor Carlos Rosa. A vocação para o ensino propedêutico singularizou suas ações pedagógicas voltadas, notadamente, para a formação de cidadãos conscientes e autônomos habilitados ao ingresso no ensino superior.

Em 03 de maio de 2006, por meio do Decreto de nº 9.995, passou a ser denominado Colégio da Polícia Militar Professor Carlos Rosa, seguindo a tendência do governo estadual iniciada em 2005 de levar o modelo de administração dos Colégios da Polícia Militar da capital para o interior. Sua inauguração ocorreu no dia 25 de junho de 2006, mediante assinatura do convênio do Colégio da Polícia Militar na Biblioteca Municipal em Alagoinhas.

Houve uma grande expectativa, pois até então os CPMBAs situavam-se na capital do Estado e em poucas cidades do interior. Essa iniciativa decorreu para

---

<sup>21</sup> A expressão é de Paulo Freire para se referir às salas de aula.

atender uma política do governador e atender os reclamos dos policiais militares e os munícipes, sobretudo, pelo seu formato disciplinar e pedagógico diferente das escolas da rede estadual do município. A implantação do CPM também visou atender à demanda estudantil oriunda das mais diversas realidades escolares, particular e pública, dos municípios próximos: Catu, Pojuca, Entre Rios, Pedrão, Aramari, Araçás e Inhambupe.

O CPM Professor Carlos Rosa, assim, faz parte da rede pública estadual de ensino e funciona em sistema de externato, em dois turnos distintos, sendo o ensino gratuito direcionado à educação básica contemplando alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e da 1ª à 3ª série do Ensino Médio.

Ao tornar-se Colégio da Polícia Militar um ingrediente somou-se à formação dos discentes que passaram e passam por suas fileiras desde então: “a Instrução pré-policial-militar”, que tem como princípios básicos a hierarquia e a disciplina.<sup>22</sup> Ao que parece, a disciplina e cultura militar ensinada por esse componente curricular e a estrutura organizacional do CPM e o cotidiano escolar marcado pela disciplina tem contribuído para o rendimento dos alunos.<sup>23</sup> Segundo a legislação em vigor, o CPM de Alagoinhas, fazendo parte da rede estadual de ensino, recebe os mesmos recursos ofertados pelo governo federal e estadual aos demais colégios da rede. Ademais, excetuando a matéria Instrução Militar integrante da grade curricular da rede CPM todas as demais disciplinas propedêuticas são ministradas por professores civis pertencentes à rede estadual.

Assim, a missão do CPM Professor Carlos Rosa se consubstancia nas normas da LDB e nas demais legislações educacionais vigentes, cujo escopo é instigar o desenvolvimento consciente e estruturado das competências cognitivas e socioemocionais dos discentes para uma formação integral, que os insiram no mundo do trabalho, e na contextualização social, tornando-os seres autônomos e críticos, notadamente, através de processo pedagógico emancipatório. Além disso, o CPM Professor Carlos Rosa tem como um dos eixos norteadores de sua criação

---

<sup>22</sup> Para Paulo Freire é fundamental à vida e a perpetuação da democracia brasileira buscar a “disciplina no ato de ler, de escrever, de escrever e de ler, no de ensinar e aprender, no processo prazeroso mas difícil de conhecer; a disciplina no respeito e no trato da coisa pública; no respeito mútuo”. (FREIRE, 1997, p. 78). Portanto, a disciplina é de fundamental importância no processo de ensino/aprendizado, o que CPM vem desenvolvendo com maestria.

<sup>23</sup> Os CPM têm se destacado tanto na Prova Brasil, quanto nos resultados do ENEM., figurando, inclusive, nas 15 primeiras colocações do ENEM por anos seguidos como a seguir será demonstrado. Este fato comprova a eficiência desse diferencial em relação às demais escolas estaduais: a disciplina. Mas não só a disciplina, como será visto adiante.

despertar o gosto pela carreira policial militar na Corporação<sup>24</sup>, além de preparar x alunx para o exercício da cidadania, tolerância, solidariedade, entre outros valores, conforme se vê na ementa da matéria Instrução Militar, anexa a essa monografia.

O CPM Alagoinhas, seguindo os liames dos demais colégios militares da PMBA, preserva a cultura militar por meio da celebração de datas comemorativas, tanto as oficiais cívico-militares, quanto as de âmbito interno dando ênfase nas tradições cívico-militares, bem como na construção de um sentimento de pertencimento ao CPM. Neste aspecto incluem-se a Abertura Solene do ano letivo, a incorporação dos novos alunos do colégio, a Cerimônia da Boina Azul, o Aniversário do Colégio Militar no dia 03 de maio e formatura do 3º Ano do ensino médio, que são abertas ao público em geral. Outro evento que igualmente já se tornou tradição do CPM é o desfile da Escola nos festejos cívico-militares de 7 de setembro, momento tão aguardado pelos munícipes e comunidade escolar. Em 03 de maio de 2019, o CPM Alagoinhas comemorou 19 anos de fundação com diversas atividades que movimentaram a comunidade escolar. Tais festividades incorporadas ao calendário escolar reforçam a perspectiva de uma cultura e uma “invenção de tradições” peculiares ao regime da caserna que é seguido rigidamente com o escopo de criar um sentimento de pertencimento ao Colégio.

Ainda em 2018, o CPM Professor Carlos Rosa assumiu a gestão do Colégio Estadual Polivalente de Alagoinhas (CEPA), quase que dobrando o número de alunos e alunas. Essa mudança atendeu aos reclamos da sociedade alagoinhense e adjacências<sup>25</sup>, mas trouxe uma série de dificuldades para a administração do CPM, sobretudo, em relação ao efetivo tanto de professores, quanto de policiais militares. Em agosto daquele ano o governo do Estado descredenciou o CEPA para ministrar o Ensino Médio e suas modalidades de Educação de Jovens e Adultos e Educação

---

<sup>24</sup> O artigo 5º, inciso IV, elenca esse como um dos objetivos dos Colégios da Polícia Militar, conforme a Diretriz Educacional nº 001 que institui o Regimento Escolar dos Colégios da Polícia Militar da Bahia, estabelecendo normas educacionais, disciplinares e o funcionamento desses Colégios. Não obstante, a opção predominante de formação educacional seja propedêutica.

<sup>25</sup> A imprensa local destacou a integração do CPM Professor Carlos Rosa e do Colégio Estadual Polivalente de Alagoinhas alertando os pais que inscreveram seus filhos e filhas no certame para o acréscimo de 480 (quatrocentos e oitenta) vagas no edital - sendo 120 para o 1º Ano do Ensino Médio, 120 para o 9º Ano do ensino fundamental, 60 para o 8º Ano do ensino fundamental, 60 para o 7º Ano do ensino fundamental e 120 para o 6º Ano do ensino fundamental -, autorizado pelo secretário de Educação em acordo com o Comandante Geral da PMBA. Ver: Redação Se liga Alagoinhas com Alta Pressão. **Com integração do Polivalente, CPM Alagoinhas abre 480 vagas novas vagas para 2018.** 18 Jan. 18. Disponível em < <https://www.seligaalagoinhas.com.br/2018/01/18/com-integracao-do-polivalente-cpm-alagoinhas-abre-480-novas-vagas-para-2018/> > Acesso em: 13 Jun 19.

Profissional – PROEJA Médio e subsequente, conforme portaria nº 6531, de lavra do Secretário de Educação, publicada no DOE nº 22.471, de 3 de agosto de 2018. Ademais, o CEPA oferecia vagas para alunxs na modalidade da Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional, cujos cursos funcionavam à noite.

A maior parte desse contingente era formada por negros (as), trabalhadores (as) e pobres. Contudo, em razão da carência de efetivo de professores e administrativo e, ao que tudo indica, em razão desse público – adulto – não se “enquadrarem” ao “padrão CPM”, os cursos noturnos deixaram de funcionar a partir deste ano. Isso trouxe transtornos para esse público, pois estavam em fase de conclusão dos cursos e tiveram que ser transferidos para outras unidades escolares que oferecem essa modalidade de ensino. Era visível em 2018 a preocupação desses alunxs com a extinção do curso noturno, sobretudo, porque teriam que ir para colégios distantes ainda mais de suas residências e em razão de perceberem que a administração do CPM estava proporcionando o bom funcionamento do curso, que até então, segundo alguns discentes, não estava a contento.

## 2 **NORMATIZANDO COMPORTAMENTOS:** o poder disciplinar no Regulamento Disciplinar do CPM.

*18 Anos e estou num mundo estranho*  
*18 Anos e estou numa instituição*  
*A hierarquia e a disciplina*  
*Gritam tão alto em nossos ouvidos*  
*Que nossas ideais de jovem se tornam sussurros*  
 .....  
*Não podemos nos mexer*  
*Temos que andar no mesmo passo*  
*Banda Inocentes*

A música “Morrer aos 18”, lançada em 1987 pela banda de punk rock *Inocentes*, no álbum *Adeus Carne*, expressa o sentimento dos jovens naquele período sobre o serviço militar obrigatório e, conseqüentemente, a visão sobre os pilares das forças armadas: hierarquia e disciplina. A epígrafe supracitada retirada desta música chama a atenção para a percepção do compositor sobre os efeitos da hierarquia e disciplina nos jovens militares. Nesses poucos versos se vê a angústia de estar em um “mundo estranho”, onde os ideais da juventude seriam silenciados, sobretudo, em nome da pátria. Ademais, a disciplina se apropria do corpo, dominando-o e homogeneizando os comportamentos, uma vez que todos “não podem se mexer e tem que andar no mesmo passo”. Destarte, a disciplina e a hierarquia cantada em versos são descritas como instrumento de controle e normatização de condutas e comportamentos.

Contudo, é preciso lembrar que a disciplina é um componente que faz parte do cotidiano de todos os indivíduos que vivem em sociedade, estando inseridas em todas as instituições. A escola não é diferente. Conforme Freire (1997, p. 78), para uma boa educação é necessário uma “*disciplina* no ato de ler, de escrever, de escrever e de ler, no de ensinar e aprender, no processo prazeroso, mas difícil de conhecer; a disciplina no respeito e no trato da coisa pública; no respeito mútuo.” Freire em várias palestras enfocou a importância da ligação entre a liberdade e a disciplina, enfatizando que a condição *sine qua non* da primeira é a existência da segunda. Salientou que deve haver um equilíbrio entre a liberdade e a autoridade. Para ele, quando a balança pende para autoridade faz surgir o autoritarismo. De outro lado, quando a balança pende para a liberdade surge à licenciosidade. Ambos os aspectos “desviantes” são perniciosos para as relações sociais e, conseqüentemente, para a educação, pois afeta um sem números de princípios inerentes a convivência humana, senão vejamos,

Ninguém aprende tolerância num clima de irresponsabilidade, no qual não se faz democracia. O ato de tolerar implica o clima de estabelecimento de limites, de princípios a serem respeitados. Por isso a tolerância não é *convivência* com o intolerável. Sob regime autoritário, em que a autoridade se exacerba ou sob regime licencioso, em que a liberdade não se limita, dificilmente aprendemos a tolerância. A tolerância requer respeito, disciplina, ética. O autoritário, empapado de preconceitos de sexo, de classe, de raça, jamais pode ser tolerante se não vencer antes seus preconceitos. É por isso que o discurso *progressista* do preconceituoso, em contraste com sua prática, é um discurso falso (FREIRE, 1997, p. 39- 40).

Freire chama a atenção para o fato de que a tolerância não pode ser aprendida arraigada ao respeito às diferenças e a uma disciplina ética, num ambiente em que a “liberdade não se limita” ou a “autoridade se exacerba”. Deste modo, para combater o preconceito de sexo, de classe e de raça, segundo o educador pernambucano, é necessário que a tolerância surja em um clima de estabelecimento de limites e princípios a serem respeitados.

Contudo, segundo Libâneo, o pós-estruturalismo, lastreado no pensamento de Foucault, tende a perceber o

sistema educativo enquanto poder [que] cria um saber para exercer controle sobre as pessoas, razão para lançar descrédito sobre a pedagogia, já que seu papel é formar o sujeito da modernidade, isto é, o sujeito submisso, disciplinado, submetido ao poder do outro. O saber está, pois, comprometido com o poder, sendo que essas relações de poder estão onipresentes, exercidos nas mais variadas instâncias como a família, a escola, a sala de aula. Se pode existir uma pedagogia, ela será desconstrutiva dos discursos, não construtiva. Muda o papel do professor, ele não pode mais ser aquele que forma a consciência crítica, que manipula as subjetividades dos alunos.

A partir de temas centrais como o poder, a linguagem e a cultura, o pós-estruturalismo discute questões como a identidade/diferença, a subjetividade, os significados e as práticas discursivas, as relações gênero-raça-etnia-sexualidade, o multiculturalismo, os estudos culturais e os estudos feministas (...) (acréscimo meu). (LIBÂNEO, 2005, p. 18-9)

Deste modo, o sistema educativo torna o “sujeito submisso, disciplinado, submetido ao poder do outro”. Para tanto, é necessário uma regulamentação que obrigue a homogeneização. Entretanto, esse processo também individualiza como assevera Foucault,

O poder de regulamentação obriga à homogeneidade; mas individualiza, permitindo medir os desvios, determinar os níveis, fixar as especificidades e tornar úteis as diferenças, ajustando-as umas às outras. Compreende-se que o poder da norma funcione dentro de um sistema de igualdade formal, pois dentro de uma homogeneidade

que é a regra, ele introduz, como um imperativo útil e resultado de uma medida, toda a gradação das diferenças individuais (FOUCAULT, 1987, p. 153-4).

Neste singular, o poder disciplinar torna-se um conceito chave para interpretar a percepção dxs alunxs na construção de suas identidades de gênero e raça em um ambiente onde o domínio e a resistência se entrecrocaram dialeticamente. Isto porque, o poder disciplinar “por meio da norma, regulamenta, normatiza, normaliza e padroniza os sujeitos a fim de torná-los úteis, produtivos e obedientes, eficientes soldados do capitalismo, cujas ações são o tempo todo medidas, vigiadas, controladas e padronizadas.” (SANTOS, 2010, p. 16)

Ora, isso está posto em todas as instituições da sociedade disciplinar, porém, nos interessa analisar especificamente como isso ocorre no Colégio da Polícia Militar. Assim, o objetivo aqui é analisar o Regimento Escolar dos Colégios da Polícia Militar para identificar como aparece o poder disciplinar e como este afeta a comunidade escolar, sobretudo, discentes, docentes, funcionários. E como este poder disciplinar constrói, de certa forma, a subjetivação dx estudante. Assim, também é fundamental entender a sua estrutura administrativa com suas respectivas funções para balizar o que é de responsabilidade da PMBA e o que é de competência da Secretária de Educação. O desiderato é verificar os limites e alcance da disciplina militar que permeia o CPM Professor Carlos Rosa.

## **2.1 Estrutura administrativa do Colégio da Polícia Militar.**

Aqui se buscará descrever a estrutura administrativa traçando as respectivas competências e resumindo as suas funções a partir do Regimento Escolar dos Colégios da Polícia Militar da Bahia, instituído pela Diretriz Educacional nº 001, de 15 de Janeiro de 2016<sup>26</sup>, que é o instrumento que define a estrutura e o funcionamento dos CPM nas Unidades que compõe o Sistema de Ensino da Polícia Militar da Bahia. No primeiro artigo, o Regimento indica que esses colégios integram o Sistema Estadual de Educação, vinculados à Secretaria da Educação e mantidos pelo Governo do Estado da Bahia. Portanto, os CPM fazem parte da rede estadual de educação.

---

<sup>26</sup> PMBA. **Diretriz Educacional Nº 001**, de 15 de Janeiro de 2016. Em razão da extensão do Regimento Escolar em lide, trarei apenas os trechos vinculados ao objeto de pesquisa. Para saber mais sobre o regimento, ele se encontra disponível no site da PMBA. Disponível em: <<http://www.pm.ba.gov.br/images/files/REGIMENTO%20INTERNO%20DOS%20CPM.pdf>> Acesso em: 13 Jun 18.

No segundo artigo, a finalidade do CPM é descrita como a execução da política de educação do Estado da Bahia. A partir da interação entre o Plano Estadual de Educação e as políticas educacionais estabelecidas pelo Comando Geral da Polícia Militar da Bahia. Esse diálogo é mediado pelo Instituto de Ensino e Pesquisa, bem como pelas políticas públicas realizadas pela Secretaria da Educação. O Regimento deixa claro que os objetivos a serem alcançados pelo CPM tem fundamentação legal nas legislações vigentes sobre educação, bem como no Convênio de Cooperação técnica 018/2015. Assim elenca os objetivos no artigo 5º, que, apesar de ser longo, vale a pena ser citado, pelo menos alguns incisos, pois é fundamental para a análise *en lide*, senão vejamos,

III – Promover o desenvolvimento da compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina;

**IV – Proporcionar o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores, aprimorando o educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;**

**IV – Fortalecer os vínculos de família, os laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.**

VI – Proporcionar a formação integral do discente, despertando-lhe o gosto e a vocação para a carreira militar na Corporação através da Instrução Policial Militar e de outros componentes curriculares e atividades cívico-militares pedagógicas;

**IV – Proporcionar um ensino de qualidade, valorizando o educando por meio de suas experiências, objetivando uma aprendizagem significativa que proporcione o desenvolvimento da sua autonomia;**

**V – Estimular o desenvolvimento de atitudes crítico-reflexivas e atributos de aprendizagem para que, como pessoa humana, o educando se forme adequadamente para que possa atingir sua realização existencial, integração social, solidária e fraternal, buscando ser um agente de transformação social;**

**VI – Desenvolver o sentimento cívico e patriótico do educando, como um princípio de vida, fazendo-o assimilar e respeitar direitos e deveres como membro da família e do Estado;**

**VII – Possibilitar ao aluno a compreensão do contexto escolar, enquanto colégio militar, vivenciando as suas práticas; (grifo meu)**

Observa-se de pronto nos incisos destacados que o CPM tem dentre os seus objetivos proporcionar uma formação crítico-reflexiva para que o discente interaja com a sociedade não apenas como trabalhador, mas também com autonomia intelectual e como agente de transformação social. Adicionando-se a

essa perspectiva está também o desenvolvimento do sentimento cívico e patriótico, uma identidade com o CPM - mediante o respeito às tradições militares - e despertar o interesse para seguir na carreira policial militar através da Instrução Militar e demais componentes curriculares.<sup>27</sup>

Ademais, o Regimento em seu artigo 7º elenca os seguintes princípios:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na unidade escolar;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V – gratuidade do ensino;
- VII – valorização do profissional da educação escolar;
- VIII – gestão democrática do ensino público garantindo a transparência, a responsabilidade, a racionalização e a otimização na aplicação dos recursos públicos, na forma da lei e da legislação do sistema de ensino;
- IX – garantia de padrão de qualidade do ensino;
- X – valorização da experiência extraescolar;
- XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Ao que tudo indica, os princípios se coadunam com os objetivos da Constituição Federal e da LDB. Especificamente para o que nos interessa nesse item, a descrição da estrutura administrativa e pedagógica está registrada no artigo 9º.

O Colégio da Polícia Militar é uma unidade escolar singular pelas características de proposta pedagógica específica voltada para, além das suas atribuições legal e regulamentarmente definidas, a formação cívico-militar própria da Polícia Militar da Bahia, além de ser mantido e possuir estrutura organizacional constituída por um modelo de gestão partilhado por esta e pela Secretaria de Estado da Educação, o que lhe confere órgãos de direção, colegiados e serviços compostos por repartições, seções e demais desdobramentos organizacionais específicos das suas duas instituições mantenedoras.

Destarte, segundo o Regimento, a gestão é partilhada entre a PMBA e a Secretaria de Educação do Estado sendo a gestão exercida através de órgãos sob a chefia de policiais militares e outros órgãos por servidores públicos da Secretária de Educação.

Conforme o Regimento, a Diretoria PM do Colégio da Polícia Militar é o órgão executivo da estrutura da PMBA responsável pela gestão da unidade escolar,

---

<sup>27</sup> No capítulo seguinte problematizaremos em que medida esse objetivo é percebido pelos alunos e até que ponto se interessam em ingressar na carreira policial militar.

competindo-lhe atividades de gerenciamento pedagógico, administrativo, financeiro e patrimonial, bem como de articulação com a família, com a comunidade escolar e entorno da escola e com os poderes públicos locais. É exercida por um oficial superior da corporação, geralmente um Major ou Tenente-coronel da ativa<sup>28</sup> da PMBA, subsidiado pelo Diretor Adjunto, cuja função é exercida por um oficial intermediário – Capitão – também da ativa.

A Diretoria SEC do Colégio da Polícia Militar será exercida por servidor, ocupante de cargo da carreira de professor ou de coordenador pedagógico do Magistério Público Estadual, com formação em licenciatura e designado pelo Secretário da Educação do Estado da Bahia. Da mesma forma a função de vice-diretor SEC, podendo ter quantos sejam estabelecidos pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia, em função da tipologia do Estabelecimento de Ensino.

Os Colegiados são órgãos de assessoramento, cujo funcionamento se destina à emissão de pareceres e atos administrativos, técnico-pedagógicos e disciplinares, segundo a amplitude e fins previstos no Regimento. Cada um tem a sua especificidade não adentrando necessariamente na esfera de atuação do outro. O Conselho de ensino é formado por integrantes de todos os órgãos, docentes e associação de pais, sendo presidido pelo Diretor PM com caráter técnico-consultivo para assuntos pedagógicos. O Conselho de Classe é exclusivamente pedagógico destinado à avaliação e controle do processo ensino-aprendizagem e, também, decidir sobre aprovação de alunos que não atingiram a média do ano letivo, observando-se os critérios estabelecidos pela Unidade de Ensino. O Colegiado Escolar é o órgão criado pela Portaria 892 da Secretaria de Educação, de 23 de fevereiro de 1989, e tem a função consultiva e fiscalizadora. Consultiva, quando emite opiniões, pareceres e recomendações e fiscalizadora. Seus integrantes são membros de cada segmento da comunidade escolar, com mandato de um biênio sendo escolhidos através de eleições no Colégio. O Conselho Disciplinar faz parte da estrutura da PMBA e tem como finalidade, julgar a capacidade do aluno do CPM de permanecer como integrante do Corpo de Alunos do CPM, verificando as situações de transferência compulsória. Assim, ao Conselho Disciplinar será submetido o discente do CPM, que houver cometido falta eliminatória, que o(a) torne indigno da permanência no Corpo Discente do CPM, ou que ingresse no

---

<sup>28</sup> Policial que está em efetivo serviço.

incompatível comportamento. Compõe o Conselho Disciplinar o Diretor Adjunto, Vice-diretor SEC, o Comandante do Corpo de Alunos, dois oficiais do Corpo de Alunos e no mínimo dois professorxs dos alunxs avaliadx. É facultada a presença dos pais ou responsáveis pelo discente. O Conselho será formado sempre no final de cada semestre, ou excepcionalmente, a qualquer época, de acordo com as necessidades da Unidade Escolar, sendo as suas resoluções analisadas pelo Diretor PM do CPM, ao qual caberá a decisão final, conforme o Regimento Escolar dos Colégios da Polícia Militar da Bahia.

Os Órgãos de Direção Administrativa são formados pela Coordenação de Desenvolvimento Educacional, Seção de Apoio Administrativo, Corpo de Alunos e Serviços Administrativos e de Apoio<sup>29</sup>. Coordenação de Desenvolvimento Educacional (CDE) é o órgão técnico-pedagógico, da estrutura da PMBA, chefiado por um oficial da ativa da PMBA, destinado a fornecer ao Diretor PM e ao Diretor SEC os elementos necessários para suas decisões e assegurar a execução, o planejamento, a coordenação, o controle, a pesquisa, a avaliação do ensino, a organização dos cursos e estágios, fomentar a capacitação e qualificação dos professores e a análise dos resultados. É secundado pela Secretaria escolar, órgão da estrutura da SEC, de que dispõe o Colégio da Polícia Militar para a execução da Escrituração Escolar, do Arquivo e de todos os serviços burocráticos específicos da área de ensino relacionado à Secretaria de Educação do Estado da Bahia cuja função é exercida por um servidor público da Secretaria de Educação do Estado lotado no colégio. Ligado a CDE está a Coordenação Pedagógica que é o serviço escolar, da estrutura da SEC, que dá assessoramento aos professores no desenvolvimento das práticas em sala de aula, com vistas à melhor utilização de recursos, metodologias de ensino e de avaliação definidos no Projeto Pedagógico da Escola. Está subordinada por sua natureza técnico-pedagógica à Diretoria SEC. A CDE também é responsável pelo setor de recurso de ensino que gerencia os meios auxiliares de ensino e pela biblioteca, sendo chefiado por um oficial da ativa da PMBA. O Setor de Desporto também é chefiado por um oficial da PMBA.

O Corpo de Alunos é o órgão, da estrutura da PMBA, responsável pela formação específica dos alunos, relativamente aos componentes curriculares que tratam do estudo da cultura militar e policial militar, seus valores e princípios,

---

<sup>29</sup> Aqui será tratado apenas da CDE e do Corpo de Alunos, em virtude da especificidade do objeto de pesquisa.

voltados para o desenvolvimento do sentimento cívico e patriótico, bem como, despertar a vocação para a profissão policial militar, além de responsabilizar-se pela promoção da adaptação do educando ao regime disciplinar do Estabelecimento, de maneira compatível com a sua faixa etária e condições psicopedagógicas. É chefiado por um oficial intermediário – capitão ou capitã – sendo auxiliado por outros oficiais e praças que têm a responsabilidade de comandar a Companhia e Pelotão<sup>30</sup> de alunxs, respectivamente.

O corpo de aluno tem efetivamente o protagonismo na aplicação do poder disciplinar militar. Sua atuação perpassa por uma constante vigilância dos discentes por parte de policiais militares. No cotidiano a prática é verificar as “transgressões” disciplinares dos alunos, bem como avaliar os destaques dos comportamentos esperados pela norma do Colégio. Embora as transgressões estejam “tipificada” no Regimento Escolar, a avaliação é subjetiva, dependendo quase que exclusivamente do olhar do avaliador. O comportamento do aluno é regulado por um jogo de prêmio e punição. Aqueles que mais se destacam na conduta esperada são premiados através da publicação em Boletim Ostensivo Interno<sup>31</sup>. Aqueles que resistem não se “enquadram” as normas pré-estabelecidas ou apresentam um comportamento que extrapolam, de fato, as regras comezinhas das relações sociais são punidos. Cabe o chefe da seção aplicar a punição nos casos corriqueiros menos graves. Os demais casos ficam a cargo da Direção PM adotar.

O procedimento e as regras disciplinares são apresentadas aos pais e responsáveis no ato da matrícula, que assinam um termo se certificando e concedendo o beneplácito para a aplicação. Toda verificação de um ato transgressivo é confeccionado um documento – denominado *Comunicação* – que é entregue ao alunx informando data, local, horário e breve relato do que foi considerado como violação das normas para que o discente possa se defender das acusações que lhe são imputadas. Sendo menor de idade, a comunicação é encaminhada para os responsáveis do discente para que tome conhecimento e também possa contraditar as imputações. Nos casos considerados mais graves além da comunicação, ou antes da emissão dela, os responsáveis pelos estudantes

---

<sup>30</sup> Companhia e pelotões são subunidades onde são organizados os alunos. Assim, cada turma de cada série/ano compõe um pelotão e o conjunto de pelotões compõe uma companhia.

<sup>31</sup> O Boletim Ostensivo Interno (BIO) é um documento onde são registrados todos os atos administrativos ligados aos discentes, dentre outras situações, sobretudo, as ocorrências disciplinares como: dispensa médica, elogios, punições, transferência compulsória etc.

são convocados a comparecer ao Colégio para tomar conhecimento do fato. Nestes casos, pode ocorrer também a instauração de uma sindicância administrativa para apurar o fato minuciosamente a critério do poder discricionário da Direção PM para esclarecer o fato e subsidia-la na tomada das medidas de sua alçada.

Essas comunicações são confeccionadas por todos os policiais que tenham tomado conhecimento ou presenciado a suposta transgressão. O corpo docente e os gestores (direção, vice-direção pedagógica) também podem elaborar esse documento. Entretanto, no CPM Alagoinhas geralmente são os policiais militares menos graduados (subtenentes, sargentos, cabos e soldados que estão diretamente em contato com os discentes) que se ocupam dessa missão.

Não é demais salientar que essa relação é tensa e conflituosa, sobretudo, pela resistência dos discentes, bem como o despreparo, com raras exceções, dos policiais militares de lidar com crianças e adolescentes. Durante as entrevistas com ex-alunxs do CPM Alagoinhas, uma de suas principais queixas são as “grosserias” a que são submetidos por esses policiais. Xs ex-alunxs afirmam que os policiais tratavam-nos como se fossem militares (ou o que imaginam ser o tratamento dispensado aos militares por seus superiores), senão vejamos o relato de um estudante: *“Um ponto negativo que acho é a questão da pressão que fazem no aluno, isso pode acabar afetando ele e muitas vezes a forma que um militar se expressa sendo muito rígido pode afetar mais ainda o aluno”*<sup>32</sup>. Essa também é a opinião de Alexandre, para ele,

*(...) apesar dos pontos positivos do militar, em ser um colégio com uma disciplina diferenciada em relação as outras instituições, saber lidar com diferentes tipos de pessoas, também tem seus lados negativos, pois alguns militares elevam o poder, pensam que estão lidando com militares, não com alunos adolescentes militares(...).*<sup>33</sup>

Alexandre relata um episódio que diz ter marcada a vida dele e que nunca esquece:

*estávamos na hora da saída, como sempre entramos em forma para os avisos, porém tinha uma colega de minha sala que estava desde o horário do intervalo se queixando de dores nas costas, quando entramos em forma ela me falou que não iria aguentar ficar em pé, mas o capitão não deixou ela sentar e mandou ficar em forma, o*

<sup>32</sup> O relato é de uma ex-aluna que foi entrevistada. A aluna se autodeclara heterossexual. Optou-se por não registrar o nome dela para preservá-la. Assim, adotou-se o nome fictício de “Elektra”, que a partir de agora será referenciado quando o trecho da entrevista for de sua autoria.

<sup>33</sup> Esse é um trecho da entrevista de um ex-aluno, que se autodeclara homossexual. Optou-se por denominá-lo Alexandre.

*comando dele era que quando fala-se fora de forma marche, gritaríamos CPM, fizemos, contudo essa colega que não estava bem não gritou por conta das dores, então ele fez todo mundo voltar e só ela gritar, ela tentava gritar e não conseguia, chegando ao ponto dela chorar e implorar para sair e ele não deixar, então ele ficou ali sacrificando ela por um grito de CPM, o que achei ridículo, reforçando mais uma vez, de que alguns militares acham que temos a mesma disposição física igual a eles, sendo que não temos, ou seja, alguns acham que só por que é autoridade acabam elevando poder.*

Por outro lado, Elektra considera que a “rigidez” da disciplina pode ser benéfica. Para ela, *“Muitas pessoas são contra a rigidez e a disciplina, mas hoje vejo como elas me beneficiam em questão de ser organizada e criar uma rotina na faculdade, além de lemas que levarei para o resto da vida, desde disciplina até o respeito que aprendemos ter no CPM.”*

Alexandre também considera que o cotidiano e ambiente escolar do CPM Alagoinhas, contribuiu positivamente para a sua formação. Para o entrevistado,

*o militar<sup>34</sup> [Colégio da Polícia Militar Alagoinhas] ao meu ver tem pontos positivos, com base no que vivi lá, ajudou no meu amadurecimento, mudei hábitos importantes, conheci pessoas incríveis, me ajudou a ter força para bater de frente com meus problemas, não ficar rodeando eles com o intuito de esquecê-los (...)*

No entanto, considera que,

*o militar também tem seus pontos negativos, deviam olhar mais os alunos como alunos, não como militares, deviam prestar mais atenção no que falam e fazem, se não vai machucar as pessoas, deviam ver os professores como educadores, não como militares também, que estão á disposição para fazer tudo o que seus superiores mandam.*

Como se pode observar, essa tensão gera uma “deferência dissimulada” e resistência, muito por conta da inabilidade de alguns militares em lidar pedagogicamente com crianças e adolescentes e tratá-los como militares já formados ou em formação, sem, entretanto extrapolar ao aceitável, se é que assim se pode considerar. Pelas ressalvas nas declarações, percebe-se que não são todos que os tratam como militares. Ademais, salientam que a disciplina contribuiu para a “mudança positiva de comportamento”.

---

<sup>34</sup> O militar é como alunxs e pais e responsáveis, geralmente denomina o Colégio da Polícia Militar Professor Carlos Rosa, bem como boa parte da população de Alagoinhas e adjacências. É uma identidade criada espontaneamente pelo público alvo.

Ressalta-se que o poder disciplinar é uma relação entre estudantes e quem pode aplicar a punição. Este processo em certas ocasiões abre um campo para negociação do poder, pois presenciei ocasiões onde policiais militares comunicavam determinados fatos e aqueles alunxs comunicadxs recorriam à direção e a comunicação era anulada sem o autor da comunicação, inclusive, ser ouvido. Ademais, como qualquer outra Instituição Escolar da rede CPM, o Colégio está sob a fiscalização interna da PMBA e externamente pelo Ministério Público. Pais e alunxs sabem disso.

Mas o fato é que o Corpo de alunos busca consolidar a cultura militar e uma normatização do comportamento mediante os mecanismos do poder disciplinar que aparecem explicitamente no Regulamento disciplinar, no Manual do Aluno e nas Normas Gerais de Ação<sup>35</sup>. Este processo ocorre tanto no cotidiano com a constante vigilância, quanto com os rituais militares e as solenidades. Ao que tudo indica, subjacente está a preservação da imagem e tradição do Colégio, que não se sabe exatamente qual seja, isto é, não está claramente definida, mas que sempre é referenciada para justificar a punição ou elogio. Adicionado a isso, existe o desiderato de formar um corpo discente “dócil e útil” tanto para o cotidiano escolar, quanto para a sociedade. De outro lado, há uma preocupação em interagir com pais e responsáveis dos discentes, pois o Corpo de alunos rotineiramente informam imediatamente todas as situações envolvendo os estudantes aos seus respectivos responsáveis por escrito ou por ligação telefônica, muitas dessas ligações sob às custas dos próprios policiais lotados na seção.

A vigilância é a pedra basilar para operacionalizar a disciplina. Assim, em todos os corredores há policiais militares femininos e masculinos – no CPM Professor Calor Rosa, essa missão é feita, quase que exclusivamente, por policiais militares femininas – responsáveis pela observação do comportamento dxs alunxs – em razão da carência de efetivo masculino<sup>36</sup>. Registram a entrada e saída dos discentes nos respectivos sanitários com o intuito de preservar o patrimônio público

---

<sup>35</sup> Normas Gerais de Ação (NGA) – é um documento que estabelece regras sobre o funcionamento administrativo do Colégio, bem como regula e estabelece diretrizes disciplinares no âmbito interno do CPM. É de competência da Direção PM expedi-lo.

<sup>36</sup> Vale salientar ainda, que o efetivo do CPM Professor Carlos Rosa é formado por boa parte de policiais que sofrem com algum problema de saúde, físico ou psicológico, que o impede de trabalhar na área operacional – no serviço de rua. Deste modo, ao que tudo indica, não é a formação pedagógica o critério para a escolha, mas a incapacidade de desenvolver o trabalho de rua. Não ficou claro durante a pesquisa se tal escolha é intencional ou aleatória ou se a escolha parte da iniciativa do próprio policial enfermo.

e evitar transgressões. Ademais, entre 2015 e 2017 os policiais militares também ajudavam xs professorxs no período de avaliação final da unidade dentro da sala de aula, para evitar a conhecida “cola ou pesca”, que é uma transgressão disciplinar.

Os Serviços Administrativos e de Apoio tem a função de reforçar as metas educacionais de interesse curricular e de auxílio direto ao Diretor PM e ao Diretor SEC do CPM mediante atividades complementares à finalidade principal. Destes serviços, o CPM Professor Carlos Rosa tem em atividade o Setor de Orientação Psicopedagógica cuja função é exercida por uma policial militar formada em psicologia e a Banda de música que é dirigida por um policial militar. A Banda de Música conta hoje com 40 estudantes do nível fundamental e médio<sup>37</sup> e tem contribuído para a integração dos estudantes, criando um ambiente de socialização salutar. Fato comprovado pelos inúmeros pedidos de ingresso por pais e alunxs.

Enfim, a estrutura administrativa dos Colégios da PMBA alia gestão militar com gestão civil, sendo que a direção geral do colégio fica a cargo de um oficial superior da PMBA competindo-lhe atividades de gerenciamento pedagógico, administrativo, financeiro e patrimonial, bem como de articulação com a família, com a comunidade escolar e entorno da escola e com os poderes públicos locais. Aliado a isso, como se viu, a disciplina é missão precípua do “Diretor geral”, que dita seus liames consubstanciado no Regimento ora delineado.

---

<sup>37</sup> CPM Alagoinhas/Memorando nº 032/06/CDE. 10 Jun 2019.

### **3. PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR DA RELAÇÃO ENTRE PODER DISCIPLINAR, RAÇA E GÊNERO: controle e resistência.**

Foi visto até agora a estrutura organizacional da rede dos Colégios da Polícia Militar, com base no Regimento Escolar, bem como as singularidades do CPM Professor Carlos Rosa, destacando-se seus objetivos e respectivas funções, sobretudo, no tocante a disciplina militar, cujo escopo é o diferencial em relação aos demais colégios públicos da rede estadual. Esse diferencial está intrinsecamente ligado à cultura militar, cujas características são a hierarquia e a disciplina.

Cabe então verificar como essa cultura se enraíza analisando os mecanismos e técnicas de institucionalização do poder disciplinar. Esse eixo analítico é necessário para entender como a comunidade escolar interage com este poder, notadamente, xs discentes, para apreender suas percepções sobre as relações de raça e gênero em um cotidiano escolar que estabelece um “padrão comportamental”. O desiderato é perceber como esses marcadores aparecem nessas normas disciplinares – se aparecem – e como impactam a percepção dxs discentes e demais integrantes da comunidade escolar. Ressalta-se que não se fará um exame exaustivo em razão da limitação do objeto. A intenção é entender essa microcomunidade disciplinar para perceber em que medida a normatização podem afetar as relações raciais e de gênero.

#### **3.1 O poder disciplinar no Regulamento Disciplinar CPM: normatização de comportamentos dos sujeitos.**

Neste item será analisada as Normas Disciplinares constantes no Regimento supracitado, bem como no Regulamento Disciplinar do CPM – ambos encontrados no site da PMBA - para entender como o poder disciplinar que lhe é próprio se relaciona com gênero e raça. De antemão, é preciso salientar que para Foucault (1987, p. 153),

A disciplina "fabrica" indivíduos: ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante (...); é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente. Humildes modalidades, procedimentos menores, se os compararmos aos rituais majestosos da soberania ou aos grandes aparelhos de Estado.

Assim, cabe identificar nas normas disciplinares a “técnica do poder” que “fabrica” indivíduos no cotidiano escolar e quais os seus propósitos. Alerta-se que dá

análise dessas normas se verifica que em seu conteúdo não está restrito ao controle, a disciplina e vigilância, mas há elementos que buscam estabelecer padrões de convivência naquele microcosmo social.

Para conhecer essa dinâmica social é necessário, portanto, destrinchar os meandros dessas normas. Estas estão previstas do artigo 139º até o artigo 181º do Regimento Escolar dos CPMBAs e do artigo 1º ao 46º do Regulamento Disciplinar do CPM (RDCPM)<sup>38</sup>. O Regimento é do ano de 2011 e o RDCPM foi publicado em 2013. Assim, ao que tudo indica, o RDCPM é uma regulamentação das normas disciplinares contidas no Regimento<sup>39</sup>, não diferindo do preconizado naquele Regimento. Outrossim, outras regras disciplinares podem e são estabelecidas nas Normas Gerais de Ação<sup>40</sup>, como se vê no artigo 136º do Regimento.

Segundo Foucault, para se alcançar a disciplina esperada é necessário criar regras, padrões e estabelecer critérios de avaliação deste enquadramento. Deste modo, ao tempo que se cria um “corpo social homogêneo”, também individualiza permitindo a medição dos comportamentos considerados “desviantes”. Senão vejamos,

O normal se estabelece como princípio de coerção no ensino, com a instauração de uma educação estandardizada e a criação das escolas normais; estabelece-se no esforço para organizar um corpo médico e um quadro hospitalar da nação, capazes de fazer funcionar normas gerais de saúde. Estabelece-se na regularização dos processos e dos produtos industriais. Tal como a vigilância e junto com ela, a regulamentação é um dos grandes instrumentos de poder no fim da era clássica. As marcas que significavam status, privilégios, filiações, tendem a ser substituídas ou pelo menos acrescidas de um conjunto de graus de normalidade, que são sinais de filiação a um corpo social homogêneo, mas que têm em si mesmos um papel de classificação, de hierarquização e de distribuição de lugares. O poder de regulamentação obriga à homogeneidade; mas individualiza, permitindo medir os desvios, determinar os níveis, fixar as especificidades e tornar úteis as diferenças, ajustando-as umas às outras. Compreende-se que o poder da norma funcione dentro de um sistema de igualdade formal, pois dentro de uma homogeneidade que é a regra, ele introduz, como um imperativo útil e resultado de uma medida, toda a gradação das diferenças individuais. (FOUCAULT, 1987, p. 153-154).

---

<sup>38</sup> PMBA. Regulamento Disciplina da Rede CPM.

<sup>39</sup> Deste modo, preferencialmente será analisado o RDCPM, sendo feita a devida identificação embora o conteúdo seja o mesmo do Regimento.

<sup>40</sup> Essas Normas Gerais de Ação também podem estabelecer os deveres do corpo docente, como se observa no artigo 127º do Regimento Escolar dos Colégios da Polícia Militar da Bahia.

O Regimento discorre exatamente sobre essa perspectiva ao ressaltar que as normas disciplinares têm como escopo

especificar e classificar as transgressões disciplinares, enumerando as causas e circunstâncias que influem em seu julgamento, bem como enunciar as punições disciplinares estabelecendo uniformidade de critério em sua aplicação neste estabelecimento, tendo em realce os princípios de justiça e equidade.<sup>41</sup>

Ressalta o Regimento que “as Normas Disciplinares devem ser encaradas como um instrumento a serviço da formação integral do aluno, não sendo toleráveis nem o rigor excessivo, que desvirtua ou deforma, nem a benevolência paternalista, que a desfibra e degenera”. Propõe, portanto, um equilíbrio entre liberdade e a autoridade, algo muito próximo do que propõe Paulo Freire, como foi mencionado acima.

Entretanto, a averiguação do cumprimento dessas normas estabelece um processo de vigilância constante que extrapola os muros da escola, atrelando fiscal e fiscalizado numa relação onde ambos são submetidos ao poder disciplinar de forma “discreta e indiscreta”. Senão vejamos o que dispõe o artigo:

**Art. 140. O Regime Disciplinar, com suas conseqüências na formação do adolescente, influenciando na conduta do aluno, dentro e fora do universo escolar, deve criar condições para que o desenvolvimento da sua personalidade se processe em consonância com os padrões éticos.**

**Parágrafo Único. Em conseqüência, todos aqueles cujas atribuições funcionais possam influir nessa formação, através de atos e atitudes, devem se cercar de todo o cuidado na aplicação dos dispositivos regulamentares, sem perder de vista que o objetivo fundamental do ensino é “proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades, como elemento de autor realização, qualificação para o trabalho e preparação para o exercício consciente da cidadania”. (grifo meu)**

Neste singular, Foucault é bastante claro. Para o filósofo francês,

O poder disciplinar torna-se um sistema “integrado”, ligado do interior à economia e aos fins do dispositivo onde é exercido. Organiza-se assim como um poder múltiplo, automático e anônimo; pois, **se é verdade que a vigilância repousa sobre indivíduos, seu funcionamento é de uma rede de relações de alto a baixo para cima e lateralmente; essa rede “sustenta” o conjunto, e o perpassa de efeitos de poder que se apoiam uns sobre os outros: fiscais perpetuamente fiscalizados. [...] O que permite ao poder disciplinar ser absolutamente indiscreto, pois está em toda parte e sempre alerta, pois, em princípio não deixa nenhuma parte às escuras e controla continuamente os mesmos**

<sup>41</sup> PMBA. Diretriz Educacional Nº 001.

**que estão encarregados de controlar**; e absolutamente “discreto”, pois funciona permanentemente e em grande parte em silêncio. (FOUCAULT, 1987, p. 148) (grifo meu).

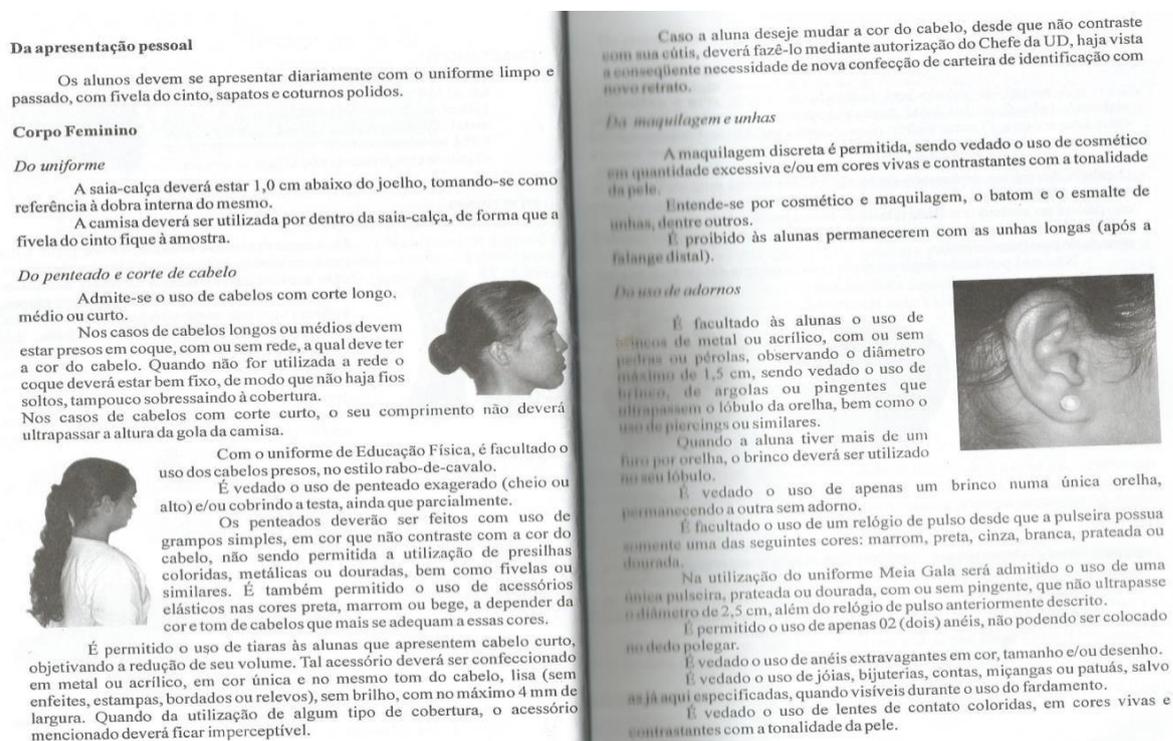
Assim essa vigilância ocorre em todo cotidiano escolar através do corpo administrativo, docente, mas, sobretudo por policiais militares que são designados para essa missão, atuando nos corredores, na cantina, nos espaços de recreação, desportivo e às vezes também em sala de aula como foi esclarecido acima. Essa vigilância ocorre também fora dos muros do Colégio, desde que os alunos estejam com a farda colegial.

Analisando o espaço escolar do CPM Professor Carlos Rosa percebe-se que, apesar de sua estrutura física ter sido construída sem o escopo de uma instalação militar, a divisão das repartições apresenta pontos fortes e fracos que contribuem para a vigilância. Os pontos fortes estão nos corredores e nos banheiros, pois permitem a observação constante, facilitando o controle disciplinar, tanto durante as aulas quanto após. O pátio coberto também oferece uma razoável estrutura para as aulas de Instrução Militar. Contudo, o Colégio até 2017 carecia de espaço para treinamento de desfile cívico-militar, tornando-se ponto fraco. Tendo em vista que a Instrução Militar, propriamente dita, objetiva a “economia de gestos” para facilitar o controle do corpo e das vontades individuais, para tornar o grupamento mais eficiente na ordem unida, o espaço é razoável. Em 2018 foi inaugurado o asfaltamento de uma área onde ocorrem atualmente as solenidades cívico-militares. É neste espaço que ocorrem frequentemente as instruções de Ordem Unida, atividade da matéria Instrução Militar cujo principal objetivo é implantar os “reflexos de obediência e disciplina”, como veremos adiante.

Essa fiscalização aparece também nas redes sociais. O argumento é a preservação da imagem da Instituição e uma convivência harmoniosa no microcosmo escolar, como se de fato, isso pudesse ser possível. Ao que parece, a intenção é silenciar as diferenças e as hierarquias sociais construídas a partir dessas. Neste singular, a ênfase é no “padrão comportamental dos alunos do Colégio da Polícia Militar” construído a partir da cultura militar inerente a corporação. Esse objetivo já se encontra delineado no preâmbulo do RDCPM alertando os discentes da necessidade desse enquadramento. (PMBA, 2013) O alerta também é feito aos responsáveis pelos discentes que matriculam seus tutelados cientes dessas regras.

Destarte, a harmonia é buscada a partir de um “padrão comportamental”. Portanto, o estudante que não se adéqua a esse “padrão” é considerado transgressor e passível de punição, que pode ser, inclusive, a transferência compulsória ou exclusão disciplinar. O “padrão comportamental” esperado dos estudantes, não obstante traga à baila “princípios universais”, no tocante ao gênero elencar regras específicas para os corpos masculinos e femininos. A definição, como o próprio preâmbulo alerta, é minudente, estabelecendo normas para o corte de cabelo, unhas, uso de acessórios, uniforme e maquiagem. Esses detalhes são regulamentados e explicitados mediante o Manual do Aluno do Colégio da Polícia Militar, como se vê no artigo 135 do Regimento Escolar. O CPM/ Unidade Alagoinhas<sup>42</sup> tem o seu manual, que descreve as singularidades da “Apresentação Pessoal” dividida em “Corpo Feminino” e “Corpo Masculino”.

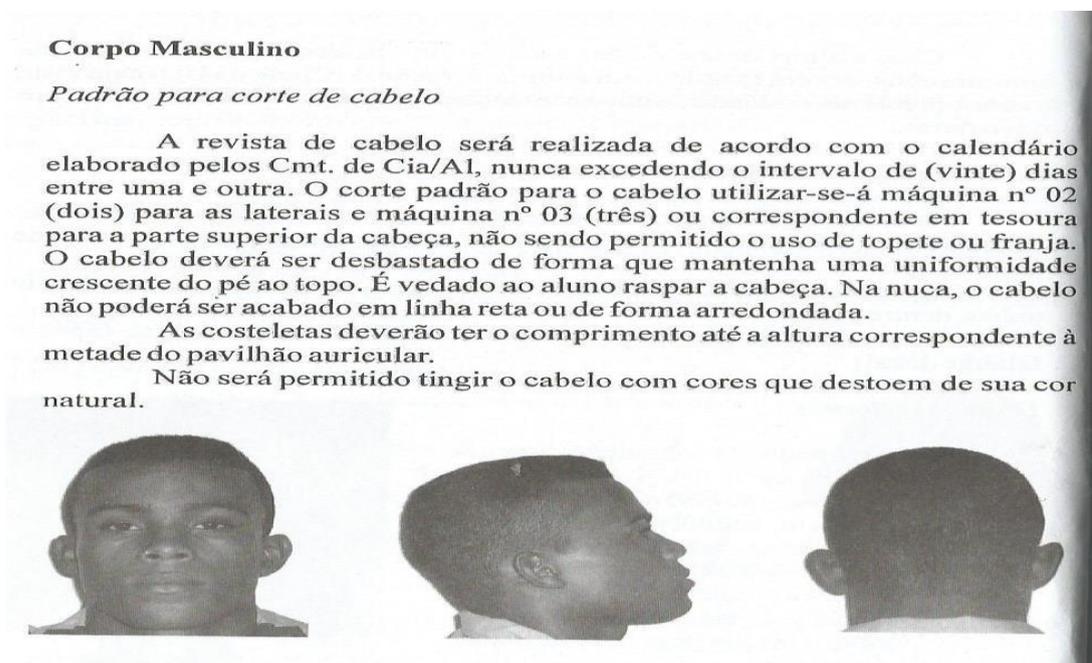
Figura 1 – Corpo Feminino



Fonte: PMBA. Colégio da Polícia Militar/Unidade Alagoinhas - Manual do Aluno. pp. 38 – 39

<sup>42</sup> PMBA. Colégio da Polícia Militar/Unidade Alagoinhas - Manual do Aluno. Embora não apresente a data de publicação ou ficha catalográfica para definição da autoria, supõe-se que tenha sido idealizado pelo então Diretor do CPM Agnaldo Alves de Almeida, outrora Capitão da PM.

**Figura 2 – Corpo masculino**



Fonte: PMBA. Colégio da Polícia Militar/Unidade Alagoinhas - Manual do Aluno. p. 40.

Nas figuras acima se percebe, sobretudo na descrição da disposição do cabelo, um silêncio sobre as peculiaridades do cabelo crespo das estudantes, embora apresente imagem de um aluno negro. Somando-se a esse detalhe, que parece imperceptível, mas que é tão caro ao sentimento de pertencimento racial, há também os detalhes quanto à vestimenta que demarca a condição de gênero feminino. Ali estipula a “saia-calça” como peça do “corpo feminino”, inclusive estabelecendo que o seu comprimento deva atingir 1,0 cm abaixo do joelho. Deste modo, está delineado no uniforme o gênero com uma preocupação de demarcar no corpo o que é aceitável a partir da normatividade dominante dos costumes e da moral. Esses detalhes para balizar o gênero masculino e feminino são explicitados no Regulamento de Uniformes da Polícia Militar, como se vê no anexo 01.

Encarregada de reproduzir a ideologia da classe dominante reforçando os estereótipos e silenciando as heterogeneidades, a escola naturaliza dicotomias antagônicas como teoria / prática, ensinar / aprender, masculino / feminino, branco / não-branco, heterossexual / homossexual, refletindo as relações de poder da sociedade gendrada, onde os primeiros termos têm prevalência sobre o segundo.

Neste singular, a sexualidade tem destaque. Nossa sociedade tem como normalidade sexual a heteronormatividade, consubstanciada no homem branco, heterossexual, de classe média e cristão, sendo considerada desviante a manifestação sexual diferente a essa norma dominante.

Neste contexto, a escola para manter a heteronormatividade, segundo Louro, busca dissimular, silenciar e negar a discussão sobre a sexualidade. Por outro lado, assume uma função ambígua, pois através da vigilância imprimiu essa norma mediante legislações e regulamentos no intuito de normalizar e construir as identidades de gêneros e sexo com base nos padrões estabelecidos (LOURO, 2000). Ressalta Louro, entretanto, “que os grupos dominados são, muitas vezes, capazes de fazer dos espaços e das instâncias de opressão, lugares de resistência e de exercício de poder.” (LOURO, 1997, p. 33).

O CPM não é diferente das demais instituições escolares. A “identificação” de gênero polarizada, ao que tudo indica, perpassa pelo “padrão de comportamento” esperado, visivelmente identificado pelo uniforme. É uma “homogeneidade” de condutas que possivelmente normatiza as diferenças entre os gêneros e suas diversidades. Contudo, de certa forma, desconstrói a idealização do Colégio da Polícia Militar enquanto um espaço de militarização tido enquanto um lugar privilegiado aos homens e, portanto, construtor de masculinidades, sobretudo, “masculinidades estritamente ligadas à virilidade, força e ao risco”. Mas como ocorre na própria PMBA, conforme relato supramencionado no capítulo anterior, a hierarquia em relação ao gênero está presente dentro de uma perspectiva dicotômica. É possível supor que essas hierarquias ocorram no tocante às identidades de gêneros e orientações sexuais consideradas “dissidentes” a estas polarizações dentro do CPM. Resta saber em que medida se apresenta<sup>43</sup>.

A homogeneidade que individualiza os comportamentos está visivelmente delineada no Regulamento Disciplinar do CPM. Neste, estão elencadas as transgressões, o critério de julgamento e classificação, às punições correspondentes, gradação, forma de execução e normas para aplicação. (PMBA, 2013). As condutas consideradas aceitáveis estão condicionadas a inviolabilidade “dos preceitos de ética, dos deveres e obrigações escolares, das regras de convivência social e dos padrões de comportamento impostos aos alunos, em

---

<sup>43</sup> No transcorrer do texto discutiremos essa perspectiva.

função do sistema de ensino peculiar ao CPM.” (PMBA, 2013) Os comportamentos desviantes (transgressões disciplinares) são classificados conforme a sua natureza em leve, médio, grave e eliminatório. O RDCPM assim define:

As **transgressões de natureza leve** são aquelas que não chegam a comprometer os padrões morais, pedagógicos e escolares, situando-se exclusivamente no âmbito disciplinar.

As **transgressões de natureza média** são aquelas que atingem aos padrões de disciplina e/ou comprometem o bom andamento dos trabalhos escolares.

As **transgressões disciplinares de natureza grave** são aquelas que comprometem a disciplina, os padrões morais e os costumes, bem como o andamento dos trabalhos pedagógicos.

As **transgressões disciplinares de natureza eliminatória** são aquelas que afetam diretamente o decoro do Colégio, a honra pessoal do aluno com repercussão no meio escolar bem como a reincidência e a contumácia em faltas graves que causem uma convivência insuportável entre o aluno e o Colégio.(PMBA, 2013)

Para cada aspecto acima citado, as transgressões são tipificadas especificando a conduta a ser evitada. Assim, são quinze as transgressões disciplinares consideradas leves; sessenta de natureza média; vinte e cinco graves e sete eliminatórias, variando de mexer e conversar em “forma”<sup>44</sup> a ter sido denunciado, pronunciado ou condenado pela justiça comum ou militar. Entre esses extremos encontram-se as punições por condutas inadequadas relacionadas ao desrespeito e violência contra os membros da comunidade escolar, consumo de bebidas alcoólicas e entorpecentes, bem como aspectos propriamente pedagógicos, como usar de fraudes ou “meios ilícitos para resolução de trabalhos escolares”. Faltar com a verdade é considerada uma transgressão grave. Assim, desde cedo, o corpo docente aprende regras que objetiva moldar o caráter em busca de uma convivência social “harmoniosa”.

No entanto, a ênfase são as transgressões que afetam “gravemente a honra pessoal, o pundonor, o decoro social” e que “tornem o aluno incompatível com o bom nome do Colégio e a dignidade do Corpo Discente”, que, inclusive, podem ser consideradas de natureza grave e eliminatória. (PMBA, 2013) Tais “máculas” ao bom

---

<sup>44</sup> O termo “forma” refere-se ao momento em que os discentes estão agrupados em uma formação militar e em uma posição onde se exige a imobilidade e o silêncio. Geralmente são duas as formações: coluna e linha. A formação em coluna é o dispositivo de uma tropa, cujos elementos (homens, frações ou viaturas) estão uns atrás dos outros. A formação em linha é a disposição de uma tropa cujos elementos (homens, frações ou viaturas) estão dispostos um ao lado do outro. (Cf. EXÉRCITO BRASILEIRO. Portaria nº 079-EME, de 13 de julho de 2000. Manual de Campanha C 22-5 – Ordem Unida.

nome do Colégio caracterizam-se quando as transgressões são cometidas por discente uniformizado, dentro ou fora do ambiente escolar, como “namorar, quando devidamente uniformizado” (Inciso XCVI, & 3º do artigo 6º do RDCPM).<sup>45</sup>

Segundo Foucault (1987, p. 153-4), “o poder de regulamentação obriga à homogeneidade; mas individualiza, permitindo medir os desvios, determinar os níveis, fixar as especificidades e tornar úteis as diferenças, ajustando-as umas às outras.”. Destarte, o Regulamento Disciplinar classifica o comportamento discente por grau numérico. Assim, dispõe o artigo 38 do RDCPM: I. Excepcional - grau 10,0; II. Ótimo - grau 9,0 a 9,99; III. Bom - grau 7,0 a 8,99; IV. Regular - grau 5,0 a 6,99; V. Insuficiente - grau 2,0 a 4,99 e VI. Incompatível - grau abaixo de 2,0.

Essa pontuação é calcada em um sistema binário - penalidade e recompensa – que estabelece o número de pontos a serem deduzidos negativamente ou computados positivamente do grau numérico do comportamento. Deste modo, o “padrão comportamental”, que pressupõe a homogeneidade, acaba individualizando, pois é possível medir tal comportamento com base nessa aferição de pontos.

Segundo o RDCPM, a “punição disciplinar é a penalidade de caráter educativo que visa a preservação da disciplina escolar, elemento básico indispensável à formação integral do aluno.” A recompensa são elogios. Embora, o RDCPM não os defina, supõe-se que sejam concedidos a discentes em razão ao enquadramento às normas estabelecidas e por se destacarem em atitudes “virtuosas”. Conforme o artigo 25 do RDCPM, “todas as punições aplicadas deverão ser publicadas em boletim interno do UD/CPM, implicando na elaboração de uma nota de punição”. Além das punições são publicados também os elogios. Geralmente esse Boletim é lido pelos próprios discentes na presença de toda a escola durante a parada as sextas-feiras ou em outro dia designado pelo Corpo de Aluno. É um rito. Perante o batalhão escolar, em forma, cada punição e cada elogio dos alunos é exposto para todos. A punição se dá também pela exposição dos erros e a recompensa pelo elogio público.

Para Foucault (1987, p. 153-4), o poder da norma precisa funcionar dentro de um sistema de igualdade formal, pois “dentro da homogeneidade que é a regra, ele introduz, como um imperativo útil e resultado de uma medida, toda a gradação

---

<sup>45</sup> Em razão da extensão, a lista dos tipos de transgressões encontra-se no Anexo 04 desta monografia.

das diferenças individuais.” Deste modo, cada estudante ao se matricular ou ser matriculado no CPM ingressa no BOM comportamento, com o grau numérico 8. Foucault (SANTOS, 2010, p. 26), sustenta que “só é possível o exercício do poder sobre sujeitos livres para que possa haver também a resistência; pois se não há a possibilidade da resistência, não há poder”. Então, à medida que vai cometendo transgressão – que é, como vimos, uma violação dos deveres e valores morais que caracterizam o padrão comportamental do discente CPM - esse número vai sendo reduzido e o comportamento dx alunx sofre nova classificação a depender da pontuação que alcançou. Segundo o RCDPM as punições a que estão sujeitos xs alunxs são as seguintes em ordem crescente de gravidade:

O **Impedimento** é a obrigação de comparecimento que se aplica aos alunos nas dependências do Colégio da Polícia Militar, aos sábados e/ou domingos, pelo cometimento de faltas de natureza leve.

A **Advertência** é uma admoestação em boletim feita ao aluno pelo cometimento de falta leve.

A **Repreensão** é a pena publicada em boletim relativa a transgressão de natureza leve.

A **Retirada de Aula** é o afastamento momentâneo do aluno transgressor das atividades de classe, em virtude de comportamento incompatível com o andamento dos trabalhos pedagógicos.

A **Suspensão Sem Prejuízo das Atividades Escolares** é a punição disciplinar aplicada às faltas de natureza média que prescindam o afastamento das atividades escolares.

A **Suspensão das Atividades Escolares** é a privação ao aluno da assistência às aulas e demais atividades curriculares ou extra-curriculares.

A **Exclusão Disciplinar** é o desligamento imediato do estabelecimento de ensino, pelo cometimento de transgressão de natureza grave e eliminatória, após ouvido o Conselho Disciplinar do CPM. (PMBA, 2013, p.9)

Essas punições têm as seguintes pontuações: advertência - 0,10; repreensão - 0,20; retirada de Aula - 0,30; suspensão Sem Prejuízo das Atividades Escolares - 0,50 e suspensão das Atividades Escolares -1,00, sendo que esta punição sofrerá um acréscimo de 0,50 a cada dia de suspensão após as 24 horas iniciais. (PMBA, 2013, p. 15-16) Por outro lado, o elogio, que pode ser coletivo ou individual, tem os seguintes graus numéricos: o individual vale 0,25 e o coletivo 0,15. Assim, o RDCPM permite individualizar os comportamentos definindo-o a partir dos “dissidentes”.

O julgamento das transgressões leva em conta circunstâncias atenuantes e agravantes. Outrossim, se houver justificção não há punição. No entanto, mesmo julgada procedente e aplicada a penalidade, ela pode ser modificada pela

“autoridade que aplicou ou por ordem superior e competente, quando tiver conhecimento de fatos que recomendem tal procedimento”, podendo ser anulada, relevada, atenuada ou agravada. (PMBA, 2013, p. 12) É direito dx estudante pedir reconsideração de ato, toda vez que se julgar prejudicadx, ofendidx ou injustiçadx através da impetração de recurso que pode ser feito pelx discente ou seu responsável, quando menor de idade.

No entanto, qualquer discente está sujeito à exclusão disciplinar – desligamento do Colégio, isto é, transferência compulsória -, toda vez que cometer uma falta eliminatória ou “ingressar no INCOMPATÍVEL COMPORTAMENTO a qualquer época do ano letivo e de acordo com o decidido pelo Conselho Disciplinar do CPM” sempre precedido de uma investigação, mediante sindicância administrativa. (PMBA, 2013, p. 16)

Como salienta Foucault, não existe poder sem resistência. Segundo Santos (2010, p. 26), o filósofo francês nos alerta que

se há poder, há resistência, se há normas, padrão, regras, há também formas de desobedecer a cada uma delas e também que, embora essa resistência não seja institucionalizada, nem escrita, ela existe e é praticada por cada sujeito, independente da posição social que ele ocupe de diversas maneiras e em diversos lugares.

Em 2017 no CPM Professor Carlos Rosa foram dezessete alunos transferidos compulsoriamente após submissão ao Conselho de Disciplina. Em 2018 foram noventa e nove e esse ano, até 10 de junho, um aluno foi desligado do CPM.<sup>46</sup> Isto demonstra a resistência dos alunos ao poder de regulamentação. Ressalta-se que muitas vezes esses alunos não são excluídos por uma falta grave que desabone a conduta, mas pelo decréscimo da nota da disciplina pelo cometimento de variadas transgressões como: corte de cabelo, falar em forma, atender celular em sala de aula etc. ao longo da trajetória no CPM.

De outro lado, essas normas disciplinares estabelecem regras de convivência com o desiderato de harmonizar as relações dentro da comunidade escolar, sobretudo, coibindo violência e desrespeito. Senão vejamos os seguintes incisos do artigo 6º do RDCPM: LIV. ofender a moral por atos, gestos ou palavras; LV. travar discussões com seu colega; LVIII. espalhar boatos ou notícias

---

<sup>46</sup> Não foi realizado o levantamento das punições das transgressões de natureza leve, média e grave sofridas pelos alunos. Preferiu-se computar apenas as punições de exclusão disciplinar por deixar evidente a resistência dxs alunxs a normatização. Essas informações foram prestadas pela Direção PM mediante o Memorando nº 032/06/CDE que segue em anexo.

tendenciosas; LXIII. caçar, prender ou matar aves ou outros animais nas dependências do Colégio ou fora dele, ou de qualquer outro local de responsabilidade militar ou de órgão de proteção ambiental; LXXXVI. provocar ou disseminar a discórdia entre colegas; XCII. agredir física ou moralmente integrante do corpo docente, discente, funcionários, ou pessoa civil; (PMBA, 2013, p. 12)

Contudo, o poder disciplinar não está presente apenas no RDCPM restrito a disciplina. O Regimento Escolar do CPM estabelece hierarquias tipicamente militares mediante postos e graduações para os alunos CPM que estão relacionados nas Normas para promoção do corpo discente do Colégio da Polícia Militar – Anexo Único. (PMBA, 2013) Essas normas estabelecem os graus hierárquicos dos estudantes sendo assim estruturada, conforme o artigo 7º,

**I – Postos:**

- a) Aluno Coronel
- b) Aluno Tenente Coronel
- c) Aluno Major
- d) Aluno Capitão
- e) Aluno 1º Tenente
- f) Aluno 2º Tenente

**II – Graduações:**

- a) Aluno Aspirante
- b) Aluno Subtenente
- c) Aluno 1º Sargento
- d) Aluno 2º Sargento
- e) Aluno 3º Sargento
- f) Aluno Cabo

Os critérios para promoção de um grau hierárquico são: antiguidade e promoção. O Regimento define a promoção por antiguidade, como a “que se baseia na aferição da classificação do aluno, através da média ponderada dos critérios intelectual e de comportamento”, avaliados, anualmente, quando da conclusão da série, observando os seguintes valores: média intelectual global das 03 (três) unidades multiplicada por 06 (seis); e o grau de comportamento multiplicado por 04 (quatro). Portanto, novamente, a medição do comportamento é extremamente importante para fundamentar a disciplina, pois os discentes dependem dessa pontuação para serem promovidos (as). No artigo 6º desse Anexo único está definido que a promoção por merecimento

é a que se baseia no conjunto de atributos e qualidades que distinguem e realçam o valor do aluno entre seus colegas, dentre eles estar no excepcional comportamento, avaliados no período mínimo de 03(três) anos na escola, e no desempenho de excelência em comissões exercidas e demais atividades que mereçam destaque, a critério e avaliação de um Colegiado de Oficiais do Corpo de Alunos sob a coordenação do Diretor Adjunto, tendo seu parecer submetido à apreciação do Diretor PM para efeito de deliberação. (PMBA, 2013)

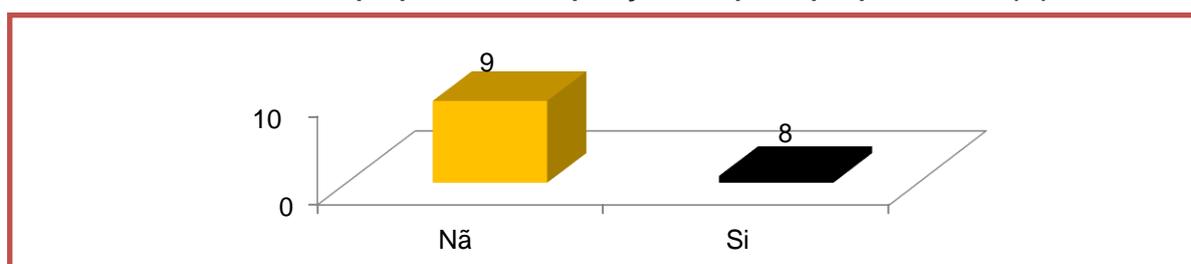
Contudo, conforme o parágrafo único desse artigo, somente ocorre em situação onde não haja concorrência com as vagas destinadas aos candidatos do

critério de antiguidade, bem como necessidade de abertura de vagas, contudo não ocorrerá por mais que duas vezes no ano em cada Unidade Escolar.

Além desse processo que alia pontuação da média intelectual e disciplinar, o Regimento Escolar ainda prevê a concessão de Medalha do Mérito Intelectual que “será concedida, com diploma respectivo, aos alunos que se classificarem nos 1º, 2º e 3º lugares, do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental II e nas 1ª à 3ª série do Ensino Médio”. Essas medalhas têm as seguintes denominações: a) **Ouro**: “*Rui Barbosa*” – dedicação ao estudo, conferida ao 1º colocado de cada série; b) **Prata**: “*Cel PM Antônio Factum Pita*” – conferida ao 2º colocado de cada série; e c) **Bronze**: “*Professor Ambrósio da Conceição Mendes*” – conferida ao 3º colocado de cada série. Essas condecorações estão previstas no artigo 184 do Regimento Escolar do CPM. Portanto, de certa forma é um estímulo tanto o aperfeiçoamento intelectual, quanto disciplinar. Ademais, possivelmente, xs alunxs graduadxs e medalhistas se revestem de *status* frente aos demais. Neste singular, é o mérito intelectual e a obediência as regras que destacam xs discentes graduadxs, portanto, independe da raça ou gênero. Do ano de 2007 à 2018 foram graduados nove alunos do gênero masculino e três do gênero feminino para AL CPM CEL. Esse posto, reveste-se de status ao estudante que o alcança, por isso é desejado.

Embora o RDCPM não mencione nenhuma transgressão disciplinar relacionada ao preconceito em razão da raça, gênero, orientação sexual ou outro marcador social, suas normas têm sido utilizadas para sancionar discentes por cometer “Bullyng” ou por agir preconceituosamente, desrespeitando as diferenças entre si. Segundo a Direção PM no ano de 2017 houve cinco punições e em 2018 duas punições. Para verificar a incidência de transgressões disciplinares cometidas pelxs estudantes relacionadas ao preconceito foi realizada a pesquisa com cinquenta e dois alunxs do Ensino Médio – objeto de estudo desta pesquisa. Foram também entrevistadx onze ex-alunxs concluintes do nível médio do CPM.

**Gráfico 1 – Discentes que presenciaram punição disciplinar por preconceito (%) - CPM**



Fonte: Elaboração própria (2019)

O gráfico confirma as informações da Direção PM. Há a existência de preconceito no ambiente escolar do CPM, porém, com baixa incidência. Dos que presenciaram qualquer tipo de preconceito ou “Bullyng”, seis se autodeclararam como pretos, oito como pardos e três como brancos. Dos doze ex-alunxs entrevistadxs apenas cinco confirmaram ter presenciado punição disciplinar em razão de preconceito, quando estudavam no CPM.

De outro lado, o Regimento Escolar das Unidades Escolares integrantes do Sistema Público Estadual de Ensino, Portaria nº 5.872, de 15 de julho de 2011<sup>47</sup>, também traz à baila a questão da disciplina. Esse Regimento define o ato de indisciplina como,

o que não constitui crime ou contravenção e implique no descumprimento das obrigações previstas no incisos II e III do art. 60, nos art. 66 e 67 deste Regimento ou nas normas vigentes expedidas pela direção da unidade escolar, pelo Conselhos Estadual e Nacional de Educação, bem como pela Secretaria da Educação acerca da convivência no ambiente escolar.

Entretanto, diferente do RDCPM, que tipifica o ato de indisciplina constituindo grau numérico, natureza das transgressões, classificação do comportamento etc, esse Regimento menciona a possibilidade da Direção escolar, em comum acordo com o Colegiado, estabelecer normas de convivência na unidade escolar, que, dentre outros aspectos, crie o “o dever de não discriminação por raça, condição social, gênero, orientação sexual, credo ou ideologia política.”<sup>48</sup>. Destarte, pressupõe a possibilidade da incidência dessas discriminações dentro da comunidade escolar, sobretudo, entre os discentes.

### **3.2 – Instrução pré-policia militar: ensinando norma e instrumentalizando resistência.**

No item anterior foi analisado o poder disciplinar no Regulamento Disciplinar do CPM para verificar como se articula com as relações de gênero e raça no cotidiano do CPM Professor Carlos Rosa. Foi relatado o processo das normas disciplinares e a constituição de um “padrão comportamental” que almeja uma “convivência harmoniosa”. A partir do pensamento de Foucault, constatou-se que as normas disciplinares ao tempo que homogeneiza as condutas, também permitem a sua individualização mediante o sistema disciplinar com feições militares inerentes

---

<sup>47</sup>SEC/BA. Portaria nº 5.872, de 15 de julho de 2011, p. 25.

<sup>48</sup> SEC/BA, 2011, p. 25.

ao CPM, que usa “grau numérico” para classificar os comportamentos. Apesar disso, não ficou evidenciado uma clara distinção do impacto do RDCPM nas relações de gênero e raça, em comparação com o proposto pelo Regimento Escolar das outras unidades escolares integrantes do Sistema Público Estadual de Ensino.

Neste item pretende-se discutir como essas normas disciplinares são ensinadas aos discentes. O intuito é analisar um dos componentes da grade curricular denominado Instrução Militar para entender em que medida esse componente contribui para consolidar o poder da norma. Para tanto será delineada a experiência deste pesquisador enquanto professor do citado componente, desde 2013 até os dias atuais, dialogando com as transformações que ocorreram no currículo dessa matéria escolar.

A Instrução Militar é uma disciplina específica do currículo da rede CPM constante da parte diversificada. Segundo Oliveira (2018, p. 28), a finalidade dessa disciplina é “possibilitar uma postura comportamental alinhadas de forma reflexiva e contínua com os preceitos dos direitos humanos, assegurando aos alunos uma aprendizagem significativa das garantias democráticas, individuais e coletivas”.

A Instrução Militar não se resume a difusão da cultura militar ensinada por uma educação propriamente militar, com vistas a transformar o educando em um soldado. Salienta ainda aquela autora que “de acordo com a matriz curricular do CPM, a disciplina Instrução Militar deve ser ministrada com a proposta de orientar a conduta do aluno, dentro e fora do universo escolar, criando condições para que o desenvolvimento da sua personalidade esteja em consonância com os padrões éticos e sociais indispensáveis para vivência na comunidade” (OLIVEIRA, 2018, p. 28). Deste modo, o fio condutor proposto pela disciplina é a orientação do discente para a formação de uma personalidade arraigada em “padrões éticos e sociais indispensáveis para a vivência em comunidade”.

É através dessa matéria que os discentes são inseridos na cultura militar, sobretudo, conhecendo os valores da hierarquia, disciplina, ética e civismo, inerentes a essa cultura. A interação entre essa cultura militar e outros aspectos da cultura, bem como as noções dos diversos ramos do direito, não autoriza mais denominá-la como Instrução Militar no universo do cotidiano escolar do CPM. O que caberia adequadamente seria denominá-la como “disciplina pré-policia militar”, em razão da sua aproximação a grade curricular da formação dos quadros da PMBA e em virtude da matéria ser ministrada por policiais militares a partir das experiências

pedagógicas próprias à sua formação. Inclusive, sem o aporte dos materiais didáticos e/ou suportes pedagógicos que possuem as outras disciplinas do currículo oficial, cujas orientações são subsidiadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Nem sempre essa finalidade estava devidamente definida. Toda relação social tem sua historicidade, a disciplina Instrução Militar não foge a regra. Sua função, ao que tudo indica, esteve ligada a consolidar o poder da norma acompanhando o ensino militar do Exército e as próprias singularidades dos diferentes espaços educativos da PMBA<sup>49</sup>.

Nos cursos “propriamente” de formação policial militar, as disciplinas estavam lastreadas em um currículo que privilegiavam, até 2005, a disciplina e a hierarquia militar, notadamente, a matéria de Ordem Unida, com base no manual C-22-5 do Exército<sup>50</sup>. Este manual caracteriza a Ordem Unida como,

uma disposição individual e consciente altamente motivada, para a obtenção de determinados padrões coletivos de uniformidade, sincronização e garbo militar. Deve ser considerada, por todos os participantes – instrutores e instruendos, comandantes e executantes – como um significativo esforço para demonstrar a própria disciplina militar, isto é, a situação de ordem e obediência que se estabelece voluntariamente entre militares, em vista da necessidade de eficiência na guerra.<sup>51</sup>

Deste modo, se transferia as peculiaridades do Exército para o cotidiano educacional do CPM. Vê-se claramente neste manual a ênfase na obediência e, conseqüente, na disciplina militar. Estes objetivos explicita ainda a fabricação de corpos “dóceis e uteis”, moldados pelo poder disciplinar. Ademais, ressalta-se que estão direcionados ao gênero masculino. Não apenas ignora a diversidade de identidades de gênero que compunha as fileiras dessa força, como enfatiza uma masculinidade.

Além da Ordem Unida adotada nos diversos cursos da PMBA, outros elementos que fazem parte da cultura militar eram e são ministrados. A bibliografia adotada, portanto, buscava dar conta dessa formação. Os principais manuais e regulamentos indicam isso, além do Manual de Ordem Unida, estão entre eles:

---

<sup>49</sup> Aqui não se pretende exaurir a história da educação militar dentro do CPM, mas apenas esboçar o que esse pesquisador encontrou sobre a disciplina, enquanto professor ministrante. Outrossim, sobre o ensino militar já foi referido acima.

<sup>50</sup> EXÉRCITO BRASILEIRO. Portaria nº 079-EME, de 13 de julho de 2000. Manual de Campanha C 22-5 – Ordem Unida.

<sup>51</sup> EXÉRCITO BRASILEIRO, 2000, p. 2

Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas, instituído pelo Decreto n. 2.243 - de 3 de junho de 1997; Regulamento Interno e dos Serviços Gerais – R-1 (RISG); Instruções Gerais para Aplicação do Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas (IG 10-60), instituída pela Portaria nº 408, de 8 de agosto de 2000 e outros regulamentos inerente a caserna, todos baseados na doutrina do exército. Contudo, a formação policial militar não está restrita ao “ser militar” própria de sua cultura. Até porque, a função desempenhada pela Polícia Militar diverge da missão do Exército. Assim, na grade curricular da formação do policial estão presentes disciplinas ligadas as noções dos diversos ramos do direito, bem como das ciências humanas, como sociologia etc. Essa “educação policial militar” foi, ao que tudo indica, influenciada pela colaboração da UFBA no final da década de 90 do século passado e servia como parâmetro para o currículo da disciplina pré-policial militar adotado no CPM Professor Carlos Rosa. O modelo didático-pedagógico seguia os caminhos dos cursos de formação dos quadros da PMBA, sobretudo, da Academia de Polícia Militar responsável pela formação dos oficiais da PM.

A grade curricular passava por um período de transição que direcionava para a formação do que poderíamos chamar de “técnico em segurança pública”, isto é, o policial militar garantidor dos direitos sociais fundamentais à cidadania. Neste diapasão, a educação militar ganhava novos contornos e aos poucos era enriquecida com outras vertentes educacionais ligadas às ciências humanas e sociais, notadamente, sociologia, administração e jurídicas.<sup>52</sup>

No entanto, no CPM Professor Carlos Rosa não havia uma definição clara dos conteúdos da disciplina para cada série/ano da educação básica até final de 2013, ano que este pesquisador começou atuar como instrutor da matéria. Alias, não apenas o CPM Alagoinhas, mas toda rede CPM, pois os Colégios ministravam conteúdos e adotavam metodologias didático-pedagógicas distintas. O mínimo comum era o ensinamento da cultura militar. Na ocasião essa lacuna causava certa angustia a este pesquisador, em razão da inexperiência de lidar com a cultura militar e a sua aplicação a um público com idade e processo de cognição diferenciados.

---

<sup>52</sup> PMBA/SUBCOMANDO/BGO nº 060, de 30 Mar. 2016. Neste Boletim Geral Ostensivo consta a grade curricular da formação de soldados. Ao que tudo indica, essa grade curricular está ligada aos preceitos da SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Comecei com discentes do 6º Ano. Não havia nenhum material didático específico ou orientação para lidar com esses discentes, sequer planos de matéria para cada série/ano tinha. A instrução era lastreada nas experiências de cada instrutor na caserna e era comum séries/anos diferentes, tanto do ensino fundamental quanto do ensino médio, estarem aprendendo o mesmo conteúdo.<sup>53</sup> Dessa maneira, por iniciativa dos oficiais instrutores e da Direção PM do CPM Professor Carlos Rosa, a partir de 2014 ocorreram várias reuniões nas Atividades Complementares para definição dos planos de curso de cada série/ano.

O escopo era padronizar a instrução e dotá-la de uma sequência lógica, não linear, progressiva, respeitando a série/ano. Destarte, foram delineadas as ementas de cada série, respeitando a faixa etária. Esse debate frutificou uma perspectiva que contemplaria assuntos que intencionava instrumentalizar os estudantes na construção de uma consciência em torno da cidadania. A cultura militar não seria abandonada, mas estaria ao lado de uma “formação cidadã”. Os assuntos nesse diapasão não comporia a ementa como transversal. A ideia era por meio do que chamo de “disciplina pré-policia militar”, contemplar conteúdos que ultrapassasse as cercanias de um Colégio com “feições militares” para se estender a temas tão caros à cidadania e que, de certa forma, não eram enfatizados em outras disciplinas comuns ao currículo. A intenção, ao que tudo indica, não era preencher lacunas ou assumir o protagonismo neste singular<sup>54</sup>, mas colaborar instituindo o diálogo com os saberes adquiridos nas outras disciplinas do currículo. Portanto, o poder disciplinar e da norma ganharia um “rival” ou ao menos os instrumentos para resistência estavam agora postos dentro da matéria que tinha como função disseminar o poder disciplinar.

Exemplificando, relaciono abaixo os assuntos do 7º e 9º Ano do ensino fundamental e do 2º e 3º Ano do Ensino Médio dentre os quais ministrei aulas até 2016:

---

<sup>53</sup> Cabe esclarecer que o ingresso na rede CPM ocorre nas diversas série/ano da educação básica. Assim, é comum alunos novatos serem incorporados em turmas compostas por alunos veteranos. Deste modo, a adoção de conteúdos que deveriam ser ministrados nas séries iniciais são obrigatoriamente retomados, pois os neófitos ainda não dominam os meandros da cultura militar.

<sup>54</sup> Até porque, a Direção PM, sobretudo o Diretor Adjunto, sempre enfatizava e enfatiza o papel da Instrução Militar, enquanto responsável em orientar os (as) alunos (as) acerca da disciplina militar. Bem, os instrutores queriam mais.

**7º Ano do ensino Fundamental**

| <b>I UNIDADE</b>   |
|--|
| <b>CONHECIMENTOS/ CONTEÚDOS</b>  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Revisão de ordem unida               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Entrada em forma (sentido, descansar, cobrir, firme);</li> <li>- Passo, ordinário, sem cadência, de estrada e acelerado;</li> <li>- Rompimento de marcha nos passos ordinário, sem cadência e de estrada;</li> <li>- Marcar passo e alto;</li> <li>- Voltas a pé firme;</li> <li>- Voltas e conversões em marcha;</li> </ul> </li> <li>• Normas Gerais de Ação da Unidade Discente</li> <li>• Ludicidade e ordem unida</li> </ul> |
| <b>II UNIDADE</b>  |
| <b>CONHECIMENTOS/ CONTEÚDOS</b>  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Regulamento de Continências, Horas, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas (R-Cont)               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Continência individual e de tropa, a pé firme e em deslocamento, e sua fundamentação teórica.</li> <li>- Prática de Continência individual e de tropa, a pé firme e em deslocamento.</li> <li>- Toques de corneta;</li> </ul> </li> </ul>  |
| <b>III UNIDADE</b>   |
| <b>CONHECIMENTOS/ CONTEÚDOS</b>  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Projeto               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Violência na escola (física, moral, psicológica).</li> <li>- Relações interpessoais (liderança, tolerância e inter-relação discente/docente, discente/policiais militares e funcionários e discente/discente).</li> </ul> </li> </ul>  |

**9º Ano do ensino Fundamental**

| <b>I UNIDADE</b>  |
|---|
| <b>CONHECIMENTOS/ CONTEÚDOS</b>   |
| Revisão de Ordem Unida. <ul style="list-style-type: none"> <li>- Instrução coletiva de ordem unida, a pé firme, mediante toques de corneta;</li> <li>- Instrução coletiva de ordem unida, em deslocamento, mediante comandos por voz e toques de corneta;</li> <li>- R-Cont - Continência individual e da tropa, a pé firme e em deslocamento;</li> </ul> |
| <b>II UNIDADE</b>   |
| <b>CONHECIMENTOS/ CONTEÚDOS</b>   |
| Comando de tropa - Comandos e meios de comando;<br>Conceito, finalidade e composição de Guarda de Honra;<br>RISG - Regulamento Interno dos Serviços Gerais.   |
| <b>III UNIDADE</b>  |
| <b>CONHECIMENTOS/ CONTEÚDOS</b>   |
| Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Direitos e garantias fundamentais;</li> <li>- Direitos e deveres individuais e coletivos;</li> <li>- Direitos sociais;</li> <li>- Nacionalidade.</li> </ul>  |

**2º Ano do ensino Médio**

| <b>I UNIDADE</b>  |
|---|
| <b>CONHECIMENTOS/ CONTEÚDOS</b>   |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Revisão de Ordem Unida.               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Movimentos armado de fuzil a pé firme (descansar, sentido, cobrir e firme ombro arma, apresentar arma, descansar arma, cruzar arma);</li> <li>- Voltas a pé firme armado de fuzil (direita, esquerda, meia-volta, oitavo a direita / esquerda);</li> </ul> </li> <li>• Ordem Unida armado de espada               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Movimentos armado de espada a pé firme (descansar, sentido, cobrir, firme, ombro arma e apresentar arma);</li> </ul> </li> </ul> |
| <b>II UNIDADE</b>   |
| <b>CONHECIMENTOS/ CONTEÚDOS</b>   |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Discurso e Oralidade               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Elementos da linguagem oral;</li> <li>- A linguagem oral no ambiente de trabalho;</li> <li>- Construção de palestras;</li> <li>- Postura corporal, inflexão da voz e vocabulário na execução de palestras;</li> <li>- Liderança a partir da linguagem oral.</li> </ul> </li> </ul>   |
| <b>III UNIDADE</b>  |
| <b>CONHECIMENTOS/ CONTEÚDOS</b>   |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Noções básicas de Direitos Humanos               <ul style="list-style-type: none"> <li>- O conceito de Direito Natural e sua influência nos Direitos Humanos;</li> <li>- Evolução histórica do conceito de Direitos Humanos;</li> <li>- Principais Documentos de Direitos Humanos e sua cronologia;</li> <li>- Direitos Humanos sua influência na Constituição Federal.</li> </ul> </li> </ul>  |

**3º Ano do Ensino Médio**

| <b>I UNIDADE</b>  |
|---|
| <b>CONHECIMENTOS/ CONTEÚDOS</b>   |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Revisão de Ordem Unida               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Movimentos armado de espada a pé firme (descansar, sentido, cobrir, firme, ombro arma, apresentar arma);</li> </ul> </li> <li>• Ordem Unida armado de espada em movimento               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Deslocamento armado de espada (espada em marcha, ombro arma, apresentar arma);</li> </ul> </li> </ul>   |
| <b>HABILIDADES A SEREM CONSTRUÍDAS</b>  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforçar os níveis de coordenação motora e reflexo condicionado;</li> <li>• Reforçar a marcialidade e uniformidade na ordem unida;</li> <li>• Desenvolver a compostura necessária às paradas militares, solenidades e eventos cívicos;</li> <li>• Executar os movimentos necessários para comandar frações de tropa compostas de discentes, em solenidades cívico-militares;</li> </ul>  |
| <b>II UNIDADE</b>   |
| <b>CONHECIMENTOS/ CONTEÚDOS</b>   |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Direito Constitucional               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Seu conceito e ramo do direito a que pertence;</li> <li>- O conceito de hierarquia das leis;</li> <li>- A pirâmide do ordenamento jurídico brasileiro;</li> <li>- A limitação do poder do estado pela constituição federal;</li> <li>- Soberania e defesa dos Direitos Humanos;</li> <li>- O papel do Supremo Tribunal Federal;</li> <li>- Os Princípios da legalidade, moralidade, isonomia, liberdade, impessoalidade, publicidade, ampla defesa e contraditório;</li> </ul> </li> </ul> |

|   |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>- O trabalho legislativo na confecção das leis.</li> <li>• Direitos e Garantias Constitucionais</li> <li>- Incisos I ao XI do art. 5º da Constituição Federal.</li> </ul>  |
| <b>III UNIDADE</b>  |
| <b>CONHECIMENTOS/ CONTEÚDOS</b>   |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Direitos Políticos;</li> <li>• Noções de Direito Eleitoral;</li> </ul>   |
| <b>TRANSVERSALIDADE/ DIÁLOGOS POSSÍVEIS</b>   |
| <p><b>Unidade I</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Educação Física – movimentos de Ordem Unida</li> </ul> <p><b>Unidade II</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Cidadania e Sociologia - Comportamento em Grupos Sociais e exercício da cidadania</li> </ul> <p><b>Unidade III</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Cidadania e Sociologia - Comportamento em Grupos Sociais e exercício da cidadania</li> </ul>  |
| <b>METODOLOGIA/ATIVIDADES</b>   |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aulas práticas e treinamento contínuo dos comandos e movimentos de Ordem Unida Militar;</li> <li>• Leitura, análise, interpretação e produção de textos;</li> <li>• Emprego de exercícios e avaliações orais e escritas;</li> <li>• Apresentação de aulas expositivas participativas, promovendo a integração da classe;</li> <li>• Orientação para a análise, comentário e discussão sobre filmes, músicas, imagens e outras produções audiovisuais e gráficas;</li> <li>• Promoção de atividades em grupo (organização de apresentações, produção de recursos audiovisuais, elaboração de pesquisas).</li> </ul> |

Além dos assuntos apresentados, temas transversais foram incluídos nas ementas das respectivas séries, buscando uma educação “problematizadora” para desenvolver no discente uma disciplina consciente necessária à “boa educação”, isto é, disciplina intelectual, disciplina nas relações professor(a) x aluno(a), aluno(a) x aluno(a), aluno(a) x funcionário(a). Outrossim, as ementas foram elaboradas rigorosamente atentando-se para as habilidades a serem construídas por meio de uma metodologia flexível. Deste modo, buscou despertar no discente e docente a percepção de que o processo ensino-aprendizado tem uma eficácia maior quando existe um equilíbrio entre liberdade e disciplina, portanto, entre limites e liberdade. Porquanto, se a liberdade ultrapassa o limite, temos, por conseguinte, a licenciosidade. Do contrário, se o limite ultrapassa a liberdade, caímos no autoritarismo. Assim, como diz Paulo Freire, nem a licenciosidade e nem o autoritarismo contribui para a “boa educação”.

Para dar conta dessa tarefa, buscou-se partir dos saberes e experiências de vida dos discentes e alinhá-los ao contexto da formação pré-policia militar com o escopo de detectar as dificuldades de adaptação e suas causas. Foi uma tarefa árdua, pois nem sempre se conseguia identificar as singularidades de cada aluno em

razão da quantidade de estudantes em cada turma. No entanto, mesmo na ementa contendo temas como direitos humanos, questões como raça e gênero não apareciam significativamente.

Foram adotados vários tipos de avaliação, desde a avaliação de conteúdos como a avaliação prática, tendo em vista as singularidades da matéria que envolve o “saber e como fazer”. A avaliação também era processual e continua, com a realização de debates em sala de aula, pesquisas, estudo de caso, exposição e apresentação individual dos movimentos de ordem unida numa perspectiva de avaliação qualitativa. Conjuntamente, são considerados os seguintes critérios: pontualidade na execução de atividades e na entrega de materiais ou atividades extraclasse, o desempenho na expressão oral e escrita, a participação e o interesse nas aulas.

Todos os processos são constantemente avaliados e modificados a depender das características do corpo discente, contudo sem afastar demasiadamente da “padronização” delineada pelas ementas formuladas e do próprio RDCPM. Portanto, o desiderato é alinhar uma “educação militar” com uma mais ligada às questões sociais, própria da formação policial militar. Esta perspectiva, ao que tudo indica, acompanhou as transformações no currículo dos cursos da PMBA decorrente das conjunturas políticas, econômica e reclamos sociais, os quais estão inseridos.

A carência da padronização dos currículos da disciplina Instrução Militar e o suporte teórico e pedagógico que subsidiasse era uma preocupação constante de instrutores e da Direção dos diferentes CPM. Essa inquietação não passou despercebida do Instituto de Educação e Pesquisa (IEP), da Polícia Militar da Bahia (PMBA), que promoveu encontro entre diretores para deliberar sobre a situação. Assim, atento a essas demandas, bem como tendo em vista que “os processos educacionais estão a cada dia se modificando para atender a diversidade e pluralidade de uma sociedade múltipla, que possui um sentido para aqueles que se relacionam em laços comunitários”, em 2017 o IEP e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), mediante o Grupo de Pesquisa e Geotecnologias, Educação e Contemporaneidade (GEOTEC), vinculado ao Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC), daquela Universidade, desenvolveram um curso de Formação técnico-pedagógico para os instrutores/monitores dos Colégios da Polícia Militar da Bahia. Esse curso

visou a formação dos militares que ministram o componente curricular Instrução Militar no quadro efetivo do CPM. Este foi um período turbulento, pois também estavam em discussão as mudanças no Ensino Médio proposta pela lei federal nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.

O problema que direcionou o curso perpassava por duas questões. A primeira era entender como aqueles fenômenos ocorrem dentro de uma instituição militar que exerce ensino formal. E a segunda, atrelada à primeira, buscava compreender “como os profissionais da segurança pública que ministram aulas na educação básica, compreendem a sua implicação enquanto docente, para além da formação técnica para o exercício do proteger.” (OLIVEIRA, 2018, p. 13). Segundo Oliveira (2018, p. 13), o curso “suscitou debate e o desenvolvimento das práticas e dos saberes docentes na educação básica, com o intuito de aprofundar conhecimentos adquiridos na experiência e atuação técnicas e pedagógicas no campo do ensino das instruções militares.” O curso de formação continuada teve como finalidade a elaboração tanto de suporte teórico quanto prático para o desenvolvimento de habilidades e competências voltadas para a docência no âmbito da Instrução Militar, a partir do diálogo com os professores e professoras e coordenação pedagógica do IEP envolvidos diretamente no fazer dessa disciplina. Outrossim, propunha a reflexão sobre a necessidade dessa formação continuada na área de educação, para os instrutores e monitores<sup>55</sup> da disciplina Instrução Militar.

Assim, em 2018 foi confeccionado o *ebook* **Orientações do Componente Curricular Instrução Militar**, coordenado por Ana Flávia Ferreira de Brito Oliveira (2018), que reconhece que os policiais militares, professores(as) da Instrução Militar, em decorrência da falta de material didático para guiar a teoria e prática pedagógica tende a,

(...) fazer uma transposição dos tópicos da cultura militar para cada aluno/série, ou seja, a principal referência é a sua experiência, o “ser militar”, o “pensar militar” trazendo os saberes exteriores para dentro de um contexto que é único, reservados aqueles que coexistem neste espaço do Colégio da Polícia Militar da Bahia. Portanto, para cada tópico é necessária uma concepção didática de mediar processo de aprendizagem de acordo ao conceito/técnica/saber que é da própria instituição militar (...) (OLIVEIRA, 2018, p. 33)

---

<sup>55</sup> Instrutores é a denominação dos professores titulares da cadeira da disciplina Instrução Militar. Geralmente ocupada por oficiais de baixa patente (capitães e tenentes) e praças mais graduados como subtenentes e sargentos de ambos os sexos. Monitores são os auxiliares dos instrutores que geralmente são praças masculinos ou femininos.

Entretanto, indica os conteúdos formativos para a Instrução Militar que devem ser trabalhados com os discentes. São eles: Ordem Unida, Regulamento Disciplinar do CPM e Manual do Aluno CPM, Hinos, Canções e Símbolos Nacionais, história e função da PMBA, Comunicação e suas formalidades e Noções dos ramos do Direito, enfatizando os seguintes temas:

Direito constitucional: origem, conceito e natureza; Constituição: origem e conceito; Conceito de hierarquia das leis; Direitos e garantias fundamentais; Ações constitucionais; Direitos sociais; Nacionalidade; Da organização dos poderes. Estatuto da Criança e do Adolescente (objetivo, conceito de criança e de adolescente, direitos e deveres, ato infracional e crime, imputabilidade e inimputabilidade, prisão e apreensão, Programa Jovem Aprendiz, trabalho infantil e trabalho escravo). Conceito de Direito Penal; Princípios do Direito Penal; Conceito de Crime. Noções de Direito III: Sujeitos ativos e passivos da conduta criminosa; Tipo penal; Classificação dos tipos penais; Noções de Direito IV: Direitos políticos e noções de Direito eleitoral. Noções de Direito IV: Carta universal dos direitos humanos; O conceito de Direito Natural e sua influência nos Direitos Humanos; Evolução histórica do conceito de Direitos Humanos; Principais documentos de Direitos Humanos e sua cronologia; Direitos Humanos e sua influência; Constituição Federal e sua influência nos Direitos Humanos. (OLIVEIRA, 2018, p. 44)

Outrossim, consubstanciando-se nos Parâmetros Curriculares Nacionais e suas seis áreas do conhecimento que compreende conteúdos direcionados à compreensão e construção da realidade social, dos direitos e responsabilidades relacionadas à convivência social e com a “afirmação do princípio da participação política”, Oliveira (2018, p. 46) propõe como temas transversais a inserção do debate sobre:

Higiene e saúde; Higiene social; Legislação ambiental; Guerra de Canudos Brasil (contexto histórico e militar); Guerra do Paraguai (contexto histórico e militar); Campanha contra o cangaço (contexto histórico e militar); Polícia Civil: histórico, função e peculiaridades; Prevenção às drogas (ações preventivas; tipos, sinais, sintomas e consequência do uso de drogas; formas de tratamento); Educação para o trânsito: Código de Trânsito Brasileiro (habilitação, crimes de trânsito e segurança no trânsito; Responsabilidade social e solidariedade); Estatuto de idoso; Relações interpessoais (tolerância, respeito, inter-relação discente/docente, discente/policiais militar e funcionários e discente/discente); Plano Nacional de Políticas para as mulheres; Lei Maria da Penha; Estatuto da Igualdade Racial.

Ao que tudo indica esse é um diferencial positivo em relação às escolas públicas civis do Estado que não dispõe desse componente na grade curricular.

A autora justifica a inclusão das questões sociais no currículo escolar do CPM, apresentados sob a perspectiva da Instrução Militar, em virtude de enriquecer a própria matéria “através da reflexão sobre o cotidiano do aluno, sendo contextualizados e trabalhados de acordo com as diferenças e demandas locais.” (OLIVEIRA, 2-18, p. 47). Na verdade, o ganho é mútuo entre docentes e discentes refletindo na comunidade escolar e quiçá fora dos muros escolares. Isto contribui evidentemente para que o Colégio alcance seu objetivo de formar integralmente o aluno e prepará-lo para o exercício pleno e consciente da cidadania. Como se vê no currículo da disciplina “pré-policial militar”, os seus conteúdos – sobretudo, as noções dos principais ramos do direito e dos temas transversais - tem a finalidade de tornar cada discente “um cidadão cumpridor de seus deveres e conhecedor de seus direitos, um eficiente cidadão e um trabalhador disciplinado, útil e produtivo.” (SANTOS, 2010, p. 23). Essa perspectiva não está restrita a rede CPM da PMBA, mas aparece em outros Colégios da Polícia Militar de outros Estados, como é o caso de Goiás. (apud SANTOS, 2010).

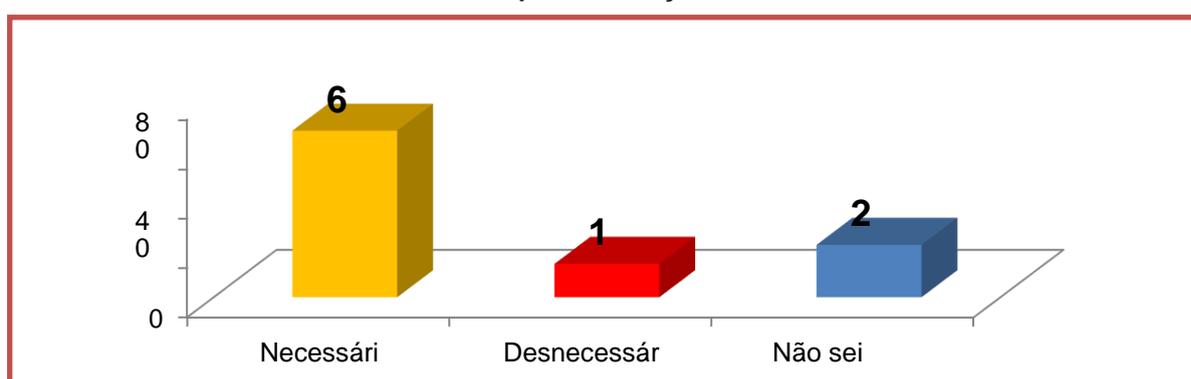
As orientações contidas no *ebbok* trazem boas contribuições no processo metodológico da disciplina “pré-policial militar”, sobretudo, no tocante a estratégias de ensino-aprendizagem e avaliação da aprendizagem. Como se observa, o CPM Professor Carlos Rosa desde 2014 vem adotando um ensino que não se restringe a uma “educação militar” na disciplina chamada Instrução Militar, mas uma formação pré Policial Militar, coadunando com o proposto pelo IEP em 2018, quando padronizou o ensino de Instrução militar na rede CPM. O conhecimento técnico e científico dialogou e dialoga com as experiências dos discentes, notadamente, na área de noções jurídicas, equilibrando disciplina militar e liberdade. A partir dessa padronização curricular foi possível estabelecer uma ementa para cada série/ano. Somando-se a isso, com alterações no Ensino Médio propostas pela Lei federal nº 13.415, a Instrução Militar foi retirada do 3º Ano do Ensino Médio o que ocasionou toda uma reformulação das ementas cujos assuntos foram distribuídos para as demais série/ano do Ensino Fundamental II e Ensino Médio.

Vale ressaltar, porém, que as orientações curriculares inovam ao incluir o tema raça como tema transversal, embora pudesse ser explorado mais profundamente. O debate sobre o Estatuto da Igualdade Racial - agora não mais sob a iniciativa do instrutor ou instrutor mais “engajado” na causa – é parte obrigatória do currículo. No entanto, gênero e sexualidade continuam silenciados ou ao menos

dependentes do “ativismo” do (a) instrutor(a). É um processo que ao tempo que dissemina o poder disciplinar no intuito de tornar corpos dóceis e produtivos, a própria matéria escolar – Instrução Militar - responsável por educar os discentes neste sentido, fornece os instrumentos à crítica ao poder da norma. Entretanto, identifiquei que a maior parte dos instrutores e monitores do CPM Professor Carlos Rosa não tem nenhuma formação ou domínio sobre os conceitos de etnia, raça, gênero, classe etc. como também os demais professores(as) – da rede pública estadual – que ministram outras matérias no CPM, o que inviabiliza ou dificulta a discussão desses assuntos nas aulas tanto de Instrução Militar, quanto nos demais componentes curriculares. Portanto, os debates, quando ocorrem, ficam restritos aos instrutores (as), monitores (as), professores(as) engajados na causa. De outro lado, esse processo se coaduna com o esforço de outras matérias do currículo, uma vez que, a disciplina tão cara nas escolas atuais, quer sejam públicas ou privadas, facilita o aprendizado, como aponta Paulo Freire. A disciplina, portanto, está representada em todo o ambiente escolar do CPM, na relação professor x alunx, alunx x alunx, funcionários x alunxs, policiais militares x alunx etc.

A pesquisa realizada junto aos alunxs e ex-alunxs do 3º Ano do Ensino Médio aponta para uma visão positiva da disciplina, vejamos a percepção delxs no concernente a Instrução Militar no processo de ensino-aprendizado e a influência na vida extramuros da escola.

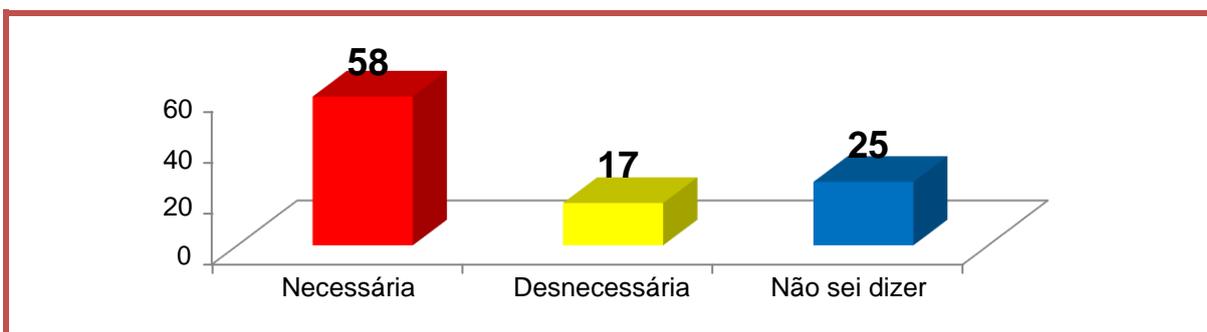
**Gráfico 2 – Influência da disciplina Instrução Militar no currículo % - CPM**



Fonte: Elaboração própria (2019)

Como se vê 67% dos estudantes do 3º Ano do Ensino Médio do CPM acha necessário e apenas 13% não. Por sua vez, dxs ex-alunxs entrevistadx foi obtido o seguinte resultado, conforme gráfico abaixo.

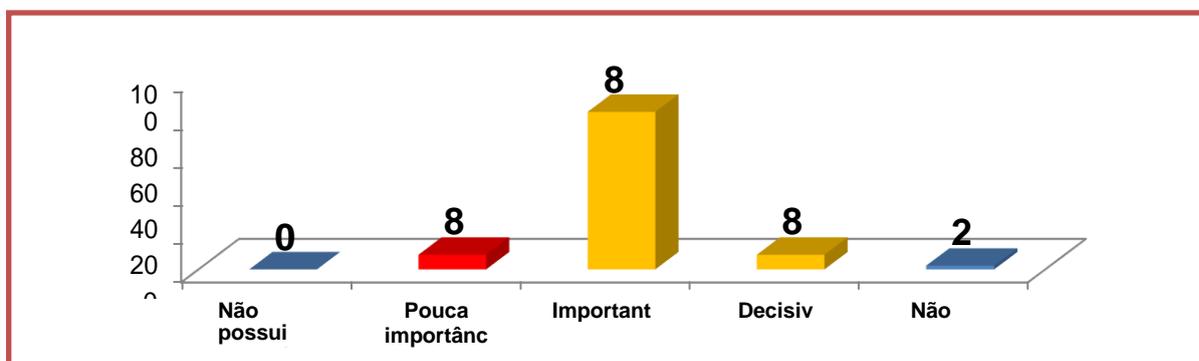
**Gráfico 3 – Influência da disciplina Instrução Militar no currículo % - Ex-discentes CPM**



Fonte: Elaboração própria (2018)

Por outro lado, quando perguntados sobre a importância do CPM para a vida no futuro, 83% dos estudantes do 3º Ano do EM afirmaram que seria importante, sendo que 8% consideraram decisiva, como revela o gráfico abaixo. Somando-se os dois percentuais verifica-se que o cotidiano escolar do CPM contribui positivamente na formação destes estudantes.

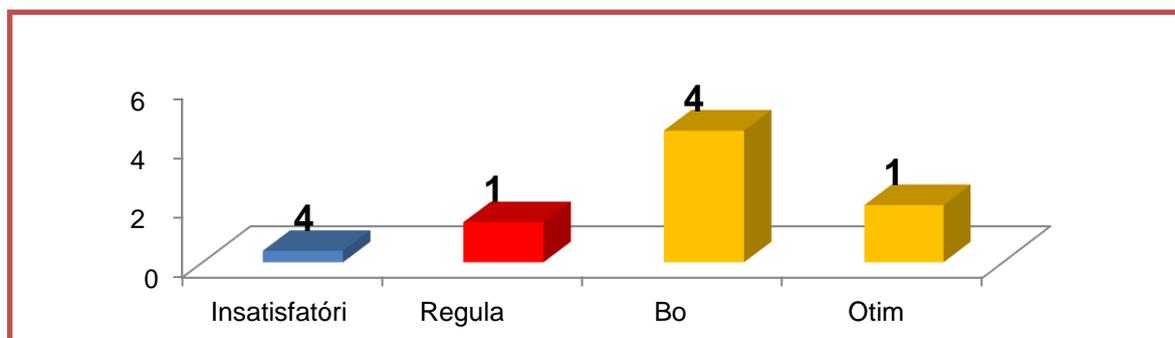
**Gráfico 4– Importância do CPM para a vida do discente no futuro % - CPM**



Fonte: Elaboração própria (2019)

Este arrazoado se confirma com os dados do gráfico abaixo produto do questionário junto aos colegas do 3º Ano do Ensino Médio do CPM.

**Gráfico 5 – Contribuição da disciplina militar para a vida profissional % - CPM**



Fonte: Elaboração própria (2019)

Para 44% dxs alunxs a disciplina militar é boa para o aporte à vida laboral e para 19% é ótima. Essa visão positiva da disciplina para a vida do estudante seria frágil sem a opinião de quem passou pelos bancos do CPM. Já dxs ex-alunxs entrevistadx 42% acha a disciplina Militar boa para a vida profissional, 8% considera ótima, 25% regular e 17% insatisfatória.

Elektra – que se autodeclara como heterossexual, relata que entrou,

*no CPM no 2º ano EM, com 15 anos, então me adaptar foi um pouco difícil, pois eu já vinha de outros colégios que tinham outra metodologia de disciplina. **Mas hoje vejo como me ajudou em alguns pontos viver nessa disciplina, principalmente em questão de organização e de criar uma rotina.** Meu primeiro ano no CPM foi bem difícil, pois tive problemas familiares na mesma época, então a adaptação se tornou mais difícil ainda. **Mas em geral foi um bom ano, nada que o CPM realmente tenha pegado no meu pé ou me feito mal. Muitas pessoas são contra a rigidez e a disciplina, mas hoje vejo como elas me beneficiam em questão de ser organizada e criar uma rotina na faculdade, além de lemas que levarei para o resto da vida, desde disciplina até o respeito que aprendemos ter no CPM.** (grifo meu)*

Essa também é a opinião de Alexandre - que se autodeclara como homossexual, pois narra que,

*entrei no militar por meio do sorteio, no 2º ano do E.M em 2016, tinha 16 anos, no primeiro momento que minha mãe disse que eu iria para o militar eu fiquei com muita raiva, pois eu desde a 1º série do E.F, estudei em colégio particular, fiquei com medo também por conta do que as pessoas diziam, que tinha que lavar banheiro, varrer sala, entrar em forma, e dos policiais que eram muito rigorosos, portanto, seria difícil uma pessoa que estudou a vida toda num colégio particular, ir para um público com todas essas características. Com tudo depois que fui me acostumando com a ideia, vi que não era aquilo que o pessoal dizia, no militar eu conseguir amadurecer, encontrei pessoas maravilhosas, que me ajudaram em todos os aspectos, o ensino foi bom, por mais que seja um colégio público, eles (professores) se preocupam muito com os alunos (...)  
(...) o militar a meu ver tem pontos positivos, com base no que vivi lá, ajudou no meu amadurecimento, mudei hábitos importantes, conheci pessoas incríveis, me ajudou a ter força para bater de frente com meus problemas, não ficar rodeando eles com o intuito de esquecê-los (...).*

Hercules relata que,

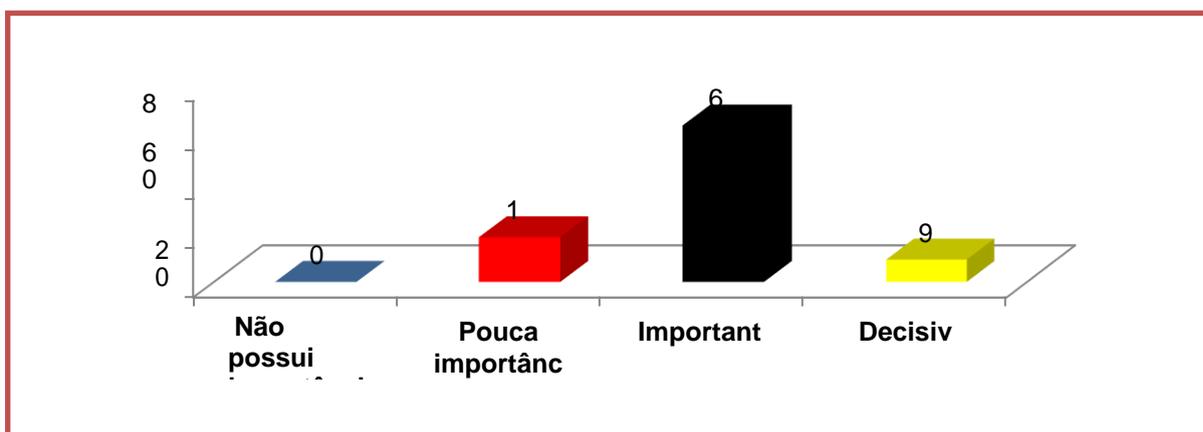
*Entrei no CPM no 7º Ano e antes de entrar estudava em uma escola particular. A minha trajetória no CPM foi boa. Em relação à disciplina militar no início não gostava muito porque era menor e tinha que ficar marchando e tomando aula, mas depois de algum tempo, já no 1º e*

***2º Ano, vi que isso ajudava de certa forma a ter uma visão sobre a responsabilidade, o dever e a disciplina. (grifo meu)***<sup>56</sup>

Dos depoimentos, observa-se que os (as) candidatos (as) antes de ingressarem no CPM ficam com receio, em virtude de uma visão estereotipada do cotidiano daquele Colégio – como se vê nos relatos de Elektra e Alexandre -, contudo, após o ingresso constatam que o ambiente “negativo” criado não corresponde ao disseminado. Ao contrário, o cotidiano do CPM, segundo Alexandre, por exemplo, auxilia no “amadurecimento”, na resolução de problemas. Ademais, ajuda na consciência da responsabilidade, organização, respeito ao outro etc. Elementos necessários a uma boa aprendizagem e convivência.

Da coleta de dados junto ao corpo docente do 3º Ano do EM resultou o gráfico abaixo que representa a visão deles e delas sobre a contribuição da disciplina militar no processo ensino/aprendizado.

**Gráfico 6– Contribuição da disciplina militar no processo ensino/aprendizado % - Docentes CPM**



Fonte: Elaboração própria (2019)

Como se observa professores e professoras do Ensino Médio em sua maioria reconhecem a contribuição positiva da disciplina militar também no processo pedagógico.

Hercules perguntado se presenciou algum tipo de violência física ou psicológica entre os colegas durante o tempo que estudou no CPM, afirmou ter presenciado, sendo que a posição do Colégio em relação ao fato foi punir ambos os contendores. Sobre “Bullyng” relatou que: *“certas pessoas fazem certos tipos de brincadeiras, pensando que não é nada, mas acaba machucando os outros.”* Assim,

<sup>56</sup> Não foram incluídos os demais relatos, pois demonstram casos similares.

ocorria no cotidiano escolar casos de desentendimento entre estudantes que chegava a ocorrência de “Bullyng”, mas o Colégio usava as normas disciplinares para aplicar sanções.

Alexandre, por sua vez, não deixa de relatar um episódio que presenciou e considera ter sido um ato de preconceito em relação à orientação sexual de um estudante amigo dele durante os jogos desportivos anuais do CPM. Eis o relato,

*Quando tinha alguns momentos de lazer no militar, sempre tinha apresentações de dança, canto. Eu tenho um amigo que gosta muito de fazer essas apresentações, nos jogos do ano retrasado, ele e seu grupo estavam se apresentando, eu estava ao lado de um militar, que estava de braços cruzados, teve um momento em que meu amigo começou a rebolar por conta da coreografia, então neste momento quando olhei para o militar, ele olhou para meu amigo, fez uma cara de nojo, balançou a cabeça como forma de negação e saiu. Para mim isso é uma forma de demonstrar preconceito, pela feição dele, era perceptível que ele estava xingando meu amigo nos seus pensamentos.*

A questão é que os êxitos dos (as) discentes e ex-discentes têm aparecido nos índices do IDEB e do ENEM. Esse “sucesso” possivelmente baseia-se nessa própria educação que mede, controla, normatiza, e fabrica alunxs, em “corpos dóceis e produtivos”. Entretanto, muito precisa ser feito, notadamente, no tocante ao respeito às múltiplas identidades, inerentes às diversidades humanas. É possível mudar esse quadro que não é exclusivo da rede CPM. Cabe apenas o debate e a vontade político-pedagógico, embora o contexto político do país não seja o mais favorável neste momento.

### **3.3 – A percepção da comunidade escolar da disciplina “pré-policia militar”: relações raciais e de gênero em perspectiva.**

Entende-se que os preconceitos são aprendidos, portanto, a análise da disciplina “pré-policia militar” é fundamental para entender em que medida contribui para reforçar as hierarquias baseadas nos marcadores sociais ou, ao contrário, colabora para combatê-las. Assim, nas seções anteriores foi discutido o poder disciplinar e suas interações com os marcadores de gênero e raça. Partiu-se da análise do RDCPM e do currículo da disciplina Instrução Militar, responsável, em tese, de disseminar o poder da norma no intuito de situar os discentes na cultura militar e no próprio funcionamento administrativo do CPM Professor Carlos Rosa. Constatou-se que de fato o poder disciplinar, notadamente de aparência militar

atravessa as normas disciplinares do Colégio, mas foi visto também que essas normas e a disciplina Instrução Militar transcende à produção de corpos dóceis, acrílicos e passivos diante da sociedade. Ademais, notou-se que as normas disciplinares naquele microcosmo propõe, como nas demais escolas, uma convivência harmoniosa baseada em princípios éticos que respeitem o outro. Embora, as diferenças raciais, de gênero e outros marcadores sociais precisem ser mais efetivamente debatidos.

Para entender a eficiência desse debate no seio da comunidade escolar é preciso conhecer a visão de discentes e docentes sobre o poder disciplinar próprio da matéria escolar “pré-policia militar”, ou Instrução Militar, no processo de ensino-aprendizagem e seus impactos nas relações raciais e de gênero. Assim, deste modo esse item relatará o resultado das pesquisas feitas por meio de questionários junto aos alunos e alunas do 3º Ano do Ensino Médio do CPM Alagoinhas, compondo um universo de cinquenta e dois alunxs. A pesquisa também se estendeu aos docentes do Ensino Médio, composto por trinta e sete com pós-graduação, porém, apenas onze concordaram em participar preenchendo os questionários, mesmo estes não exigindo identificação dos participantes.

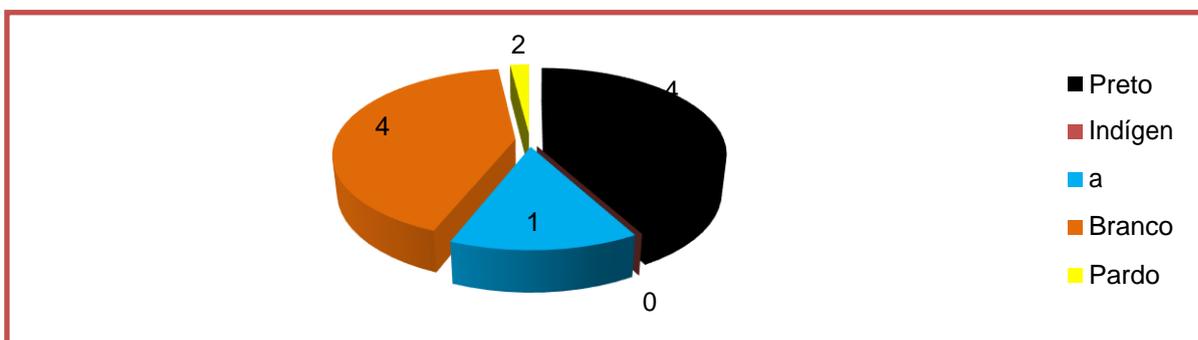
Raça, gênero e sexualidade são marcadores sociais, assim como classe, que demarcam lugares e hierarquizam as relações a partir de discursos construídos para justificar as desigualdades com base nas diferenças e, sobretudo, no domínio do corpo. Assim, o corpo é objeto do político. Daí a necessidade de controlá-lo e subjugar-lo. A política por sua vez é uma relação de poder e como tal se encontra dialeticamente entre domínio – por coação ou consenso – e resistência. Deste modo, a noção de interseccionalidade comporta a análise dos signos que marcam os corpos e incidem nas relações de poder, demonstrando que tais diferenças se calcam em construções sociais e históricas para justificar o domínio e, conseqüentemente, a resistência. Neste diapasão, os efeitos das discriminações a partir desses marcadores marcam a visão e a resistência.

Essa pesquisa estaria fragilizada se não propusesse um estudo comparativo com outras escolas. Assim, o mesmo questionário foi aplicado a sessenta e cinco estudantes do 3º Ano do Ensino Médio do Colégio Estadual Luiz Navarro de Brito (CLNB) - um dos Colégios mais antigo da rede estadual em Alagoinhas, pertencente ao mesmo NTE18 que o CPM, cuja estrutura de ensino funciona similarmente ao

regime seriado e as atividades escolares acontecem de segunda a sábado, como no CPM. Ademais, foram entrevistados onze ex-alunxs do CPM Professor Carlos Rosa, a maioria concluinte do Ensino Médio em 2017 e 2018. Optou-se por não registrar a identificação dos (das) entrevistados (as) e dos (das) discentes e docentes do CPM, bem como dos (das) estudantes do CELNB nos questionários em virtude de colher informações mais espontâneas.

Inicia-se, portanto, traçando um perfil sociológico dos pesquisados – discentes e docentes do CPM Alagoinhas e discentes do CELNB no tocante aos marcadores sociais que serão representados nos gráficos abaixo em termos percentuais. Possivelmente, esses dados influenciam na percepção das relações de gênero uma vez que o lugar social pode demarcar essa visão. Dos cinquenta e dois alunxs do 3º Ano do EM, 56% se declararam do gênero feminino e 44% do gênero masculino.

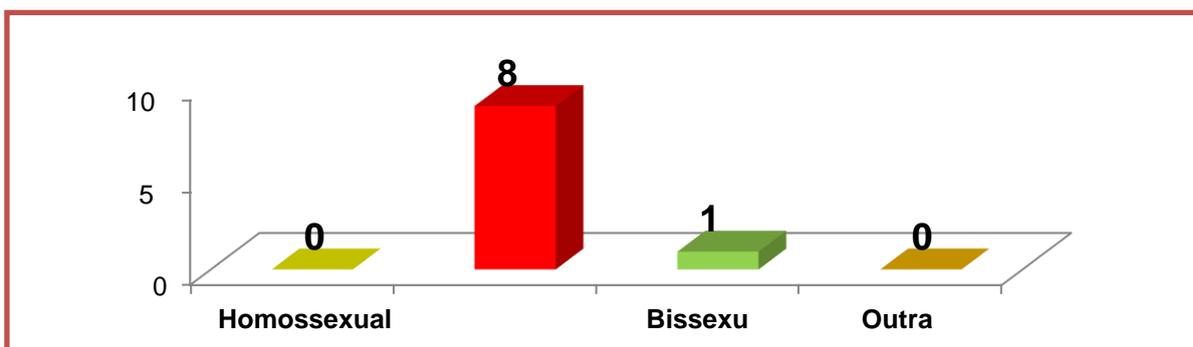
**Gráfico 7 – Autodeclaração da raça (critério IBGE) % - CPM**



Fonte: Elaboração própria (2019)

Com referência à raça foram adotados os critérios utilizados pelo IBGE para a classificação autodeclaratória dos discentes. Assim, 40% se assumiram como preto, 40% como pardos 13% como brancos e 2% não definiram a cor, uma vez que, foi deixado em aberto essa definição para aqueles que não se identificassem com os critérios adotados pelo IBGE colocassem a cor/raça que pertenciam. Dos cinquenta e dois alunxs pesquisadxs apenas dois não responderam a esta questão. Somando-se o percentual entre pretos e pardos verifica-se que 80% dos colegiais do CPM são negros. Presença significativa que possivelmente alcança os demais estudantes do Colégio Policial Militar unidade Alagoinhas.

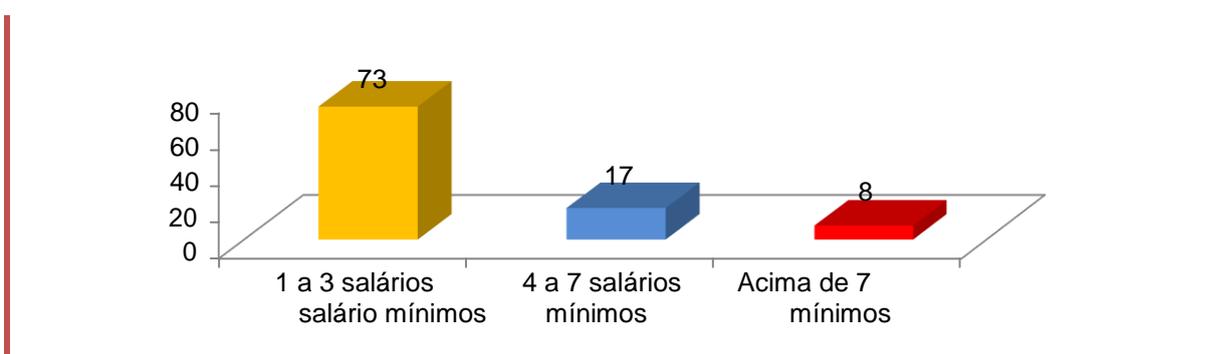
Gráfico 8 – Orientação sexual % - CPM



Fonte: Elaboração própria (2019)

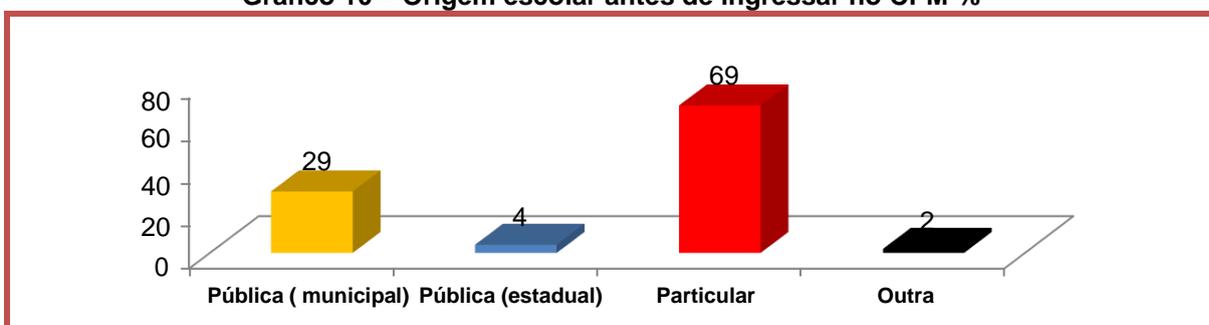
No tocante as orientações sexuais cinquenta discentes responderam à pergunta, sendo que 88% se declararam heterossexual e 10% Bissexual. Deste modo, no CPM predomina a orientação sexual hetero.

Gráfico 9 – Renda familiar % - CPM



Fonte: Elaboração própria (2019)

Gráfico 10 – Origem escolar antes de ingressar no CPM %



Fonte: Elaboração própria (2019)

Para traçar um perfil socioeconômico das classes sociais a que pertencem os estudantes, adotou-se uma serie de critérios que atrelou desde a renda familiar a beneficiários ou não de programas sociais, transporte público custeado pelo governo municipal, estadual ou federal e até a escola de origem antes de ingressar no CPM, os quais após cruzamento podem oferecer uma pista razoável da classe social que

predomina nesse ambiente. Esse dado é extremamente importante, pois permite problematizar a ideia disseminada pela mídia de que o “sucesso” dos discentes do CPM ocorre em razão de sua condição econômica originária.<sup>57</sup> Assim, foi possível verificar que 73% tem renda familiar entre 1 a 3 salários mínimos, sendo que 17% possui renda familiar entre 4 a 7 salários mínimos e apenas 8% tem renda familiar acima de 7 salários mínimos. Conforme critério do IBGE, tomando-se por base a renda familiar, nota-se que a maioria dos estudantes pertence à classe “D”. É possível, entretanto, que esses dados sejam suficientes para a classificação por duas razões: xs estudantes podem não saber exatamente a renda familiar e o critério entre 1 a 3 salários mínimos pode oferecer distorções, pois muitos podem ter como renda familiar apenas um salário mínimo e com isso pertencer a classe “E”. Por isso, a necessidade de cruzar essas informações com os demais dados e com o próprio perfil da sociedade brasileira, cuja desigualdade reflete no público do CPM. Entretanto, considerando somente a renda informada pelos pesquisados supõe que pertençam à classe média baixa.

**Tabela 1 - Distribuição percentual, por classes de rendimento real efetivo domiciliar per capita (salário mínimo) (%) (2017)**

| CRITÉRIO           | BRASIL | BAHIA |
|--------------------|--------|-------|
| Mais de 5          | 4,0    | 2,2   |
| Mais de 3 a 5      | 4,8    | 2,4   |
| Mais de 2 a 3      | 7,5    | 3,4   |
| Mais de 1 a 2      | 24,9   | 16,0  |
| Mais de ½ até 1    | 28,2   | 26,1  |
| Mais de ¼ até ½    | 17,7   | 24,2  |
| Sem rendimento     | 1,5    | 23,5  |
| Mais de zero até ¼ | 11,5   | 2,1   |

Fonte IBGE<sup>58</sup>.

<sup>57</sup> A Revista Nova Escola cita os pesquisadores Alessandra A. Benevides e Ricardo B. Soares, da Universidade Federal do Ceará, que no artigo “Diferencial de desempenho das escolas militares: bons alunos ou boa escola?” afirmam que os alunos dos Colégios Militares “são diferenciados tanto por características familiares, como pelo acúmulo de conhecimentos e condição inicial, além do próprio processo de seleção que as escolas militares estabelecem”. Por essa razão não seria possível comparar as escolas da rede pública no geral com as escolas militares (CALÇADE, 2018). Contudo, a revista não considera que as pesquisas se referem aos Colégios Militares do Exército, que tem características distintas dos Colégios das Polícias Militares, sobretudo, da rede CPM da Bahia, justamente nas variáveis supramencionadas: “seleção”, acúmulo de conhecimento e características familiares. Os mesmo argumentos dos pesquisadores supramencionados são utilizados no artigo publicado em abril do corrente ano pela revista Carta Capital (2019)..

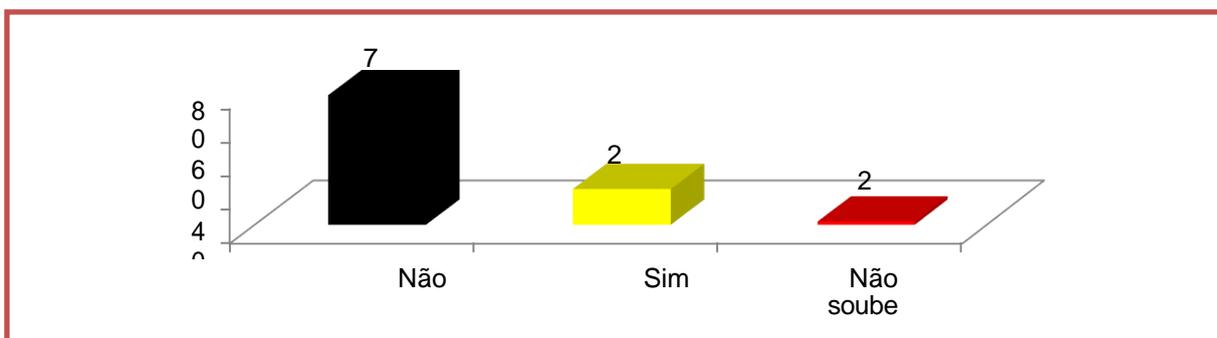
<sup>58</sup> IBGE. Tabela 2.2 - Pessoas residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento real efetivo domiciliar per capita, com indicação do coeficiente de variação, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2017 Disponível em<

Pelos dados do IBGE, 32,4% da população brasileira tem renda familiar per capita de 1 a 3 salários mínimos, sendo que na Bahia o percentual é de 19,4 %. A maior parte da população brasileira, isto é, 58,9%, tem renda familiar entre  $\frac{1}{4}$  salário mínimo até um salário mínimo e a população baiana nessa faixa de rendimento é de 75,9%. É possível, portanto, que existam estudantes no CPM Professor Carlos Rosa nesse segmento socioeconômico.

Dos alunxs do 3º Ano do EM, 25% declararam que recebem benefícios de programas sociais – Bolsa Família e 21% que são usuários de transporte público subsidiado pelo governo. Portanto, o perfil socioeconômico dos estudantes do 3º Ano do EM é diversificado. Essas condições socioeconômicas pensadas em termos de grupos nos leva a perspectivas de experiências também diversificadas. Com base nos dados acima, poderíamos estimar que 25% tem renda familiar de um salário mínimo, 48% entre 1 a 3 salários mínimos, 13% de 4 a 7 salários mínimos e 8% acima de sete salários mínimos.

Os dados colhidos a respeito das escolas que os alunos são oriundos antes do ingresso no CPM corroboram para essa estimativa, pois 33% alegam ser oriundos de escolas públicas – estaduais e municipais – e 69% de escolas particulares.

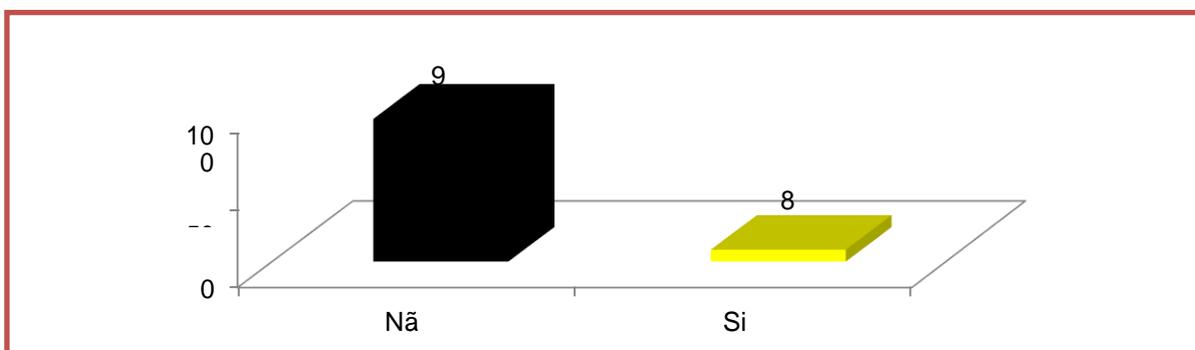
Assim, constata-se que a representação sociológica dos estudantes do 3º Ano do Ensino Médio é plural no tocante a raça, gênero, orientação sexual e condição socioeconômica. Sendo que em termos de gênero predomina o feminino, em relação à raça, a negra, orientação heterossexual e condição socioeconômica a classe “D”, segundo classificação do IBGE. Traçar esse perfil do estudante nos permite entender a sua percepção das relações de gênero e raça no cotidiano escolar a partir, notadamente, de seu lugar social, que demarca seu lugar de fala, seu protagonismo correlacionando com suas experiências individuais em dialogo com as experiências coletivas.

**Gráfico 11 - Estudantes vítimas de preconceito % - CPM**

Fonte: Elaboração própria (2019)

O gráfico revela que 77% dos estudantes nunca sofreram qualquer tipo de preconceito em virtude de orientação sexual, gênero ou raça. Entretanto, 21% alegaram ter sofrido e 2% não souberam responder ou não quiseram. Em números absolutos significa que dos cinquenta e dois alunos questionados, quarenta não sofreram preconceito, 11 sofreram qualquer tipo de preconceito e 1 não opinou. Dos ex-alunos que responderam aos questionários todos afirmam, que não sofreram discriminação ou preconceito, por conta da sua orientação sexual, raça ou gênero. Contudo, durante a entrevista um deles alegou ter sofrido preconceito não apenas de colegas, mas também de policiais militares. Muito embora tenha declarado que os policiais militares agem de forma sutil mediante olhares, gestos, em razão de estarem sob o regulamento disciplinar militar que proíbe o desrespeito ao outro, senão vejamos,

Destes que alegam terem sido vítimas de preconceito ou “Bullying” dos colegas, um se autodeclara preto e dois pardos. Isso demonstra que o preconceito existe no cotidiano escolar do CPM, mas como já foi afirmado anteriormente, em pequena monta.

**Gráfico 12 – Discentes que presenciaram algum tipo de preconceito % - CPM**

Fonte: Elaboração própria (2019)

Este gráfico está em consonância com o gráfico 9 e confirma o arrazoado pretérito. Ademais, no ano de 2017 houve cinco punições e em 2018 duas punições em razão de preconceito. No gráfico 1 foi visto que 8% dos colegiais questionados presenciaram alguém sofrer punição disciplinar por fatos ligados ao preconceito. Em números absolutos 4 estudantes dos 52 viram discentes preconceituosos serem punidos. Este fato é relevante, pois racismo é crime, como a homofobia, agora, também é preconizada na mesma lei penal. Assim, para a criança e adolescente esses crimes são considerados ato infracional conforme o artigo 103º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, conhecida como ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. Deste modo, se o preconceito de um estudante menor transformar-se em uma atitude discriminatória e chegar à violência física, psicológica e moral estaria sujeito à exclusão disciplinar consoante o RDCPM.

Assim, o debate do Estatuto da Igualdade Racial presente no currículo da matéria Instrução Militar é básico para a construção de uma ética, que como aponta Freire (1996, p. 10), “se sabe afrontada na manifestação discriminatória de raça, de gênero, de classe.” Neste contexto, a conscientização de que todo direito em contrapartida atrela-se a um dever e que a violação desse princípio acarreta consequências é pedra basilar para o respeito a diferença. Destarte, mais uma vez, o patrono da educação brasileira nos ensina uma valiosa lição, senão vejamos,

Faz parte igualmente do pensar certo a rejeição mais decidida qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia. **Quão longe dela nos achamos quando vivemos a impunidade dos que matam meninos nas ruas, dos que assassinam camponeses que lutam por seus direitos, dos que discriminam os negros, dos que inferiorizam as mulheres.** Quão ausentes da democracia se acham os que queimam igrejas de negros porque, certamente, negros não tem alma. Negros não rezam. Com sua negritude os negros sujam a branquitude das orações... (FREIRE, 1996, p. 17)<sup>59</sup> (grifo meu)

Aqui abro parêntese para contar uma experiência da qual fui testemunha ocular. Aquiles estudava em um Colégio particular em Alagoinhas. Colégio conceituado, inclusive, destaque no ENEM com taxa alta de aprovação de ex-discentes em vestibulares das Universidades públicas e privadas e ingresso nessas por meio da nota de corte do ENEM. Ele foi matriculado nesse Colégio na 5ª série ou

---

<sup>59</sup> FREIRE, 1996, p. 17.

6º Ano do Ensino fundamental II. A partir do terceiro ano de convivência naquele Colégio passou a sofrer preconceito em razão do excesso de peso. Tinha obesidade leve. Várias vezes os responsáveis estiveram no Colégio conversando com a Direção, contudo pouco adiantou. Lembro que a Direção ainda convocou os pais de um dos alunos para falar sobre a situação. Essa convocação somente ocorreu após Aquiles reagir agressivamente contra esse colega. Eles brigaram, com socos e pontapés. Aquiles não conseguia se concentrar nos estudos. Soube depois que ele tinha déficit de atenção provocado, segundo especialista, em virtude do “Bullyng” sofrido. Buscando reafirmação, Aquiles se tornou agressivo e disperso.

Aquiles não conseguiu avançar de série e permaneceu no 1º Ano do Ensino Médio. Aquiles é filho de policial militar e por isso foi inscrito no processo seletivo no percentual destinado a policiais militares e servidores públicos do CPM, sendo sorteado e matriculado no CPM no 1º Ano do Ensino Médio. Soube tempo depois, para minha grata surpresa, que o CPM Professor Carlos Rosa ajudou-lhe bastante a superar as frustrações. Relatou não mais sofrer qualquer tipo de “Bullyng” e preconceito. Ao contrário, em pouco tempo tornou-se um aluno “popular” – como ele se refere àquela convivência – rodeado por vários amigos e amigas. A timidez aos poucos foi diminuindo e tornava-se mais autônomo. Sua adaptação foi surpreendente!

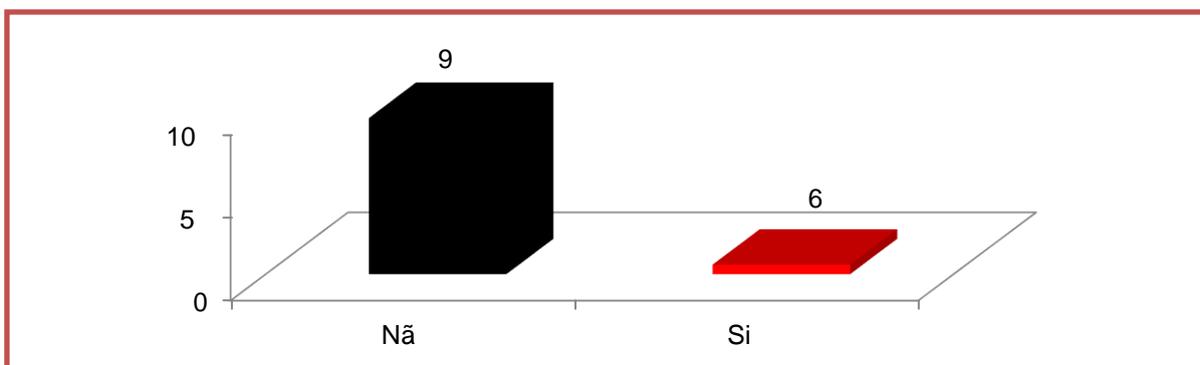
Todos acreditavam que Aquiles iria detestar o Colégio e hoje, já no 3º Ano do Ensino Médio, lamenta ter que sair após concluir o curso. Acompanhei Aquiles de perto no CPM. Lembro que após os primeiros dias de aula, ele – de orientação heterossexual - me relatou a surpresa de ter na ótica dele presenciado o número de estudantes homossexuais existente no Colégio em relação à escola que ele anteriormente estudava. Essa surpresa estava ligada, segundo ele, ao fato de não presenciar muitos casos de “Bullyng” em relação a esses estudantes, como ocorria no Colégio que estudava anteriormente.

Entendo que esse cotidiano favoreceu a caminhada dele. Hoje, ao conversarmos e pelas suas atitudes, percebo seu respeito às diferenças. A construção dessa consciência, a meu ver, surgiu de sua própria experiência individual de ter sofrido “Bullyng” – por ter tido obesidade – e o novo ambiente escolar. Esse fato criou laços de solidariedade e amizade com outros colegas que também sofreram algum tipo de preconceito. Suas atitudes e reflexões têm me ensinado bastante, inclusive, a orientar a minha prática pedagógica, pois alia o meu

arcabouço teórico com a vivência de quem passou por “Bullyng”. Portanto, a de se concordar com Junqueira (2011, p. 89-90), quando afirma que cotidianos preconceituosos desfavorecem o “rendimento das pessoas que são alvo de preconceito e discriminação direta”.

O gráfico nº 13 confirma a experiência de Aquiles no CPM, senão vejamos:

**Gráfico 13 – O regime disciplinar do CPM aumenta preconceito % - CPM**



Fonte: Elaboração própria (2019)

94% dos estudantes questionados afirmam que o regime disciplinar do CPM não contribui para aumentar o preconceito racial, gênero ou orientação sexual entre os alunos. Em números absolutos dos cinquenta e dois colegiais, quarenta e três considera que o poder disciplinar, o poder da norma, não acirram os preconceitos, sendo que somente três dizem que sim. No entanto, entre os ex-discentes Alexandre na entrevista considera que não aumenta. Contudo, referindo-se aos policiais militares pondera que não aumenta, em razão de obedecerem a um regulamento que os impedem de exteriorizar seus preconceitos, sob pena de serem punidos. Senão vejamos, o que diz Alexandre,

*Não, porque assim, eles estão ensinando o regime disciplinar do CPM, então eles não poderiam externar suas opiniões, se concordavam ou não em a pessoa ser gay, se tinha preconceito ou não com negros, por isso não havia o aumento do preconceito, pois eles seguiam regras para ensinar o ensino militar. Mas se eles fossem ensinar com base em suas opiniões, eu diria que sim poderia aumentar, pois alguns militares exalavam perfil de pessoas preconceituosas, por meio de olhares, de gestos de negação com a cabeça e etc.*

O que Alexandre nos revela é que o poder da norma mitiga a exposição dos preconceitos entre os policiais militares no cotidiano escolar do CPM, não obstante existam policiais militares preconceituosos. Fato que é público e notório em qualquer

categoria profissional em virtude de serem reflexos das desigualdades inerentes à sociedade brasileira.

Neste singular, dois outros relatos extraídos dos questionários de dois ex-discentes do CPM Alagoinhas são elucidativos em relação ao poder disciplinar contido nas normas disciplinares do RDCPM e suas influências nas relações raciais, gênero, mas, especialmente, na questão da sexualidade. Dois ex-alunxs – um do gênero masculino pansexual e outra do gênero feminino bissexual - consideraram que o regime disciplinar pode sim aumentar esses preconceitos, pois restringem o ativismo dentro dos muros escolares. Uma delas afirma que em determinada data – não informada – estavam fazendo *“atividades voltadas às causas LGBT e as bandeiras/cartazes foram retirados por não ser de ‘acordo com o que é pregado na escola”*.

No tocante ao ativismo, de fato, o RDCPM proíbe qualquer tipo de manifestação coletiva de caráter reivindicatório ou de crítica, podendo ser considerado uma falta de natureza média, como se vê no inciso “LVI. promover ou tomar parte de qualquer manifestação coletiva, seja de caráter reivindicatório ou de crítica;” do parágrafo 2º do artigo 6, estando sujeito a penalidade de Suspensão sem prejuízo das atividades escolares ou de falta eliminatória, possível de exclusão disciplinar, como preconiza o inciso “III. tomar parte o aluno em **greve**<sup>60</sup> e outros movimentos reivindicatórios;” (grifo meu) combinado com o *caput* do artigo 32 do RDCPM.

Esta situação contradiz os princípios que devem compor o currículo da Educação básica nas etapas do ensino fundamental e do ensino médio, conforme a Diretriz Educacional nº 001/2016<sup>61</sup>, tendo por fundamentação a Constituição Federal de 1988, Constituição do Estado da Bahia, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional); Lei 8.261, de 29 de maio de 2002 (Estatuto do Magistério do Ensino Fundamental e Médio do Estado da Bahia) e Regimento Escolar das Unidades Escolares Integrantes do Sistema Público Estadual (Portaria da SEC nº 5872 de 15/07/2011), como se observa em seu

**Art. 87.** O currículo da Educação Básica nas etapas do ensino fundamental e do ensino médio é formado por uma base nacional

---

<sup>60</sup> Os incisos discorrem sobre o mesmo fato, mas estabelecem penalidades diferentes. Talvez o motivo da exclusão disciplinar esteja na participação em greve.

<sup>61</sup> PMBA. **Diretriz Educacional Nº 001**, de 15 de Janeiro de 2016.

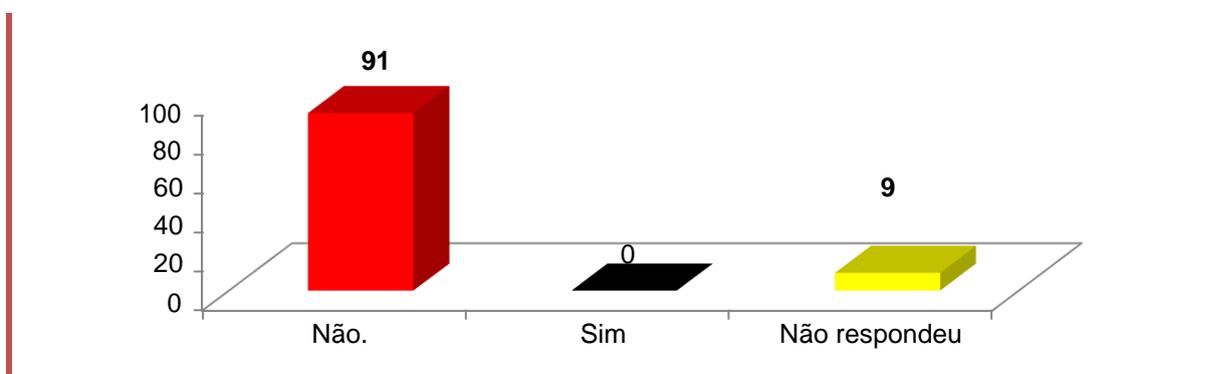
comum, uma parte diversificada e, ainda, por projetos e programas interdisciplinares eletivos.

§1º. As bases e os projetos que compõem o currículo de que trata o *caput* devem se fundamentar em princípios éticos, políticos e estéticos, estar integrados e articulados com as áreas do conhecimento por ele abarcadas, englobando os aspectos da vida cidadã, quais sejam: a saúde, meio ambiente, trabalho, ciência, tecnologia, sexualidade, vida familiar e social, cultura e linguagens.

O que ocorre é que esse mesmo Regimento Escolar tem por fundamento a Lei 7.990, de 27 de dezembro de 2001 – EPM - Estatuto dos Policiais Militares do Estado da Bahia. No artigo segundo desse estatuto se define a condição policial militar: “Os integrantes da Polícia Militar do Estado da Bahia constituem a categoria especial de servidores públicos **militares estaduais** denominados policiais militares (...)” (grifo meu). A constituição federal também assim define em seu artigo 42: “São servidores militares federais os integrantes das Forças Armadas e servidores militares dos Estados, Territórios e Distrito Federal os integrantes de suas polícias militares e de seus corpos de bombeiros militares.” Portanto, como militares são proibidos fazer **GREVE**, conforme o parágrafo 5º desse mesmo artigo: “Ao militar são proibidas a sindicalização e a greve.” Assim, a vedação do RDCPM segue as diretrizes do sistema castrense, inclusive, no que lhe é mais caro. Daí talvez se explique a razão dos policiais militares tratarem os discentes como se fossem militares, motivo esse da queixa de Alexandre mencionada anteriormente.

A mesma questão foi feita aos professores e professoras civis do 3º Ano do EM do CPM. Segundo a esmagadora maioria, conforme, o gráfico abaixo, a disciplina militar não contribui para estimular o preconceito racial, de gênero e orientação sexual.

**Gráfico 14 – O regime disciplinar do CPM aumenta preconceito % - CPM**

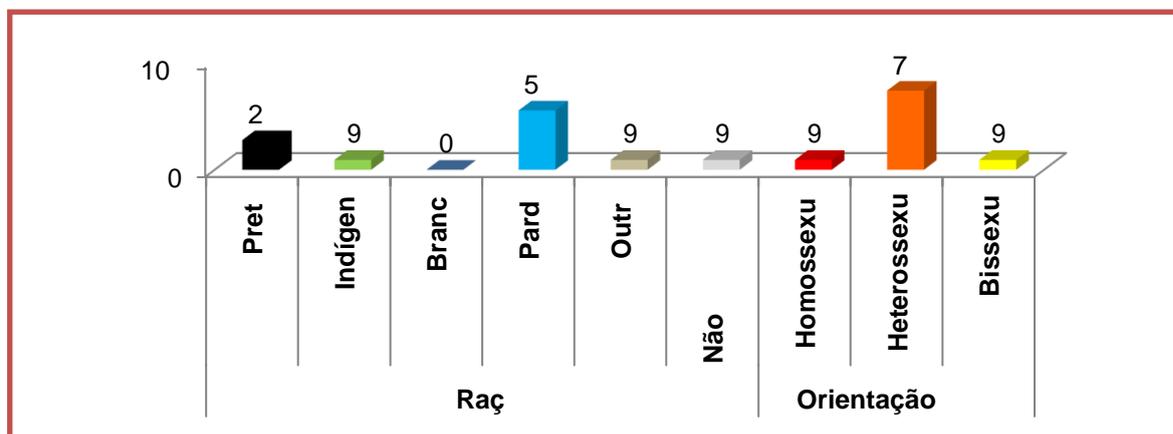


Fonte: Elaboração própria (2019)

Em termos numéricos dos onze professores e professoras civis, dez responderam que a disciplina militar não contribui para o aumento do preconceito racial, de gênero e orientação sexual. Dentre as justificativas destacam que a disciplina militar objetiva ensinar o respeito, cidadania e que a intensificação dos preconceitos está ligada a um processo complexo inerente a nossa cultura e a nossa história. Portanto, uma das leituras possíveis é considerar um dos objetivos do “regime disciplinar”: o da construção de uma “convivência harmoniosa”, baseada em princípios éticos que respeite a diferença, como proposto na ementa da matéria escolar Instrução Militar. Essa parece ser a percepção que predomina entre discentes, ex-estudantes e docentes.

Cabe agora traçar o perfil sociológico desses professores e professoras que responderam aos questionários. Assim, segue o percentual, conforme gráfico abaixo,

**Gráfico 15 – Amostra de Raça e gênero do corpo docente do 3º Ano EM % - CPM**



Fonte: Elaboração própria (2019)

**Gráfico 16 – Nível educacional e tempo de serviço do corpo docente do 3º Ano do EM % - CPM**



Fonte: Elaboração própria (2019)

Dos onze docentes civis que responderam o questionário, três começaram a dar aula no CPM em 2018, dois em 2006, um 2007 e um em 1994, sendo que estes acompanharam a transição do Colégio Professor Carlos Rosa para CPM – estes convidados a fazerem um comparativo da mudança na administração, destacaram a organização da gestão PM. Os demais entraram nos seguintes anos: 2011, 2012, 2015 e 2017.

Através dos questionários, as professoras e professores civis foram convidados a informar se foram vítimas de qualquer tipo de preconceito ou se presenciaram algum estudante ser vítima de preconceito racial, de gênero ou em virtude da orientação sexual por parte dos policiais militares ou outro membro da comunidade escolar no cotidiano da escola. Os onze responderam que nunca sofreram preconceito em razão de sua cor ou raça, gênero ou orientação sexual.

O que nos chamou a atenção, entretanto, foi a justificativa de um dos professores (as) civis. Graduado, com tempo de docência entre 1 a 5 anos no serviço público, autodeclarado heterossexual, o professor civil respondeu que não sofreu preconceito “por ter ‘boa aparência’ ou até (sic) pele menos escura.” As respostas de seu questionário – no qual, como em todos, não foi registrado o nome do docente -, revelam outras situações, no mínimo, intrigantes.

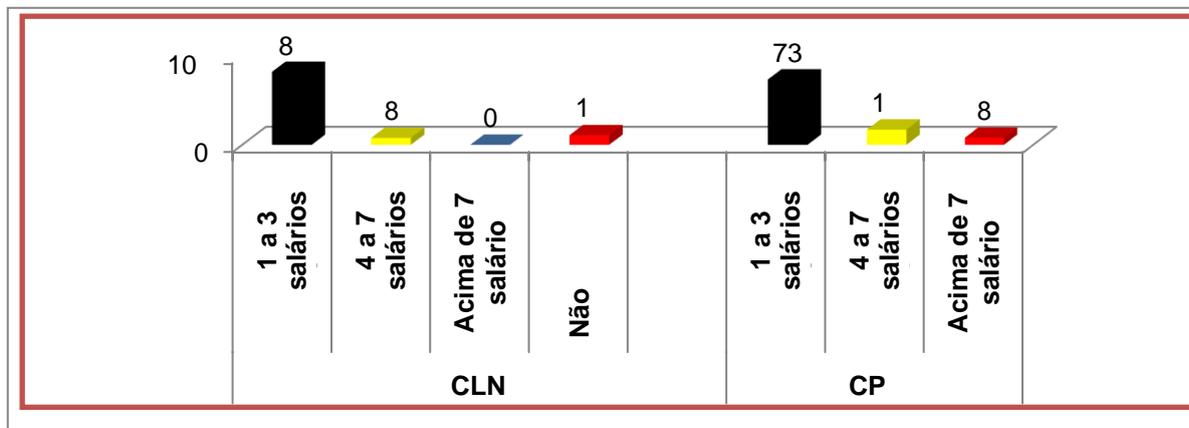
Por exemplo, convidado a se autodeclarar no tocante a raça, conforme os critérios do IBGE (pardo, preto, indígena, branco), se declarou como “brasileiro”. A resposta levanta uma série de questões. Estaria a resposta do educador sugerindo a rejeição do conceito de raça? Ou não conhece o seu significado? Ou pratica um racismo sem raça (boa aparência)? Ou associa uma identidade mestiça a uma identidade nacional? Bem, na questão nº 13 do questionário, onde se insta o professor a informar se conhece e domina os conceitos dos marcadores sociais – cor, raça, etnia, sexualidade e gênero – este professor se abstém da resposta. Isso suscita a dúvida se conhece os conceitos relacionados à questão em lide. Na questão nº 7, perguntado se participou de algum curso de aperfeiçoamento, extensão ou especialização que envolvesse os temas: gênero, raça/etnia, sexualidade; afirmou que: “*Não sente necessidade*”! Adicionando-se a isso, na questão nº 12, indagado se os conteúdos referentes à História e cultura Afro-brasileira são ministrados no âmbito de todo currículo escolar do CPM, responde não ter conhecimento. Enquanto os demais professores e professoras informam que

fizeram algum tipo de curso de aperfeiçoamento nesses temas ou quando não realizaram, justificam em razão da falta de oportunidade, tempo e oferta, aquele professor afirma que “Não sente necessidade”! Isto nos leva a pensar em duas questões: como o professor é graduado, certamente, não viu esse debate na Universidade que estudou ou porque, possivelmente, ele é racista e sexista, mesmo. O fato é que o debate dessas questões deve ser aprofundado nas Universidades com a oferta de cursos de aperfeiçoamento, extensão, pós-graduação e de educação continuada que enfatize essas temáticas, uma vez que os entrevistados se queixam da carência desse suporte. Outrossim, é necessário que essa discussão se estenda cada vez mais à população em geral, pois as discriminações são oriundas, majoritariamente, pela desinformação.

De outro lado, apenas dois professores presenciaram discentes serem vítimas de preconceito. Um dos professores – autodeclarado pardo, heterossexual, pós-graduado especialista - comenta que presenciou entre os colegas professores e que sempre entreviu. Outro afirma que presenciou um policial militar tecer comentário sobre o penteado de uma aluna. No entanto, não descreve o comentário, o que poderia esclarecer melhor a questão. Neste singular, é preciso salientar as regras sobre o penteado apontados no Manual do Aluno retromencionado.

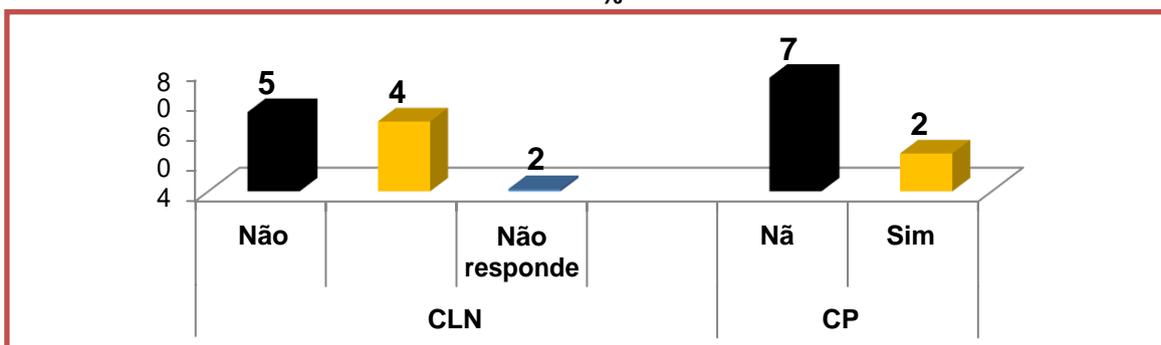
Somando-se as percepções dos alunxs do 3º Ano do EM do CPM, ex-alunxs concluintes do ensino médio do CPM Professor Carlos Rosa e dos professores e professoras no tocante aos impactos da disciplina militar nas relações raciais e de gênero, foi realizado uma análise da visão dessas relações entre os estudantes do 3º Ano do EM de um colégio civil da rede pública estadual. O Colégio escolhido foi o CELNB - Colégio Estadual Luiz Navarro de Brito em razão de ser um dos colégios mais antigo de Alagoinhas. A coleta de dados foi extraída de sessenta e cinco alunos e alunas, usando-se o mesmo questionário adotado com o corpo discente do CPM, ressaltando algumas questões específicas desse Colégio. Assim, os dados constantes nos gráficos a seguir, que delineiam o perfil dos estudantes do colégio civil, serão apresentados em comparação com os dados dos alunxs do CPM com o desiderato de explicitar as diferença, suas distâncias ou aproximações de seus perfis. Eis os dados, então.

Gráfico 17 – Renda familiar corpo discente do 3º Ano do EM - CELNB e CPM %



Fonte: Elaboração própria (2019)

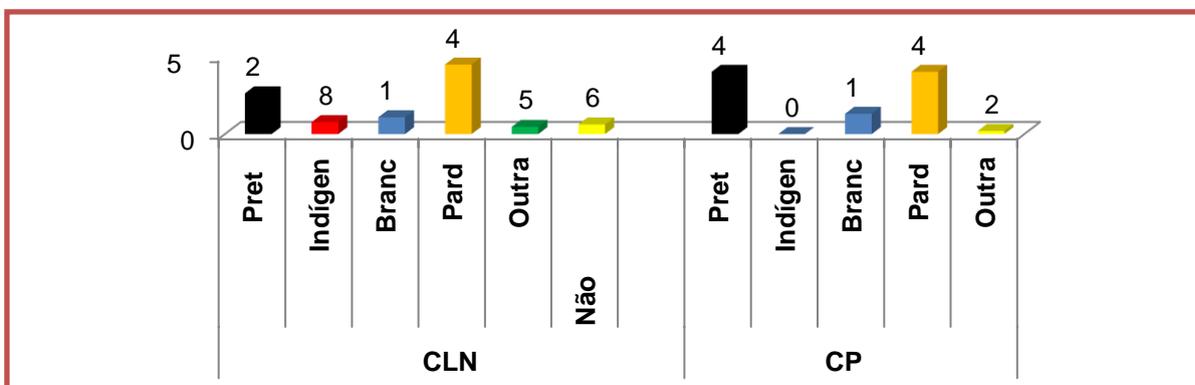
Gráfico 18 – Beneficiários de programas sociais (Bolsa família) 3º Ano do EM - CELNB e CPM %



Fonte: Elaboração própria (2019)

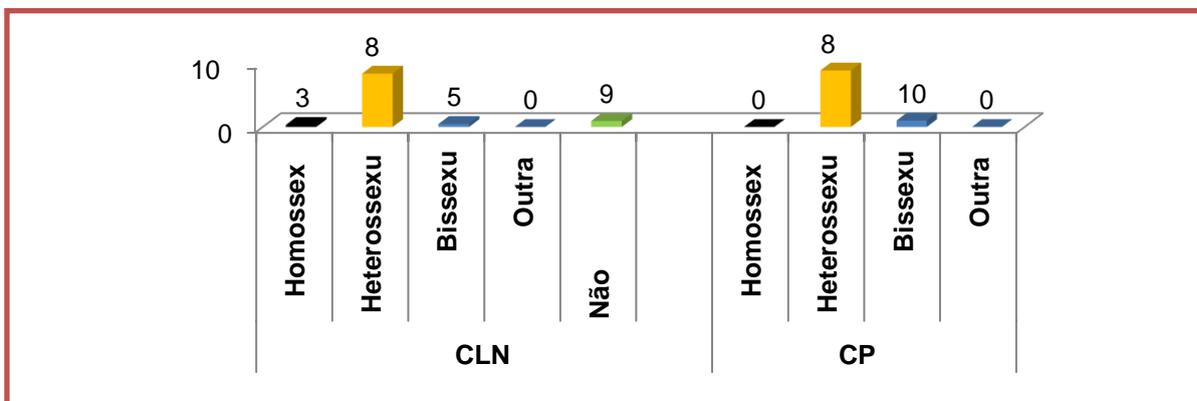
Observa-se que o perfil econômico dos estudantes de ambos os colégios são similares, pois não há uma clara distância no poder aquisitivo familiar, embora a porcentagem dos que são beneficiários de programas sociais do CELNB seja maior em relação ao CPM. Entretanto, pode-se conjecturar que o estrato socioeconômico de ambos é da classe media baixa, isto é, da classe “D”.

Gráfico 19 – Raça 3º Ano do EM - CELNB e CPM %



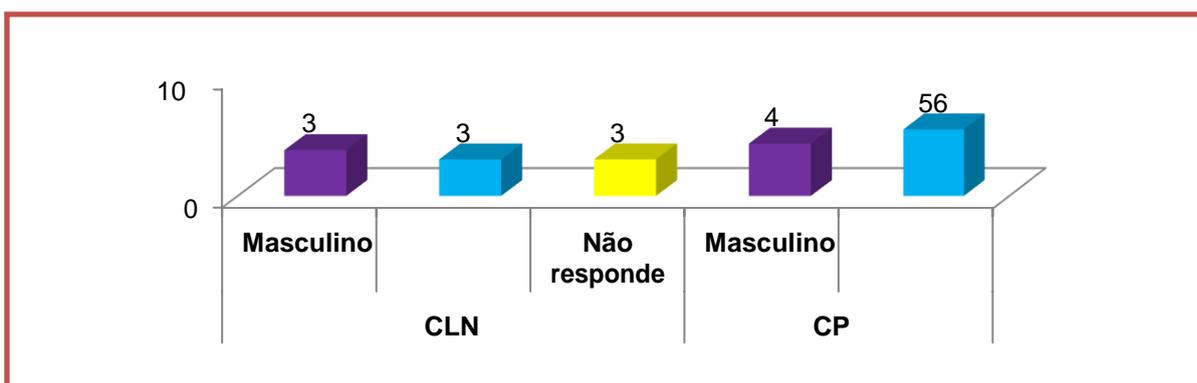
Fonte: Elaboração própria (2019)

Gráfico 20 – Orientação sexual 3º Ano do EM - CELNB e CPM %



Fonte: Elaboração própria (2019)

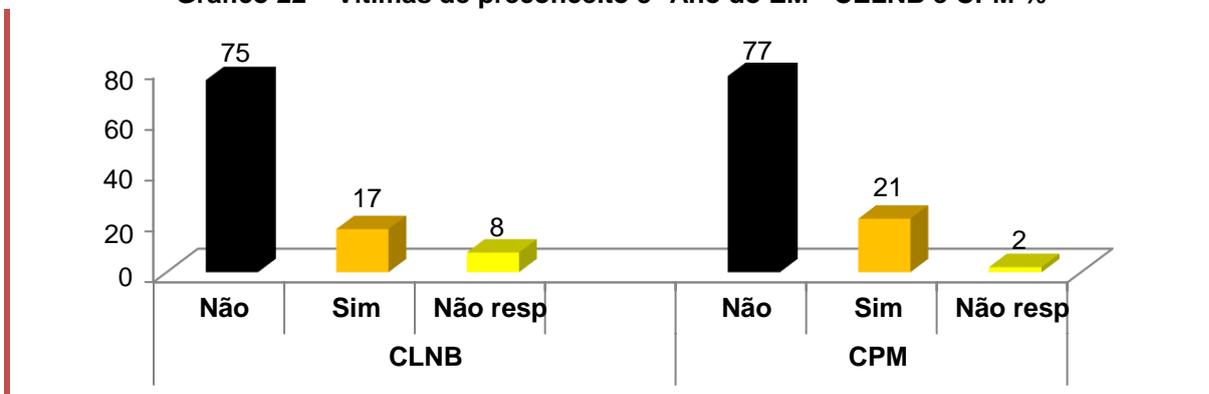
Gráfico 21 – Gênero 3º Ano do EM - CELNB e CPM %



Fonte: Elaboração própria (2019)

Os gráficos acima demonstram que quanto ao gênero, cor/raça e orientação sexual os estudantes têm o mesmo perfil. Predominam o gênero feminino e a orientação heterossexual, bem como a raça predominante é a negra, sendo que no CELNB tem 71% de pretos e pardos e o CPM 80%. Portanto, a similitude leva-nos a pensar que o lugar social de onde parte a percepção sobre as relações raciais e de gênero é o mesmo.

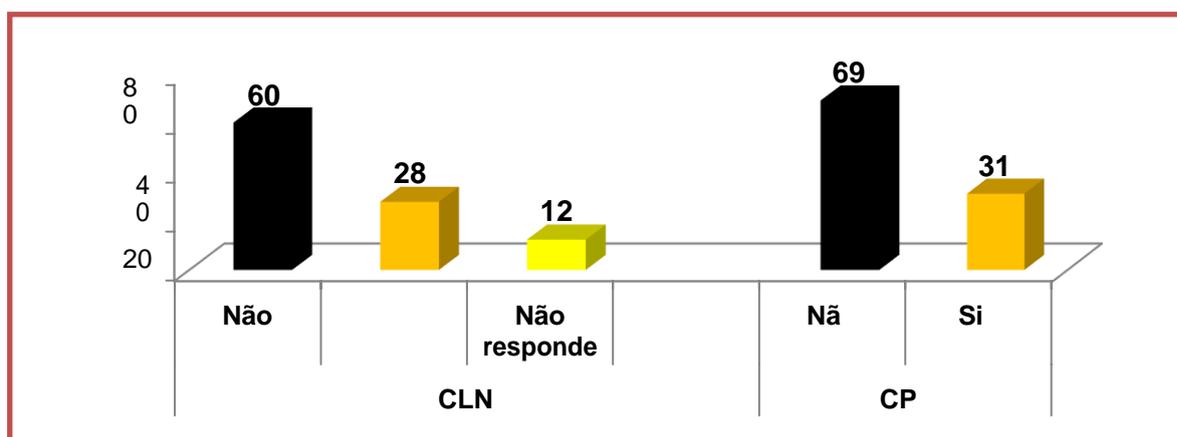
Gráfico 22 – Vítimas de preconceito 3º Ano do EM - CELNB e CPM %



Fonte: Elaboração própria (2019)

O gráfico aponta para outra semelhança. Dos alunos questionados, o percentual que afirmaram nunca ter sofrido preconceito racial, de gênero ou orientação ficou acima dos 70%. Enquanto os que alegam ter sido vítimas, variou de 17% para o CELNB e 21 % para o CPM. Em números absolutos, dos sessenta e cinco alunos do CLNB onze alegam ter sofrido preconceito, enquanto que dos cinquenta e dois alunos do CPM onze também alegam ter sofrido. O fato é que do CELNB cinco não responderam a questão e do CPM apenas um não respondeu, consequentemente, se tivesse feito uma leve variação ocorreria no percentual. Contudo, sem comprometer o resultado final. O que está demonstrado é que em ambos os Colégios há preconceito independente do regime disciplinar, sendo que a taxa pode ser considerada na média do que ocorre com a população brasileira. Segundo o Datafolha 22% de brasileiros alegam ter sofrido preconceito de cor ou raça, 9% em razão de orientação sexual, 24% do sexo e 30% preconceito de classe, conforme dados do Datafolha.<sup>62</sup>

**Gráfico 23 – Estudantes que presenciaram preconceito 3º Ano do EM - CELNB e CPM %**



Fonte: Elaboração própria (2019)

O percentual de quem presenciou preconceitos também são equivalentes. Assim, confirma o arrazoado anterior. A rede CPM da Bahia tem envidado esforços para debater o tema das relações étnico/raciais, não obstante, ainda sem uma sistematização e um aprofundamento que a questão requer. Exemplo desses esforços foi feito neste ano pelo CPM de Candeias que instituiu a **Ação 'Julho dos Pretos'**, “que teve como proposta a abertura de um espaço de discussões” sobre a

<sup>62</sup> G1. DATAFOLHA: 30% dos brasileiros dizem ter sofrido preconceito por causa da classe social. 16 Jan 2019.

autoestima dos jovens negros, buscando valorizar e incentivar a “aceitação da “cor/raça” de cada indivíduo”, bem como “a exaltação de negros que fizeram a diferença em nossa história”.<sup>63</sup> As fotos abaixo são representativas desta perspectiva.

**Figura 3 – Fotografia do evento no CPM Candeias.**



Fonte: Site PMBA (2019)

A ação, segundo informação daquele CPM foi desenvolvida pelos “Segundo ano do Itinerário Formativo de Matemática e direcionada aos discentes do Oitavo e Nono anos do Ensino Fundamental”, sendo que, um dos palestrantes foram o Sr. Beto Infante de Guiné Bissau e a Sr<sup>a</sup> Natalyne Santos<sup>64</sup> que discorreram sobre a temática.

**Figura 4– Fotografia do evento no CPM Candeias – palestrantes e discentes.**



Fonte: Site PMBA (2019)

<sup>63</sup>Disponível

<[http://www.pm.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12461:cpmcandeias-projeto-julho-dos-pretos-2019&catid=178:destaques-cpm-candeias&Itemid=1017](http://www.pm.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12461:cpmcandeias-projeto-julho-dos-pretos-2019&catid=178:destaques-cpm-candeias&Itemid=1017)> Acesso em: 24 Ago. 2019.

<sup>64</sup> Idem.,

em:

Enfim, embora o poder disciplinar militar homogeneíze os comportamentos estabelecendo as normas, não é decisivo na reprodução das desigualdades sociais presentes na sociedade brasileira. O racismo é estrutural e inerente a nossa sociedade, cuja formação social foi construída sob o escravismo. Portanto, o racismo institucional está presente em todos os órgãos do Estado. Ademais, o patriarcado também é uma característica estrutural da sociedade brasileira e o sexismo daí decorrente. Conclui-se que a disciplina “pré-policia militar”, cuja função é transmitir a cultura militar – disciplina, hierarquia, patriotismo, civismo etc -, mas também, princípios éticos, tem o desiderato de estabelecer uma convivência baseada no respeito mútuo. Segundo Paulo Freire a “tolerância requer respeito, disciplina, ética”. O CPM Alagoins tem buscado esse objetivo, sobretudo, com a parceira de pais e responsáveis por estudantes. Contudo, muito ainda precisa ser feito. Tolerância somente não basta. É preciso ir além. Tarefa árdua, principalmente, no contexto atual.

O que foi demonstrado é que o rigor da norma militar, “inserida nos Colégios da rede pública estadual sob a sua gestão é um diferencial dos colégios militares dos colégios civis, e não apenas o corpo discente”, fato esse observado em outros Estados do país (SANTOS, 2010, p. 21). Ora, o Regime disciplinar também está presente nos colégios civis. O poder disciplinar e da norma também perpassa seu cotidiano. O diferencial, como se pôde perceber da análise do RDCPM e do Regimento Escolar do CPM, é a eficiência e a eficácia deste, em virtude, dentre outras coisas, do fato de ser efetivo e haver uma seção administrativa destinada somente a fiscalização, a vigilância e uma expertise no tocante à disciplina, afinal hierarquia e disciplina está no cerne da cultura militar. Segundo Santos (2010, p. 21), “o que a Polícia Militar faz é apropriar-se de regras escolares já existentes, aprimorá-las de acordo com o seu regime, e aplicá-las com mais rigor, para, a partir daí, atingir o objetivo da escola, a boa educação, em que o saber torna-se presente e visível na vida dos alunos.”

Bem, se o cotidiano escolar do CPM não escapa aos preconceitos e um ambiente preconceituoso dificulta o aprendizado, e, mais, se a disciplina militar da rede CPM mitiga o senso crítico dos alunxs, o que explicaria o “sucesso” no ENEM?

#### **4 RENDIMENTO DOS EX-DISCENTES DO CPM ALAGOINHAS NO ENEM:** singularidades do CPM em questão.

*Muito grato, senhor, por nosso templo  
Relicário da Ciência e do Saber  
No presente se vislumbra o exemplo  
No futuro paradigma há de ser.*

Mesmo obtendo êxito nos índices de avaliação do IDEB, sobretudo no ENEM, em relação às escolas da rede pública estadual, as escolas administradas pelas Polícias Militares têm sofrido desde 2015, quando se expandiram em todo país, severas críticas por muitos pesquisadores da área da Educação e “acendido um sinal de alerta junto à sociedade” (VEIGA, 2015), conforme se vê na mídia. Mas não só na mídia, o mesmo ocorre nos espaços reflexão acadêmica (CALCADE, 2018). Dentre os principais argumentos expostos por esses pesquisadores da educação estaria a acusação de que as escolas geridas pela Polícia Militar violariam os “princípios constitucionais de uma escola pública, gratuita, democrática, com igualdade de condições de acesso e permanência, pautada no pluralismo de ideias e concepções pedagógicas” e assim se afasta do “ideal republicano definido após longos debates no Plano Nacional de Educação, que garante educação pública de qualidade a todos os cidadãos, sem nenhum tipo de distinção” (CALCADE, 2018).

A Profa. Virginia Maria Pereira de Melo, por exemplo, argumenta que os resultados obtidos nestas escolas “militarizadas” decorrem de “uma situação privilegiada”, não provém “da gestão militar, mas das condições diferenciadas efetivamente oferecidas.” Sustenta que se as demais escolas públicas tivessem as mesmas condições “elas e seus profissionais seriam com certeza capazes de assumir o trabalho com a competência necessária” (apud VEIGA, 2015).

Além disso, arrazoam os pesquisadores que os alunos dos Colégios Militares “são diferenciados tanto por características familiares, como pelo acúmulo de conhecimentos e condição inicial, além do próprio processo de seleção que as escolas militares estabelecem” que são feitas através de uma espécie de “vestibulinho”. E “por essa razão não seria possível comparar as escolas da rede pública no geral com as escolas militares.” (CALCADE, 2018). Tais críticas se acirraram cada vez mais com a proposta de campanha do atual presidente e,

sobretudo, com as propostas equivocadas do movimento “escola sem partido”.<sup>65</sup> Outra questão concernente à crítica a administração da Polícia Militar dos Colégios, segundo a doutora em Ciência da Educação e coordenadora do Observatório de Violência nas Escolas do Brasil, Miriam Abramovay, em entrevista à BBC, “estaria aliada a um controle da violência através de repressão, condições estruturais e financeiras privilegiadas, além de não abordar as causas reais dessa situação.” (apud VEIGA, 2015)

Certamente são críticas pertinentes que merecem toda atenção e o devido debate aprofundado, uma vez que a questão é de interesse da comunidade acadêmica, que constrói e desconstrói discursos hegemônicos, e da sociedade como um todo. No entanto, em razão das limitações do objeto não será aprofundada a discussão nessa monografia. Assim, esta seção se limitará a verificar em que medida esses argumentos cabem para a rede dos Colégios da Polícia Militar da Bahia, mais especificamente para o CPM Professor Carlos Rosa.

De antemão, nota-se, a olhos desnudo, nas críticas supramencionadas a carência de distinção da administração dos Colégios Militares e os geridos pelas Polícias Militares por todo Brasil. Os argumentos não levam em conta as singularidades de cada força. Não apenas a diferença entre os Colégios Militares do Exército e os geridos pelas policiais militares, que têm suas singularidades atreladas ao ente federativo. Este imbróglio já foi esclarecido no segundo capítulo, porém, é preciso retomar essa questão para colocar às claras as variáveis que contribuem para o rendimento dos discentes CPM no ENEM e nos vestibulares das Universidades públicas e privadas.

Começemos pelo processo seletivo. O ingresso na rede CPM, como já foi dito, não é exigido prova – “vestibulinho” para seleção dos candidatos. Conforme o edital do Processo seletivo para admissão de alunos nas unidades do Colégio da Polícia Militar em seu item 4.1. “O critério para a seleção de todos os inscritos será o sorteio eletrônico, respeitado o critério de ano de nascimento previsto no Anexo II e a proporção contida no subitem 1.1.”. Este procedimento foi adotado desde 2008.

O sorteio eletrônico ocorre no Instituto Anísio Teixeira - IAT, em Salvador, por uma coordenação nomeada por ato do Comandante Geral, contando com

---

<sup>65</sup> Em razão da limitação do objeto de pesquisa, o tema “escola sem partido” não será discutido nessa monografia. Ressalta-se apenas que o programa proposto por esse movimento fere os princípios democráticos e direitos humanos consagrados na Constituição Federal de 1988, LDB e acordos e Pactos Internacionais, incorporados a legislação pátria.

representantes da SEC-BA, do Tribunal de Justiça da Bahia; Assembleia Legislativa; Secretaria de Educação Municipal; Ministério Público Estadual; Procuradoria-Geral do Estado; Defensoria Pública; Associação Baiana de Imprensa; Ordem dos Advogados da Bahia e Associações de classes dos policiais militares do Estado da Bahia.<sup>66</sup>

As inscrições são feitas no site da PMBA, no qual, após o sorteio, são divulgadas as listas dos contemplados. Não existe outra forma de ingresso na rede CPM da PMBA. As transferências de alunos CPM ocorrem entre as unidades escolares CPM. Existe a possibilidade de discentes de CPM de outros Estados serem transferidos para uma Unidade escola da rede CPM da Bahia, contudo, somente o Comandante Geral da PMBA pode deliberar no âmbito da PMBA sobre o pleito. Em relação à distribuição de vagas, o edital prevê no seu item 1 que,

As vagas das Unidades do Colégio da Polícia Militar, nos termos do convênio celebrado entre a Secretaria da Educação e a Polícia Militar da Bahia obedecerão as seguintes proporções:

a. Para os colégios de Alagoinhas, Candeias, Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna, Jequié, Juazeiro, Teixeira de Freitas e Vitória da Conquista: 50%(cinquenta por cento) das vagas serão destinadas **aos filhos de militares estaduais e servidores públicos civis da PMBA e CBMBA, professores e demais servidores públicos civis da SEC colocados à disposição das Unidades do CPM/BA e 50% (cinquenta por cento) para filhos de outros cidadãos;**

b. Para os colégios localizados em Salvador: 70%(setenta por cento) das vagas serão destinadas aos filhos de militares estaduais e servidores públicos civis da PMBA e CBMBA, professores e demais servidores públicos civis da SEC colocados à disposição das Unidades do CPM/BA e 30%(trinta por cento) para filhos de outros cidadãos; (grifo meu)

Assim, existe um percentual de vagas diferentes para as unidades do interior e da capital, sendo que para o interior 50% são destinadas a filhos de militares (policiais e bombeiros) e de servidores públicos civis à disposição das Unidades do CPM/Ba e 50% para os filhos e filhas dos demais cidadãos. Portanto, no CPM Alagoinhas a proporção é a prevista na alínea “a” do item 1.1 do edital.

Diferente da rede CPM da Bahia, o ingresso na rede CPM de Tocantins, conforme o Edital Nº 001/2016, ocorre por concurso com “exame intelectual, de caráter eliminatório e classificatório, que constará de provas objetivas”. Segundo o artigo 12 do mesmo edital, “as provas serão elaboradas obedecendo às disciplinas

<sup>66</sup> Redação Acorda Cidade. **CPM divulga edital de processo seletivo**. Disponível em: <<https://www.acordacidade.com.br/arquivos/196.pdf>> Acesso em 27 Jun 2019.

de Matemática e Língua Portuguesa com conteúdos acumulados do Ensino Fundamental “Séries Finais”, para o ingresso na 1ª Série do Ensino Médio e conteúdos acumulados do Ensino Fundamental “Séries Iniciais”, para o ingresso ao 6º ano do Ensino Fundamental.”<sup>67</sup> Não há proporção de vagas divididas entre policiais, bombeiros militares etc e demais cidadãos como na PMBA.

Esse também é o procedimento do Colégio Militar de Salvador, que adota o concurso como forma de admissão para a matrícula no 6º Ano do Ensino Fundamental. O processo seletivo consta de três etapas: exame intelectual, de caráter eliminatório e classificatório, para todos os candidatos inscritos – composto de provas de língua portuguesa, redação e matemática -; revisão médica, de caráter eliminatório; e comprovação dos requisitos biográficos dos candidatos, de caráter eliminatório.<sup>68</sup>

Contudo, o caput do artigo 52 do Regulamento dos Colégios Militares (R-69), instituído pela Portaria nº 042, de 6 de fevereiro de 2008, estabelece que independente de processo seletivo, é considerado habilitado à matrícula, mediante requerimento ao Comandante do CM, observados os limites de vagas decorrentes da capacidade física e dos recursos humanos e materiais do CM, satisfeitas às demais condições deste Regulamento:

- I - o órfão, filho de militar de carreira ou da reserva remunerada do Exército, independente da data do falecimento do pai ou da mãe;
- II - o dependente legal de militar de carreira do Exército, nos termos do Estatuto dos Militares, se o responsável encontrar-se em uma das seguintes situações:
- III - o dependente de militar de carreira ou da reserva remunerada do Exército, se o responsável for reformado por invalidez, nos termos do Estatuto dos Militares.<sup>69</sup>

Portanto, há reserva de vagas destinadas aos dependentes dos militares de carreira do Exército que não precisam realizar o processo seletivo para a matrícula. Outrossim, os responsáveis pelos discentes dos Colégios Militares, conforme o artigo 82 do Regulamento dos Colégios Militares (R-69), são obrigados a pagar contribuições destinadas a “prover despesas gerais do aluno”, sob pena de não ter

---

<sup>67</sup> DIÁRIO OFICIAL DE TOCANTINS nº 4730, Edital Nº 001/2016, de 25/10/2016. Disponível em: <<https://diariooficial.to.gov.br/busca/?por=edicao&edicao=4730>> Acesso em 27 Jun 2019.

<sup>68</sup> EB/CSM. **Manual do candidato**. Disponível em: <<https://www.pciconcursos.com.br/concurso/colégio-militar-de-salvador-ba-40-vagas>> Acesso em: 27 Jun 2019.

<sup>69</sup> EXÉRCITO BRASILEIRO. **Regulamento dos Colégios Militares (R-69)**. Portaria nº 042, de 6 de fevereiro de 2008. Disponível em: <http://www.cm.rj.eb.mil.br/images/legislacao/r-69.pdf>> Acesso em: 25 Jun 2019.

renovada a matrícula, caso esteja inadimplente, como se vê no item II do artigo do 68, do mesmo Regulamento.<sup>70</sup>

Outras Instituições de Ensino Público que também têm se destacado nas avaliações do IDEB, cujo processo seletivo exige a realização de exame intelectual são os Institutos Federais. O IFBA, por exemplo, no edital de abertura de inscrição do processo seletivo para 2019 para os Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Forma Integrada deixa bem claro que “disponibiliza 100% das vagas de todos os cursos integrados com aplicação de prova de questões objetivas.”<sup>71</sup> Segundo o edital, a prova objetiva é composta de 36 (trinta e seis) questões objetivas idênticas para todos os cursos e tem por finalidade avaliar o domínio das competências e habilidades do aluno egresso do Ensino Fundamental, e tem caráter eliminatório e classificatório. A ocupação de vagas trilha o caminho das cotas sociais. Assim, são dois os sistemas de ingresso: a) por Ampla Concorrência e b) por Ampla Concorrência e Sistema de Cotas para estudantes de escolas públicas/Reserva de Vagas para Pessoas com Deficiência. Para ingressar no IFBA os candidatos têm que pagar o valor da Taxa de Inscrição de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais), sendo que os pagamentos agendados e não compensados até a data limite não serão considerados para efetivação da inscrição.<sup>72</sup> O edital esclarece que o curso destina-se a candidatos que concluíram ou estão em vias de concluir o Ensino Fundamental até a data prevista para a matrícula no IFBA, tendo a duração de 3 ou 4 anos.

Fica evidenciado, portanto, que o processo seletivo da rede CPM é distinto da rede CPM do Tocantins e do Colégio Militar de Salvador, bem como do IFBA. Ao contrário do que sustentam os pesquisadores da educação, na rede CPM da Bahia não existe “vestibulinho” e nem tampouco concurso mediante provas desde 2009. Além disso, não cobra taxa de inscrição para o processo seletivo, como o IFBA, sendo inteiramente gratuito, nem tampouco mensalidade como o CMS - Colégio Militar do Exército sediado em Salvador.

Embora tenha um percentual destinado a dependente de cidadãos que não tenham vínculo com a corporação, o processo seletivo da rede CPM da Bahia é mais

---

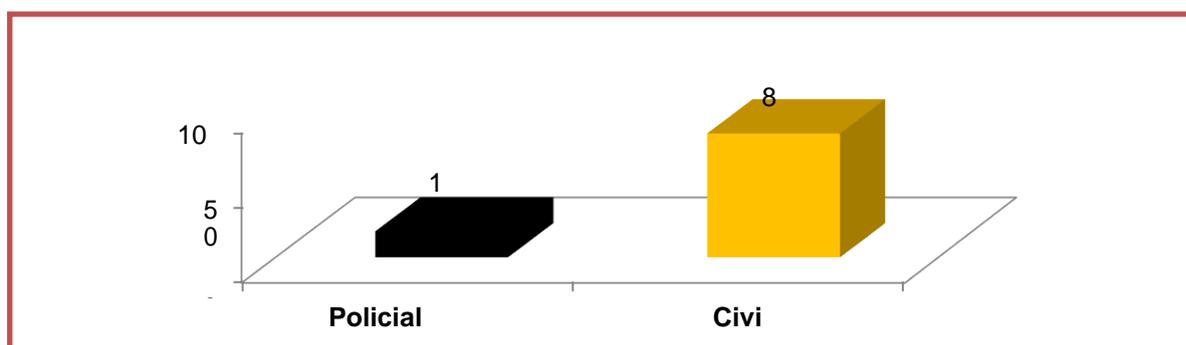
<sup>70</sup> EXÉRCITO BRASILEIRO, 2008.

<sup>71</sup> IFBA. **Edital de abertura de inscrição do processo seletivo IFBA 2019 - Cursos Técnicos – Forma Integrada.** Disponível em: <[https://portal.ifba.edu.br/processoseletivo2019/arquivos/pdfs/integrado/edital\\_prosel-2019\\_forma-integrada-rev03.pdf](https://portal.ifba.edu.br/processoseletivo2019/arquivos/pdfs/integrado/edital_prosel-2019_forma-integrada-rev03.pdf)> Acesso em 26 Jun 2019.

<sup>72</sup> IFBA, 2019.

democrático, sobretudo, para as unidades escolares do interior. Não há distinção. Porquanto, o sorteio eletrônico oportuniza o ingresso para todos independente da condição econômica. O percentual de vagas destinadas aos dependentes de servidores públicos e militares e para dependentes de cidadãos que não tem vínculo com a Corporação – no caso do CPM Alagoinhas de 50% a 50%, respectivamente, não está atrelado a nenhuma outra condição ligada a marcadores sociais. Repito, o processo seletivo tem como base o sorteio eletrônico. Embora, haja esse percentual a maioria dos estudantes do 3º Ano do Ensino Médio é de pais ou responsáveis civis e que não tem vínculo com a PMBA, senão vejamos, o gráfico produto da pesquisa juntos a esses estudantes;

**Gráfico 24 – Filiação de estudantes 3º Ano do EM - CPM %**



Fonte: Elaboração própria (2019)

Em números absolutos, dos cinquenta e dois discentes do 3º Ano do Ensino Médio do CPM Professor Carlos, apenas 9 (nove) são filhos de militares, os demais 43 (quarenta e três) são filhos de civis. Portanto, o argumento da pesquisadora não procede, pois na realidade do CPM Professor Carlos Rosa o que predomina é a presença de dependentes de cidadãos civis.

É público e notório que a aprovação em seleção por provas, como bem argumenta os pesquisadores da Universidade Federal do Ceará, Alessandra de Araújo Benevides e Ricardo Brito Soares, depende de um “acúmulo de conhecimento e condição inicial.” Assim, como foi visto no perfil socioeconômico dos estudantes do 3º Ano do CPM, essa “condição inicial” não é marcante, pois pertence a classe “D”. Ademais, dos cinquenta e dois estudantes do 3º Ano do EM do CPM Professor Carlos Rosa dezessete - o que corresponde a 33% - são oriundos de escolas públicas. Dessa forma, o processo seletivo por exame intelectual adotado pelo IFBA, pelo CMS e pelo CPM de Tocantins pode eleger, ao que tudo indica

alunxs oriundos de escolas com alunados com perfil socioeconômico elevado em relação ao CPM Professor Carlos Rosa, pois poderiam vir de escolas privadas. Além de, certamente, pertencerem a famílias com sociabilidades e condições materiais que permitam instrumentalizar com cursos extras, computadores, acesso a internet etc. para serem aprovados nesses exames – “vestibulinhos”. Assim, provavelmente, os discentes selecionados teriam, hipoteticamente, uma bagagem intelectual maior. Neste singular, o efetivo seria mais homogêneo tendo como base o exame intelectual.<sup>73</sup> O que não ocorre na rede CPM onde a seleção é feita por sorteio e o que predomina são alunos oriundos de escolas públicas e a heterogeneidade. Logo, neste sentido, a rede CPM da Bahia seria mais democrática.

A Prof<sup>a</sup> Virginia Maria Pereira de Melo afirma que as escolas geridas pela Polícia Militar violam os "princípios constitucionais de uma escola pública, gratuita, democrática, com igualdade de condições de acesso e permanência". Como ficou explícito no segundo capítulo e no processo seletivo da rede CPM da Bahia, estes argumentos são inócuos quando se refere ao CPM Alagoinhas. Este Colégio pertence à rede pública estadual baiana. Não cobra mensalidade. É inteiramente gratuito como qualquer colégio civil da rede. A gestão é compartilhada entre Secretaria de Segurança Pública e Secretaria de Educação. No Regimento Escolar estão previstos conselhos, colegiado escolar e grêmio estudantil, assim como o Regimento dos demais colégios estaduais. A seleção é por sorteio eletrônico e os critérios de permanência e exclusão são os mesmos para todos. Ademais, se o Regimento das Escolas do CPM ferisse “os princípios constitucionais”, não seria razoável crer que tenha permanecido intocado até hoje.

Alega ainda a professora Melo que a gestão da Polícia Militar violaria uma educação “pautada no pluralismo de ideias e concepções pedagógicas”. Como foi visto anteriormente, este argumento não se aplica a rede CPM da Bahia. Primeiro porque os professores que ministram aulas na área de linguagens, ciências humanas, matemática e ciências da natureza são civis pertencentes à rede pública estadual. Policiais Militares somente ministram aulas nestas áreas em situações excepcionais e para tanto os policiais tem que ter a licenciatura – cursada em Universidade ou Faculdade cancelada pelo MEC – para assumir a cadeira,

---

<sup>73</sup> Para confirmar essa hipótese seria necessária uma pesquisa mais aprofundada nesta questão, o que infelizmente não é possível através deste trabalho.

temporariamente, do professor que por ventura esteja indisponível na unidade escolar.

Como vimos, desde 2017 o IEP fez parceria com a UNEB para aperfeiçoamento dos instrutores militares, bem como construir um currículo com a base comum para toda rede CPM. Portanto, não há o que se falar em violação da “pluralidade de ideias e concepções pedagógicas”, a não ser que a UNEB concordasse com essa mitigação e desconsiderasse toda a sua história construída e pautada no pensamento progressista.

Outrossim, a própria disciplina Instrução Militar, que por muito tempo se resumia a transmissão da cultura militar através do poder disciplinar, desde 2014, no CPM Professor Carlos Rosa, tem buscado uma educação que preze os princípios éticos que permitam uma convivência harmoniosa, calcada no respeito ao outro. Ademais, o IEP com aquela parceria com a UNEB estabeleceu uma base comum para a disciplina Instrução militar – que compõe a parte diversificada da matriz curricular – que privilegia “os padrões éticos e sociais indispensáveis para vivência na comunidade”, cuja finalidade é “possibilitar uma postura comportamental alinhadas de forma reflexiva e contínua com os preceitos dos direitos humanos, assegurando aos alunos uma aprendizagem significativa das garantias democráticas, individuais e coletivas” (OLIVEIRA, 2018, p. 28). Ademais, a estrutura do ensino é a mesma de todas as demais escolas: funciona em regime seriado e as atividades escolares acontecem de segunda a sábado, obedecendo ao calendário escolar estabelecido pela SEC-BA, com 200 dias letivos. Somando-se a isso, o conteúdo programático segue as orientações pedagógicas dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) e da Lei de Diretrizes e Bases (1996)<sup>74</sup> já incluídas as mudanças no Ensino Médio proposta pela lei 13.415, de fevereiro de 2017.

Diferente da opinião dos pesquisadores supramencionados, o educador e filósofo Mário Sergio Cortella, Doutor em Educação, tendo sido orientando por Moacir Gadotti, no mestrado, e por Paulo Freire, no doutorado, arrazoia que “uma pessoa que sai de uma escola militar na educação básica, sai com uma formação científica sólida” (FERRAZ, 2018). O filósofo, porém, alerta para se evitar a “disciplina militarizada porque ela tem outro tipo de objetividade”. Como vimos acima, a matéria escolar Instrução Militar embora tenha como base a disciplina

---

<sup>74</sup> Como ocorre também em outros Colégios gerido por Polícias Militares de outros Estados. Ver: SANTOS, 2010, p. 22-3.

militar, ela não “militariza” o discente, tendo em vista que o mesmo não se identifica com a profissão policial militar. Para consolidar esse fato, dos cinquenta e dois alunos do 3º Ano do EM do CPM ao serem questionados se desejariam ingressar na PMBA após conclusão do ensino médio, apenas dois disseram que sim. 47 (quarenta e sete) alunos e alunas almejam realizar o ENEM, ingressar em uma Universidade e seguir carreira acadêmica.

A revista Carta Capital em artigo sustenta que a “rigidez extrema preocupa os educadores” e consigna a opinião do pesquisador da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), André Lázaro, que diz: “a escola não é ambiente de obediência e hierarquia cega, mas de diálogo. No sistema militarizado, não se discute, se obedece. Não se constitui cidadania se os alunos não pensam. Alimenta-se uma ditadura” (CARTA CAPITAL, 2018). Ora, vale lembrar que foi de uma escola militar que saiu um dos maiores intelectuais marxistas do Brasil, que, inclusive, se tornou general do Exército: o historiador e escritor Nelson Werneck Sodré. Intelectual militante, diga-se de passagem, inclusive, atuante no PCB, sendo perseguido, preso e censurado durante a ditadura civil-militar (CARDOSO, 2013).

Como vimos até aqui, esse argumento não se aplica ao CPM Professor Carlos Rosa. Os discentes do CPM não são incentivados a pensar, mas a raciocinar. A disciplina militar empregada no CPM Professor Carlos Rosa não está lastreada em uma obediência e hierarquia “cega”, o que se exige é uma disciplina consciente. É o equilíbrio entre limite e liberdade. Em várias oportunidades soube que discentes do CPM Professor Carlos Rosa foram às ruas para apoiar docentes em movimentos grevistas reivindicatórios de melhores salários e condições de trabalho, mesmo sabendo que estavam sujeitos a sanção disciplinar e, inclusive, exclusão disciplinar. Sofreram sanção, mas não deixaram de se posicionar. Além disso, como foi visto nas declarações dos ex-alunxs, no interior da escola havia grupos ativistas LGBT que atuavam, mesmo sob as limitações das normas militares. Então, o poder disciplinar do CPM Professor Carlos Rosa, ao que parece, não “alimenta uma ditadura”. Segundo Louro (1997, p. 33), “os grupos dominados são, muitas vezes, capazes de fazer dos espaços e das instâncias de opressão, lugares de resistência e de exercício de poder”.

É certo, como se vê, que o cotidiano escolar não tem despertado “**a vocação para a carreira militar na Corporação** através da Instrução Policial Militar e de outros componentes curriculares e atividades cívico-militares pedagógicas.”

(grifo nosso),<sup>75</sup> mas vem instrumentalizando para o exercício da cidadania. É mais uma demonstração de resistência, que já foi explicitado acima os motivos. Cabe o IEP e a rede CPM atentarem para esse fato, adotando medidas para contornar essa situação, uma vez que, ao que tudo indica, o escopo é a formação de quadros para a PMBA. O IEP já vem adotando, como se viu, na organização curricular da disciplina Instrução Militar e na formação continuada dos instrutores e monitores, mas é preciso ir além e verificar os fatores endógenos e exógenos que tem provocado essa rejeição.

Outro exemplo de consciência política vem justamente do Colégio Militar do Rio de Janeiro pertencente ao Exército, acusado de “disseminar obediência e hierarquia cega”. A própria revista Carta Capital e outros veículos de comunicação noticiaram a postura política da aluna Marina Reis, do Colégio Militar da Tijuca, Zona Norte do RJ que protestou nas redes sociais contra o atual presidente em razão dos cortes de verbas na educação quando este participou da cerimônia de comemoração dos 130 anos da instituição. Mas não só ela. Durante a cerimônia vários alunos e familiares protestaram contra o corte de verbas. A revista Carta Capital destaca que a aluna foi homenageada naquela cerimônia “pelo seu desempenho e defesa de valores éticos e morais da instituição”<sup>76</sup>. A aluna em vídeo demonstra felicidade em ter ganhado uma medalha em razão de suas notas. Portanto, é uma aluna que está perfeitamente enquadrada no “padrão comportamental” exigido pela instituição militar, no entanto, demonstrou que não obedece cegamente a “disciplina e hierarquia”. A aluna protestou após ter o vídeo com o seu depoimento postado no Twitter oficial do Planalto. Segundo a revista Carta Capital, a aluna Marina Reis, concluinte do ensino médio, “foi até seu Twitter e respondeu a postagem do Planalto pedindo para excluir o vídeo da página e dizendo que é ‘totalmente contra Bolsonaro’. ‘Ele não, ele nunca’”, disparou a estudante. Em um momento onde a principal bandeira do governo federal para a educação é a militarização das escolas de educação básica, o protesto da aluna de um Colégio Militar contra essa política pública reveste-se de um poder simbólico extremamente relevante.

---

<sup>75</sup> PMBA. DIRETRIZ EDUCACIONAL Nº 001, DE 15 DE JANEIRO DE 2016.

<sup>76</sup> PUTTI, Alexandre “**Ele não**”, protesta aluna de colégio militar homenageada pelo governo. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/ele-nao-protesta-aluna-de-colegio-militar-homenageada-pelo-governo/>> Acesso em 26 Jun 2019.

Certamente, que não é razoável acreditar que a adoção do regime militar em todas as escolas públicas vá solucionar os estruturais problemas da educação brasileira, sobretudo pelo seu “modelo dualista”, contudo, a educação com “feições” militares tem um espaço dentro da rede pública de ensino desde 1889 e um dos seus objetivos a singulariza: formar quadros para o efetivo do Exército e, analogamente, para as polícias militares. Embora, essa finalidade não esteja sendo alcançada, pelo menos no CPM Professor Carlos Rosa.

A Prof. Virginia Melo sustenta que o sucesso dos discentes da escolas administradas pelas policiais militares ocorre por serem “privilegiadas” tendo em vista que recebem recursos superiores às demais escolas públicas, e, assim tem melhores condições.

Novamente esse argumento não se aplica ao CPM Professor Carlos Rosa. Em 2017, quando ocorria o processo de integração do CEPA com o CPM Professor Carlos Rosa, este pesquisador fez um comparativo entre os recursos que recebiam ambos os colégios por alunx. Os dados foram extraídos do Portal Transparência da Secretária de Educação da Bahia, disponíveis para qualquer cidadão. De posse dos dados, verifiquei quanto cada colégio recebia de recursos por aluno. Constatei que os valores são praticamente os mesmos, como se depreende das receitas e investimentos recebidos e executados no exercício financeiro até 02 de agosto de 2017, pelos colégios em lide, constante no anexo 02.

Observando esses dados, verifica-se que o total de recursos – funcionamento do CPM e Alimentação Escolar - recebido pelo CPM Professor Carlos Rosa corresponde à fração de R\$ R\$ 168,29 (cento e sessenta e oito reais e vinte e nove centavos) por aluno. Enquanto o CEPA tem investido por aluno a quantia de R\$ 157,15 (cento e cinquenta e sete reais e quinze centavos) por aluno. Percebe-se que a diferença é mínima e não justifica afirmar que o CPM fazendo parte da mesma rede de ensino estadual que o CEPA, seja “privilegiado” por receber, àquela época, uma quantia ínfima de diferença. Salienta-se que o Polivalente sequer figurava no ranking das melhores escolas da rede estadual da Bahia. Portanto, não é razoável crer que o CPM Professor Carlos Rosa seja “privilegiado” por conta dessa diferença ínfima, posto fazerem parte do mesmo NTE-18.

Diante disso, quais são as variáveis que podem explicar o “sucesso” do rendimento dos discentes nas avaliações do IDEB? Vários são os fatores. Entretanto, alguns se destacam. Entre eles, a cultura organizacional, a formação dos

professores, a participação de pais e professores nas reuniões, a sensação de segurança e a disciplina. Embora, essas duas últimas variáveis sejam alvo dos críticos à gestão policial militar e, por outro lado, utilizadas pelo Estado para ocultar as questões estruturais que de fato prejudicam a educação básica no Brasil. E talvez, esteja aí o motivo das críticas dos pesquisadores em educação aos CPM e não o que se pratica em seu cotidiano propriamente dito. Senão vejamos o que afirma Cortella ao ser perguntado em entrevista sobre as escolas militares,

Quem, em sã consciência, não gostaria de ver a excelência das escolas militares espalhada por toda a rede de ensino do país? Que se traga a militarização dentro da rede de escolas. Isto é: **copiar a conduta, enquanto padrão científico, a capacidade de formação, a seriedade e até a disciplina**, mas não a disciplina militarizada porque ela tem outro tipo de objetividade. **Uma pessoa que sai de uma escola militar na educação básica, sai com uma formação científica sólida.** Eu quero isso para todas as escolas não é só o presidente Bolsonaro que quer. (apud FERRAZ, 2018) (grifo meu)

Mas não é só Cortella que aprova o ensino/aprendizado das escolas militares, e, no caso em lide, do CPM Professor Carlos Rosa. Diferente do que Veiga (2015) afirma em sua reportagem, quando aponta que a expansão dos CPM em Goiás em 2015 acendeu “um sinal de alerta junto à sociedade”, a comunidade alagoinhense e adjacências tem ficado satisfeita com o processo de ensino/aprendizagem adotado no CPM Alagoinhas, posto que a demanda por vagas tem aumentado significativamente, demonstrando o anseio da população por esse modelo de gestão educacional, como se vê nas tabelas abaixo.

**Tabela 02 - Demonstrativo de alunos inscritos na seleção em relação ao nº de vagas oferecidas.**

| <b>ANO</b> | <b>INSCRITOS</b> | <b>VAGAS</b> | <b>RELAÇÃO</b> |
|------------|------------------|--------------|----------------|
| 2010       | 658              | 114          | 1/5,77         |
| 2011       | 754              | 212          | 1/3,55         |
| 2012       | 811              | 223          | 1/3,63         |
| 2013       | 567              | 82           | 1/6,90         |
| 2014       | 814              | 131          | 1/6,21         |
| 2015       | 1021             | 176          | 1/5,80         |
| 2016       | 1206             | 153          | 1/7,88         |
| 2017       | 1197             | 149          | 1/8,03         |

Fonte: Adaptado de NEVES, 2015, p. 78. Fonte: CDE, 2017.

**Tabela 03 - Demonstrativo de alunos inscritos na seleção em relação ao nº de vagas oferecidas.**

| <b>NÍVEL</b>   | <b>2017</b> | <b>2018</b>  | <b>2019</b> |
|----------------|-------------|--------------|-------------|
| FUNDAMENTAL II | 395         | 839          | 608         |
| ENSINO MÉDIO   | 231         | 321          | 343         |
| <b>TOTAL</b>   | <b>626</b>  | <b>1.160</b> | <b>951</b>  |

Fonte: CPM/CDE 2019.

O rendimento dos alunxs nas avaliações do IDEB, sobretudo no ENEM, ao que tudo indica, tem contribuído para essa demanda.

**Tabela 04 - Ranking Nacional e Estadual do CPM Professor Carlos Rosa no ENEM – questões e redação.**

| <b>ANO</b>                          | <b>2010</b> | <b>2011</b> | <b>2012</b> | <b>2013</b> | <b>2014</b> | <b>2015</b> | <b>2016</b> | <b>2017</b> | <b>2018</b> |
|-------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Média                               | 581,72      | 522,34      | 525,31      | 511,46      | 521,26      | 524,85      | 531         | 567         |             |
| Ranking Rede pública estadual Bahia | 7º          | 15º         | 12º         | 17º         | 8º          | 9º          | 11º         | 3º          | 10º         |
| Ranking Bahia                       |             |             |             |             |             |             | 327         | 226         | 281         |
| Ranking Alagoinhas                  |             |             |             |             |             |             | 7º          | 5º          | 6º          |
| Ranking Brasil                      | 2.756º      | 4.381º      | 4.643º      | 6.366º      | 5.955º      | 5223º       | 6.379º      | 4.402º      | 5.413º      |

Fonte: portal.inepo.gov/enem-por-escola

Fonte: veja.abril.com.br/ranking/escolas/Brasil; stst.correioweb.com.br/euestudante/enempoescola2012

Fonte: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/das-100-escolas-com-maior-nota-media-no-enem-2015-97-sao-privadas.ghtml>

Fonte: <https://www.elitecampinas.com.br/vestibulares/enem/ranking/index.asp>

A rede CPM vem sendo a “locomotiva” da rede pública estadual da educação básica no Estado da Bahia, contudo sua visibilidade surgiu com os mecanismos de avaliação da educação básica, fato que se constata até os dias de hoje, pois dos treze CPM da rede de ensino da PMBA, doze figuram entre os quinze primeiros colégios estaduais mais bem “ranqueados” do ENEM, segundo o resultado das provas de 2015.<sup>77</sup> Contudo, conforme a tabela supramencionada quando se compara com o ranking brasileiro se percebe que o CPM Professor Carlos ocupou em 2018 uma posição demasiada baixa – 5.413 – distante do que se espera de uma boa educação. Em Alagoinhas, o CPM Professor Carlos Rosa desde 2016 fica entre

<sup>77</sup> Disponível em <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/das-100-escolas-com-maior-nota-media-no-enem-2015-97-sao-privadas.ghtml>> Acesso em: 22 jul 2017.

os sete melhores entre os colégios públicos e privados, inclusive, à frente do IFBA.<sup>78</sup> Contudo, no Ranking levando-se em conta todos os colégios públicos e privados da Bahia o CPM Professor Carlos Rosa ficou na posição 327<sup>a</sup> em 2016; na posição 226<sup>a</sup> em 2017 e na posição 281<sup>a</sup> em 2018. Portanto, quando se insere o CPM Professor Carlos Rosa na comparação com os colégios da rede privada e pública federal acaba ocupando uma posição bem aquém do esperado. Não é apenas o CPM Professor Carlos Rosa, mas também os demais CPM. Exemplo disso é o CPM Eraldo Tinoco de Vitória da Conquista, o melhor "rankeado" no ENEM entre os colégios da rede pública estadual, figura na 104<sup>a</sup> posição entre todos colégios da Bahia em 2018 e na 2.364<sup>a</sup> posição entre todos os colégios do Brasil.<sup>79</sup> Portanto, embora a rede CPM se destaque entre os colégios da rede pública estadual, segundo os dados do ENEM a educação na Bahia no nível médio está bem abaixo em relação os demais colégios, quer seja da rede pública federal, quer seja da privada. Aliás, fato que vem marcando a educação baiana até os dias atuais. Em 2017, por exemplo, o Ensino Médio da Bahia ficou em último lugar no país, no Índice do Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), conforme divulgado pelo MEC.<sup>80</sup> Portanto, claro está que não é a disciplina militar por si só que resolverá os problemas – que são estruturais – da educação na Bahia. Longe disso.

**Tabela 05 – Desempenho do CPM Prof. Carlos Rosa na Prova Brasil- 9º Ano do Ensino Fundamental.**

| ANO                         | 2011              |            | 2013              |            | 2015              |            |
|-----------------------------|-------------------|------------|-------------------|------------|-------------------|------------|
|                             | Língua portuguesa | Matemática | Língua portuguesa | Matemática | Língua portuguesa | Matemática |
| CPM Prof. Carlos Rosa       | 253.23            | 277.85     | 260.81            | 272.33     | 253.55            | 270.90     |
| Escolas Estaduais do Brasil | -                 | -          | 239.83            | 244.40     | 247.02            | 250.53     |
| Escolas Estaduais da Bahia  |                   |            | 226.67            | 229.22     | 235.80            | 239.97     |

Fonte: <http://portal.inep.gov.br>

O número de discentes que são aprovados também pode ser um atrativo para os pais e responsáveis a inscreverem seus filhos e filhas no CPM.

<sup>78</sup> Disponível em <<https://www.elitecampinas.com.br/vestibulares/enem/ranking/index.asp>> Acesso em: <24 Ago. 2019.

<sup>79</sup> Idem.,

<sup>80</sup> Disponível em < <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2018/09/03/ensino-medio-da-bahia-fica-em-ultimo-lugar-em-avaliacao-do-mec.ghtml>> Acesso em: 23 Ago 2019.

**Tabela 06 - Demonstrativo de alunos (as) do 3º Ano do Ensino médio.**

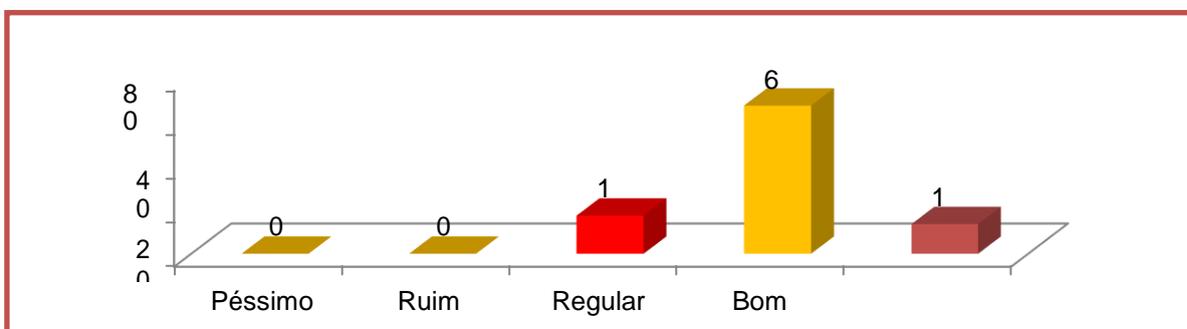
| <b>GÊNERO</b> | 2017      | 2018      | 2019      |
|---------------|-----------|-----------|-----------|
| FEMININO      | 32        | 22        | 30        |
| MASCULINO     | 35        | 28        | 25        |
| <b>TOTAL</b>  | <b>67</b> | <b>50</b> | <b>55</b> |

Fonte: CPM/CDE 2019.

Segundo a Direção do CPM Alagoinhas, em 2017 não houve alunos conservados e em 2018 foram conservados dois do sexo masculino e cinco do sexo feminino. Em termos percentuais para 2017 tem-se uma taxa de aprovação de 97% (noventa e sete por cento) e em 2018 de 86% (oitenta e seis por cento). Portanto, taxas de aprovação significativas.

Ademais, em 2017, segundo a Direção, quinze ex-alunos ingressaram em Universidades usando a nota obtida no ENEM, sendo que três foram em Universidades públicas. Em 2018, foram dezesseis concluintes do ensino médio que ingressaram em Universidades com nota do ENEM, sendo que nove em Universidades públicas.<sup>81</sup>

Esse rendimento no ENEM e a consequente aprovação nas Universidades têm a contribuição direta do nível de formação do corpo docente do CPM Professor Carlos Rosa, que é composta por professores e professoras civis da rede estadual, e o compromisso com o processo ensino/aprendizado, rotineiramente estimulado pela Direção PM e SEC. Dos docentes do Colégio 43 (quarenta e três) são especialistas, 03 são mestre (um acadêmico e dois profissional), sendo que dos especialistas 37 (trinta e sete) são docentes no Ensino Médio. Os discentes têm atribuído boas referências ao ensino desses professores e professoras.

**Gráfico 25 – Avaliação do ensino no CPM %**

Fonte: Produção própria.

<sup>81</sup> Memorando nº 032/06/CDE.

Como se vê no gráfico acima 67% dos discentes avalia como bom o ensino dos professores e professoras e 13% considera excelente. Apenas 17% acha que é regular. Outro ponto observado por este pesquisador é que no CPM praticamente não existe evasão escolar.

Vale salientar ainda que com as mudanças do Ensino Médio determinadas pela lei federal nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, a rede CPM estruturou sua grade curricular, após intensos debates com a comunidade escolar, para adaptá-la à nova realidade, sobretudo, no tocante aos eixos formativos. A rede CPM, inicialmente, adotou quatro dos cinco eixos formativo. Assim, o CPM Professor Carlos Rosa passou com as mudanças exigidas pela lei a oferecer os seguintes itinerário formativos: I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; e IV - ciências humanas e sociais aplicadas, conforme a lei supracitada.<sup>82</sup>

Nessa nova matriz (ver Anexo 03), a partir de 2018 a disciplina Instrução Militar deixou de fazer parte do currículo do 3º Ano do Ensino Médio. A carga horária foi distribuída para outras disciplinas, conforme o itinerário formativo. Com essas alterações vários problemas surgiram. Um deles foi a distribuição dos discentes do 9º Ano do ensino fundamental II aprovados em 2017 e habilitados a ingressarem no 1º Ano do Ensino Médio nos itinerários. Assim, a Direção fez reuniões com pais e responsáveis dos discentes para cientificá-los das determinações da lei 13.415 e esclarecer as dúvidas. Ademais, outra iniciativa para lidar com esse problema e com o auxílio na opção vocacional<sup>83</sup> foi à criação do Departamento Psicopedagógico com a colaboração de uma psicóloga policial militar, que vem atuando no acompanhamento educacional. Pais e alunos receberam as devidas orientações com exercícios vocacionais para auxiliá-los na escolha dos itinerários, sendo que a administração em nenhum momento interferiu na definição do itinerário. Essa decisão coube aos discentes juntamente com os seus responsáveis.

---

<sup>82</sup> BRASIL. **LEI Nº 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017**. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: < <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/Lei-13415-2017.htm>> Acesso em: 26 Jul 2017.

<sup>83</sup> Atendendo o disposto no § 12º, do artigo 4º, da lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.

De outro lado, durante as entrevistas com os ex-discentes do CPM Alagoinhas outro motivo que sobressaiu para escolha desse colégio foi o regime disciplinar. Hercules, por exemplo, ao ser questionado durante a entrevista sobre a razão dos pais o inscreverem no processo seletivo do CPM, respondeu que:

*Acho porque na época estava muito indisciplinado, porque antigamente nos outros colégios eu brincava de mais. Aqui eu também no início brinquei muito, né, mas depois eu melhorei bastante. Acho que a visão deles era essa. Ter disciplina, responsabilidade com horário. Achei importante essa passagem no CPM.*

O motivo dos pais de Hercules coaduna com a de outros pais, como esse pós-graduando pôde observar durante toda a trajetória no CPM, sobretudo, nas reuniões de pais e em conversas informais com candidatos a uma vaga no Colégio. O que ficou nítido, é que encaram o CPM como uma espécie de “reformatório”. Isto é, que o regime disciplinar do Colégio vai preencher uma lacuna que é de responsabilidade da família. O CPM não é reformatório e nem tem essa pretensão. Certamente, que o regime disciplinar contribui para a construção de uma ética de respeito ao outro, mas sem a participação da família e demais membros da comunidade escolar e de outras instituições não se alcança o ideal da “convivência harmoniosa”, se é que isso é possível em uma sociedade marcada por desigualdades e hierarquias sociais.

Enfim, tem algo aproveitável na rede CPM. O Colégio da Polícia Militar Professor Carlos Rosa, ao que parece, não é somente um espaço de construção de “obediência e hierarquia cega” onde se “fabrica ditaduras”.

#### **4. 1 – CPM Alagoinhas rompendo a cultura do medo e instalando a cultura da paz.**

Vivemos em um momento, como diz István Meszaros, de “crise estrutural do capital”<sup>84</sup> cujos efeitos atingem todas as estruturas sociais, políticas, culturais etc., inclusive, a educação. Assim, assistimos ao desemprego crônico, o aceleração da degradação ambiental em nome do lucro através do consumo desenfreado e irracional; a concentração de renda e, por conseguinte, a desigualdade social. Como afirma Meszaros (2007, p 15-6), a população mundial vive em uma situação de extrema penúria, representada pelo,

---

<sup>84</sup> Para saber mais sobre a crise estrutural do capital ver Meszaros (2011).

o desemprego estrutural reinante, o subemprego, o precário sistema de transporte público e de saúde, a fome, o baixo nível das condições de ensino e a deficitária situação de moradia daqueles que vivem em favelas, as quais têm se proliferado, apesar das promessas liberais de pleno emprego, progresso para todos e fim da pobreza, segundo postularam Walt Rostow e John Kenneth Galbraith.

Portanto, contrariando as promessas do neoliberalismo, na verdade, enfrentamos hoje todas as perversidades das iniciativas neoliberais à força de trabalho, com sua avidez ao lucro, gerando assim, toda sorte de violência. A educação não está isenta desse processo. Tanto como objeto de “mercantilização”, como vítima da violência inerente aos efeitos do neoliberalismo.

É fato que nos últimos anos a violência urbana tem alcançado níveis alarmantes, notadamente, em razão da proliferação das drogas entre os jovens deixando um rastro de mortes, cujo saldo é comparável às guerras que ocorrem em todo planeta. Na região Norte e Nordeste o aumento da letalidade entre os jovens se explica, por exemplo, “pela guerra de facções criminosas deflagrada entre junho e julho de 2016”, sobretudo, “entre os dois maiores grupos de narcotraficantes do país, o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV); e seus aliados regionais”, como Família do Norte, Guardiões do Estado, Okaida, Estados Unidos e Sindicato do Crime.<sup>85</sup>

Não obstante a condição econômica não seja determinante para configurar o crime do indivíduo, a desigualdade socioeconômica, política, cultural, de gênero etc. são fatores inegáveis que favorecem a criminalidade. Este processo ocorre sobremaneira por uma das maneiras inerente ao capitalismo de apropriação privada da riqueza comum criada pelo trabalho social.<sup>86</sup>

Segundo Atila Roque, da Anistia Internacional, só em 2012, os jovens foram vítimas de 30 mil assassinatos, sendo que desse total 77% eram negros, “o que denuncia um genocídio silenciado de jovens negros”<sup>87</sup>. A população da Bahia é a maior do nordeste e a quarta do Brasil. Segundo dados do IBGE de 2015, a maior

---

<sup>85</sup> CERQUEIRA, Daniel. [et al.] **Atlas da violência 2019**. São Paulo: IPEA/Fórum brasileiro de Segurança Pública, 2019, p. 5.

<sup>86</sup> Para entender mais sobre a apropriação privada da riqueza comum produzida pelo trabalho social, ver Harvey (2016). Aliás, o autor considera o tráfico de drogas como uma expropriação ilegal de capital. Portanto, o tráfico está inserido na lógica do capital em sua forma mais perversa. Sendo alimentado por muitos.

<sup>87</sup> PELLEGRINI, Marcelo. Violência: Brasil mata 82 jovens por dia. Carta Capital, 04/12/2014,. Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/violencia-brasil-mata-82-jovens-por-dia-5716.html>>. Acesso em: 03 abr. 2016.

parte desta população é formada por negros<sup>88</sup>, perfazendo um total de 79,3%.<sup>89</sup> Desse contingente, apenas 39,8% estavam ocupadas em empregos formais em 2015.<sup>90</sup> Isto parece refletir, notadamente, na vulnerabilidade social que esta camada social está submetida historicamente. Dados do Atlas da Violência de 2019, publicado recentemente, confirmam essa cruel estatística, destacando, que são os jovens negros, principalmente, pobres da periferia dos grandes centros, as maiores vítimas de homicídios, secundados por mulheres negras, LGBTQ+.<sup>91</sup>

Infelizmente a criminalidade tem atingido o intramuros das escolas públicas, alcançando, por conseguinte a população em condições de vulnerabilidade: negros e pobres residentes em comunidades carentes. Práticas como o fechamento de instituições devido a toques de recolher, agressões e assassinatos envolvendo alunos e professores, *bullying*<sup>92</sup>, tráfico de drogas no interior e no entorno das escolas, com traficantes ameaçando diretores e professores têm sido uma rotina de relatos dessas vítimas em boa parte das escolas. Sem contar outros tipos de violências menos visíveis como: violência verbal e simbólica.

É público e notório “que por trás das violências nas escolas existe todo um contexto sociológico como: as drogas, problemas familiares e financeiros, além da alimentação não adequada.”<sup>93</sup> Professores, alunos e funcionários são as vítimas preferenciais.

Conforme os dados do Mapa da Violência realizado em 2013, 39,3% dos homicídios em geral tem como responsáveis jovens que estão na faixa etária escolar, de 15 a 24 anos, sendo que naquele ano, de acordo com o estudo, “Simões Filho liderava os índices de violência no Brasil entre os 100 municípios da

---

<sup>88</sup> Engloba-se neste conceito a soma de pretos e pardos, conforme designativos propostos pelo Movimento Negro.

<sup>89</sup> IBGE. **Série Estudos e Pesquisas: Síntese de Indicadores Sociais 2015** - Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira (indicadores selecionados) Disponível em <[http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=ba&tema=sis\\_2015](http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=ba&tema=sis_2015)> . Acesso em: 03 abr. 2016.

<sup>90</sup> IBGE. **Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais e informais, por cor ou raça - trabalhos formais (7) - preta ou parda**. In: Série Estudos e Pesquisas: Síntese de Indicadores Sociais 2015 - Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira(indicadores selecionados). Disponível em <[http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=ba&tema=sis\\_2015](http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=ba&tema=sis_2015)> . Acesso em: 03 abr. 2016.

<sup>91</sup> CERQUEIRA, Daniel. [et al.] **Atlas da violência 2019**. São Paulo: IPEA/Fórum brasileiro de Segurança Pública, 2019.

<sup>92</sup> LAVELBERG, Catarina. **Violência na escola**: O currículo pode ser um recurso potente para encarar esse tema difícil e promover ações concretas com os alunos. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/317/violencia-na-escola>. Acesso em 29 jul 2017.

<sup>93</sup> Tribuna da Bahia. **Preocupado com a violência nas escolas baianas Ministério Público lança campanha**. 10/04/2014. Disponível em: <<https://www.portaldenoticias.net/preocupado-com-violencia-nas-escolas-baianas-ministerio-publico-lanca-campanha/>>. Acesso em: 26 jul 2017.

pesquisa.”<sup>94</sup> No mapa da violência de 2016, produzido por Julio Jacobo Waiselfisz, que pesquisa o número de homicídios por arma de fogo em cidades com mais de 10.000 habitantes, Alagoinhas ficou na 53<sup>o</sup> posição entre os 150 municípios considerados mais violentos do Brasil.<sup>95</sup>

Desde aquela época medidas têm sido tomadas para assegurar a minimização dos efeitos desse problema complexo que é a violência. Contudo, ao que tudo indica, a sensação de terror provocada pela violência ainda impera nas escolas públicas brasileiras atingindo docentes e discentes, inclusive, com agressões físicas e até homicídios<sup>96</sup>. Só em Salvador, segundo reportagem do jornal Folha de São Paulo, 40% dos alunos entrevistados afirmaram ter sofrido violência<sup>97</sup>. Facas, estiletes e até armas de fogo, como pistolas semiautomáticas têm sido encontradas no interior das escolas na posse de alunos<sup>98</sup>.

Segundo a pesquisadora Rosemeyre de Oliveira, da PUC-SP, a violência nas escolas está diretamente ligada a “impunidade dos estudantes”<sup>99</sup>. Para a pesquisadora, “o aluno que agride o professor sabe que vai ser aprovado. Pode ser transferido de colégio – às vezes é apenas suspenso por oito dias” e “os regimentos escolares não costumam sequer prever esse tipo de crime. Aí, quando ocorre, nada acontece”<sup>100</sup>. O trauma fica para as vítimas. Ficam com sequelas físicas e psicológicas que pode perdurar para sempre. A maior parte tem que ser adaptada para funções administrativas, na secretaria ou biblioteca, em virtude do estresse

<sup>94</sup> Idem.

<sup>95</sup> WAISELFSZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2016: Homicídios por arma de fogo no Brasil.** Disponível em: < [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016\\_armas\\_web.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf)> Acesso em: 02 ago 2017. p. 40.

<sup>96</sup> SALDAÑA, Paulo. **Nas capitais mais violentas, 42% dos alunos já foram agredidos na escola.** 21/03/2016 Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/03/1752178-nas-capitais-mais-violentas-42-dos-alunos-ja-foram-agredidos-na-escola.shtml>>. Acesso em 26 jul 2017.

**D'AGOSTINI, Ana Carolina C. Brasil lidera índice de violência contra professores. O que podemos fazer? Disponível em:** [https://novaescola.org.br/conteudo/17609/brasil-lidera-indice-de-violencia-contra-professores-o-que-podemos-fazer?fbclid=IwAR0QpE6pd74qD4enTQ0f7Wtlqfi0juebVMdFgo\\_baGKL5118CoHWO\\_SyD\\_s](https://novaescola.org.br/conteudo/17609/brasil-lidera-indice-de-violencia-contra-professores-o-que-podemos-fazer?fbclid=IwAR0QpE6pd74qD4enTQ0f7Wtlqfi0juebVMdFgo_baGKL5118CoHWO_SyD_s) **Acesso em: 10 Jun 2019.** RIBEIRO, Luiz. **Menina é espancada até a morte durante o recreio em MG.** Disponível em: < <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2019/04/menina-morta-recreio-escola-de-mg.html>> Acesso em: 15 Mai 2019. TENENTE, Luiza & FAJARDO, Vanessa. **Brasil é o nº 1 no ranking da violência contra professores: entenda os dados e o que se sabe sobre o tema.** Disponível em: [https://g1.globo.com/educacao/noticia/brasil-e-1-no-ranking-da-violencia-contra-professores-entenda-os-dados-e-o-que-se-sabe-sobre-o-tema.ghtml?fbclid=IwAR1u2OIMRoPXJpJ414Uv0fRF9y0x3YTKSEoVuVdfm2fLSM91\\_xra-2Ha\\_4](https://g1.globo.com/educacao/noticia/brasil-e-1-no-ranking-da-violencia-contra-professores-entenda-os-dados-e-o-que-se-sabe-sobre-o-tema.ghtml?fbclid=IwAR1u2OIMRoPXJpJ414Uv0fRF9y0x3YTKSEoVuVdfm2fLSM91_xra-2Ha_4) 4. Acesso em: 10 Jun 2019.

<sup>97</sup> Idem.

<sup>98</sup> Idem.

<sup>99</sup> TENENTE, 2017.

<sup>100</sup> Idem.

pós-traumáticos. Segundo Rosemeyre - que também é uma professora readaptada em um colégio estadual da periferia – durante suas pesquisas encontrou “docentes que foram baleados por alunos, agredidos ou ameaçados” e quando assume outras funções, as vítimas ainda sofrem “preconceito dos próprios colegas”.<sup>101</sup> Além disso, muitos pais incentivam esse tipo de violência motivado pelo “insucesso escolar” de seus filhos e filhas, atribuindo ao professor (a) uma suposta culpa ou responsabilidade que caberia à família.

Arancibia (2014, p. 161) traz a baila em suas pesquisas um relato de um professor deveras esclarecedor sobre essa questão.

Tem um caso de um pai que foi brigar com um professor de biologia por causa de uma nota baixa que tinha dado a sua filha, o pai peitou o professor, por pouco não chegou as vias de fato. O professor acabou que aprovou a aluna, e fez questão de mostrar a prova e de que só aprova por causa disso (Professor Thor).

**Figura 5 – Fotografia da professora que foi agredida por discente durante aula.**



Professora Marcia Friggi — Foto: Reprodução/Facebook

O ambiente escolar cada vez mais tem se tornado um local inseguro para os profissionais da educação, como deixa claro a imagem acima postada pela professora nas redes sociais, resultado da agressão que sofreu na sala de aula.<sup>102</sup>

<sup>101</sup> Idem.

<sup>102</sup> Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/5371/a-professora-marcia-friggi-tomou-um-soco-e-nos-o-que-aprendemos>> Acesso em: 01 Out 2019.

Os(as) professores(as) se sentem inseguros na sala de aula, senão vejamos o relato abaixo;

A cada dia que passa a educação vem tomando um caminho muito inseguro, o professor está inseguro, ele está indo para a sala de aula sem saber com quem vai conviver, o aumento das drogas, você vai trabalhar com alunos que estão envolvidos com drogas... Você tem que estar preparado para tudo isso... (Professora Brigantina). (ARANCIBIA, 2014, p. 161).

Em carta aberta divulgada nas mídias sociais, a direção do Colégio Estadual Edvaldo Brandão Correia, situado em Cajazeiras, bairro da periferia de Salvador no dia 28 de março do corrente, por volta das 10h50min, noticiou a ocorrência de uma invasão de três assaltantes armados no colégio. Segundo a carta, a ação dos assaltantes causou “grande desespero, pânico e terror entre os estudantes, adolescentes, professores e funcionários que estavam presentes no momento deste fato.” Sendo que

vários/as estudantes desmaiaram, caíram durante a correria, foram agredidos pelos assaltantes e precisaram ser socorridos/as pela SAMU. Foram momentos de grande tensão. No entanto, este evento não é um caso isolado, pois já tivemos outras ocorrências desta natureza.<sup>103</sup>

Como se vê nos depoimentos, o tráfico de drogas e, conseqüentemente, o consumo de drogas por jovens tem sido a causa principal da violência, fato confirmado pelo Atlas da Violência de 2019 supramencionado, sobretudo no tocante ao Norte e Nordeste, por conseguinte, é fonte de medo de professores(as) da capital e região metropolitana de Salvador, conforme se vê nas pesquisas de Arancibia.

Paulo Freire arrazoando sobre as dificuldades na leitura de um texto nos chama a atenção para a questão do medo e a insegurança. Contudo, essa reflexão coaduna, exatamente com o problema da violência nas escolas, senão vejamos;

Há sempre uma relação entre medo e dificuldade, medo e *difícil*. Mas, nesta relação, obviamente, se acha também a figura do sujeito que tem *medo do difícil* ou da *dificuldade*. Sujeito que *teme* a tempestade, que *teme* a solidão ou que teme não poder contornar as dificuldades para finalmente entender o texto, ou produzir a inteligência do texto.

Nesta relação entre o sujeito que *teme* a situação ou o objeto do *medo* há ainda outro elemento componente que é o sentimento de *insegurança* do sujeito temeroso. Insegurança para enfrentar o obstáculo. Falta de força física, falta de equilíbrio emocional, falta de

<sup>103</sup> SEC/NTE-26/ Colégio Estadual Edvaldo Brandão Correia. **Carta Aberta**. Disponível em: <https://www.aplbsindicato.org.br/wp-content/uploads/2019/04/Carta-Aberta.29.03.pdf> Acesso em 05 Jun 2019.

competência científica, real ou imaginária, do sujeito. (FREIRE, 1997, p. 27)

Ora, convenhamos, não precisa de muita reflexão para entender que o medo da violência, por conseguinte, a insegurança daí decorrente afeta sobremaneira o ofício docente.

Fato esse que não ocorre com a rede CPM do Estado da Bahia. Ao contrário, não se ouve notícias significativas de violência dentro dos Colégios da Polícia Militar, embora possam ocorrer, pois a violência é um fenômeno complexo – possui várias causas e características - e esses Colégios não estão imunes. A Direção do CPM Professor Carlos Rosa, por exemplo, informou através do Memorando nº 032/06/CDE, que, no período de 2017 até 10 de junho do corrente ano - data do memorando – nenhum professor ou funcionário sofreu algum tipo de violência física ou simbólica.

O CPM, portanto, oferta ao corpo docente e discente tranquilidade para o exercício do processo de ensino/aprendizagem, o que possivelmente influencia no sucesso dos alunos do CPM. Fato que não ocorre, por exemplo, em outras escolas estaduais do interior e principalmente da capital, como já foi salientado acima, senão vejamos,

As escolas públicas soteropolitanas são palcos de inúmeras violências. Infelizmente essa é uma constatação que os meios de comunicação, sobretudo os sensacionalistas, fazem questão de ressaltar com uma frequência quase frenética, através de notícias que valoram a crueldade e a banalidade em que esses eventos se desenvolvem. Um dos grandes problemas das violências nas escolas se deve ao fato de que suas consequências não se limitam aos atores escolares diretamente envolvidos no evento, mas a todos os membros da comunidade escolar, que passam a conviver com seus efeitos deletérios.

{..}Dentre os frutos das violências nas escolas é possível mencionar o receio que muitos alunos, professores e funcionários têm de serem vítimas, como também a sensação de insegurança que a impunidade desses eventos podem gerar. Em um panorama de intensos conflitos, em que a violência se enraíza e passa a fazer parte do cenário escolar, é possível se questionar como garantir e promover uma educação de qualidade sem que a violência interfira nesse processo. (ARANCIBIA, 2014, p. 154)

A segurança é um direito humano fundamental, sem ele os demais são afetados. Deste modo, esse aspecto tem que ser compartilhado com outros colégios. Na verdade, este é o anseio. O CPM Alagoinhas desenvolveu no período de 2017 a 2018 parceria com colégios adjacentes, com vistas em ações preventivas como o

PROERD que é alvo de elogio e constante reivindicação de implantação nessas escolas como o foram na Escola Estadual Maria José Bastos. Mas não apenas nessas, em Alagoinhas o PROERD tem formado vários alunos em colégios de médio e grande porte demonstrando seu sucesso.<sup>104</sup>

Como nos ensina o Freire (1997, p. 39-40), não existe liberdade sem disciplina.

Ninguém aprende tolerância num clima de irresponsabilidade, no qual não se faz democracia. O ato de tolerar implica o clima de estabelecimento de limites, de princípios a serem respeitados. Por isso a tolerância não é *convivência* com o intolerável. Sob regime autoritário, em que a autoridade se exacerba ou sob regime licencioso, em que a liberdade não se limita, dificilmente aprendemos a tolerância. A tolerância requer respeito, disciplina, ética. O autoritário, empapado de preconceitos de sexo, de classe, de raça, jamais pode ser tolerante se não vencer antes seus preconceitos. É por isso que o discurso *progressista* do preconceituoso, em contraste com sua prática, é um discurso falso.

E mais, para ele,

A[o] educadora[or] democrática[o], só por ser democrática, não pode anular-se; pelo contrário, se não pode assumir sozinha a vida de sua classe não pode, em nome da democracia, fugir à sua responsabilidade ele tomar decisões. O que não pode é ser arbitrária nas decisões que toma. O testemunho, enquanto autoridade de não assumir o seu dever, deixando-se tombar na licenciosidade é certamente mais funesto do que o de extrapolar os limites de sua autoridade. (FREIRE, 1997, p. 40) (Inclusão minha)

Assim, para uma boa educação é necessário uma “*disciplina* no ato de ler, de escrever, de escrever e de ler, no de ensinar e aprender, no processo prazeroso, mas difícil de conhecer; a disciplina no respeito e no trato da coisa pública; no respeito mútuo.” (FREIRE, 1997, p. 78).

Segurança e disciplina, dois eixos indissolúveis que contribuem para a boa educação nos dias de hoje nas escolas públicas, pois combatem as várias formas de violência dentro da escola. Ademais, segundo Catarina Lavelberg, outros dois aspectos são de fundamental importância para lidar com a violência na escola: currículo e mecanismo democrático de participação da comunidade escolar, principalmente, em instâncias que enfatizem o protagonismo discente. Para essa autora,

---

<sup>104</sup> Disponível em: <https://gazetadosmunicipios.com.br/2018/11/24/proerd-do-4-bpm-realiza-caminhada-com-estudantes-em-alagoinhas/> > Acesso em: 24 Ago. 2019.

Além de pensar criticamente, o jovem deve ter a oportunidade de intervir sobre as manifestações que o afetam. Nesse sentido, entra o segundo aspecto curricular, em todas as etapas da escolaridade, que é o desenvolvimento de dispositivos de mediação de conflitos ou de ações que estimulem o protagonismo estudantil, a fim de ensinar como gerenciar as diversas situações de forma democrática. A prática de assembleias envolvendo pais, alunos e docentes, a criação de um grêmio estudantil, o desenvolvimento de campanhas de conscientização ou mesmo a manifestação pública em redes sociais são algumas possibilidades que permitem ao aluno participar ativamente de ações de combate à violência.<sup>105</sup>

Ora, o CPM vem incentivando tais problemáticas na construção de seus currículos, notadamente, na disciplina de Instrução militar, onde inspirado na formação “pré-policial militar” temas como: direito constitucional, direito administrativo, direito penal e, principalmente, direitos humanos fazem parte da ementa da disciplina e são discutidos com os alunos em uma perspectiva dialógica, contribuindo, portanto, para o debate dessa problemática da violência no âmbito do direito e da questão social.

O CPM Prof. Carlos Rosa está situado no bairro Thompson Flores, cuja comunidade pertence “às camadas média e baixa – característica inerente à sua localização”<sup>106</sup>. É um bairro residencial, com poucas casas comerciais, a exceção de bares, e problemas nas condições de iluminação pública. Tem um bom serviço de transporte e recentemente passou por melhoramentos no saneamento básico, “com ruas calçadas e/ou asfaltadas, num local de fácil e rápido acesso ao centro da cidade.”<sup>107</sup> A comunidade não tem opções de espaço para a prática de lazer, como praças e parques, por isso “as associações de bairro existentes no entorno utilizam a quadra poliesportiva da escola para treinos diários e torneios de futebol.”<sup>108</sup>

Falando sobre segurança pública, ainda quando Colégio Estadual Polivalente de Alagoinhas ainda não estava integrado ao CPM Alagoinhas, Glória da Mata, diz que,

As condições de segurança da circunvizinhança, bem como da própria escola, é praticamente inexistente, dependente dos

<sup>105</sup>LAVELBERG, Catarina. **Violência na escola**: O currículo pode ser um recurso potente para encarar esse tema difícil e promover ações concretas com os alunos. Disponível em <<https://gestaoescolar.org.br/conteudo/317/violencia-na-escola>> Acesso em 21 Jun 2019.

<sup>106</sup>MATA, Glória da. **Perfil da comunidade de entorno**. Disponível em <<http://polivalentealshow.blogspot.com.br/2010/09/perfil-da-comunidade-de-entorno.html>> Acesso em 01 ago 2017.

<sup>107</sup> Idem.

<sup>108</sup> Idem.

órgãos governamentais competentes para tomada de medidas e ajustes emergentes de ordem local e nacional. A ronda de policiais é esporádica, apesar das condições de periculosidade da localidade. Apesar da solidariedade que lhe é característica pela atenção aos estudantes e alerta a situações adversas, a comunidade ainda deixa a desejar no que diz respeito à participação ativa e dialética com o trabalho pedagógico desenvolvido pela escola.<sup>109</sup>

Portanto, o CPM Professor Carlos Rosa está situado em uma comunidade que tem problemas similares com segurança pública, contudo, a sensação de segurança intramuros do colégio é patente, como atestou os depoimentos dos professores e professoras pesquisados(as) supramencionados. Inclusive, professores(as) oriundos(as) do Polivalente. Deste modo, o CPM mudou as feições da insegurança sentida por estes quando estavam no CEPA, como alude Mata. Inclusive, vale ressaltar, que a preocupação com a insegurança é um dos motivos que levam os pais a matriculem seus filhos no Colégio da Polícia Militar de Alagoinhas. Esse interesse se revela não apenas nas estatísticas supra ditas, mas nas reuniões de pais que são realizadas a cada final de unidade ou quando há fatos que assim o exigiam e os pais são convocados para o debate, nas oficinas de esclarecimentos de temas pertinentes a violência e no apoio, senão vejamos alguns exemplos.

**Figura 6 – Nota de esclarecimento sobre acidente automobilístico envolvendo aluno CPM.**

**NOTA DE ESCLARECIMENTO**

O Diretor Geral do CPM Alagoinhas vem a público esclarecer que na manhã deste sábado, por volta das 06h20, no distrito de Gravito, município de Catu, ocorreu um acidente de trânsito, envolvendo dois veículos, sendo um deles o transporte escolar que conduzia 08 alunos deste colégio para mais um dia de atividade pedagógica. O atendimento às vítimas foi prestado imediatamente no local, sendo conduzidas aos hospitais mais próximos e não havendo vítimas fatais. Na ocasião, policiais militares desta Unidade de Ensino foram acionados para acompanhar junto aos familiares o estado de saúde de nossos alunos e oferecer o apoio necessário. Assim, o CPM Alagoinhas reafirma seu compromisso institucional, de não somente cumprir seu papel na formação intelectual e cidadã de seus alunos, mas sobretudo de assisti-los como uma extensão de suas famílias.

Alagoinhas, 11 de maio de 2019.

RONALDO MENEZES DA SILVA – TEN CEL PM  
DIRETOR GERAL

Fonte: Direção PM (2019)

<sup>109</sup> Idem.

Figura 7 – CPM Alagoins has realiza palestras sobre combate ao abuso e exploração sexual.



**POLÍCIA MILITAR DA BAHIA**  
**INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA**  
**COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR**



**CPM ALAGOINHAS REALIZA PALESTRAS SOBRE COMBATE AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL**

Um ciclo de palestras realizado pelo Núcleo de Orientação e Desenvolvimento Psicossocial do CPM Alagoins has para alunos do ensino médio trouxe para sala de aula o tema sobre o combate ao abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes. O trabalho educativo e de conscientização, desempenhado pela Sub Ten Livia (assistente social) e pela CB Edna (psicóloga) teve como principal objetivo de instruir aos adolescentes, bem como prevenir os mesmos de eventuais situações que ocorram em seu ambiente familiar, escolar e social. O enfoque também foi de encorajar a denúncia pelo Disk 100, seja por parte da vítima de abuso e exploração sexual, ou de algum caso o qual o aluno tenha conhecimento.



Alagoins has, 31 de maio de 2019.

RONALDO MENEZES DA SILVA – TC PM  
DIRETOR GERAL

ASCOM CPM Alagoins has

Fonte: Direção PM (2019)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, conclui-se que as hierarquias sociais baseadas nas diferenças – gênero, raça, sexualidade etc. – se apresentam numa relação ambígua no cotidiano escolar do Colégio da Polícia Militar Professor Carlos Rosa. Ao tempo que a própria escola “reflete” as construções das desigualdades mediante esses marcadores sociais, reforçando ou silenciando-os no cotidiano, no currículo oculto, no espaço, no cotidiano, também busca combatê-los através das normas disciplinares. Portanto, o ambiente escolar é um palco de lutas, no qual os lugares sociais estão sempre em construção e a reafirmação das identidades em disputas. Como diz Foucault, onde há poder, há resistência. Assim, o CPM não está isento. A percepção das relações étnico-raciais e de gênero e suas respectivas opressões são sentidas de forma similares, tanto em colégio com “ensino militar”, quanto em colégio civil. Embora, o CPM adote a punição – de forma mais efetiva e eficaz em relação ao colégio civil observado - como “regra” para o combate ao preconceito e a discriminação, não olvida dos esforços e meios necessários para conscientização da superação desses e outros tipos de preconceitos.

Do apurado constata-se que a disciplina militar não reforça as desigualdades com base na cor/raça e gênero, nem tampouco mitiga o senso crítico dos seus (suas) estudantes, segundo a percepção dos pesquisados. O regimento do CPM demarca é verdade através do vestuário, das indumentárias o que se espera da vestimenta do sexo masculino e feminino normatizada pela sociedade. Isto, de fato, dificulta a explicitação das diversidades identidades de gêneros e orientação sexual através de sinais diacríticos. Contudo, como foi visto, as meninas ocupam dentro da hierarquia escolar, simbolizada pelos postos e graduações, os mesmos espaços que os meninos, inclusive, ocupando lugar de comando.

Com efeito, a disciplina e a sensação de segurança têm contribuído para o rendimento dos discentes do CPM Professor Carlos Rosa no ENEM, embora, seja necessário um estudo mais aprofundado para se perceber outras variáveis que contribuem para esses resultados. Entendemos que o ENEM por si só não é a pedra angular para basilar uma boa educação escolar, sobretudo, quando se mira um ensino emancipador que “prepare os (as) estudantes para a vida”. Por outro lado, o ENEM hodiernamente é a principal porta de entrada para o nível superior de ensino, tanto para as Faculdades e Universidades particulares, quanto para públicas.

Portanto, para o mercado de trabalho qualificado. Ademais, as provas do ENEM até o ano passado traziam questões ligadas às relações raciais e de gênero, por exemplo. Inclusive, como é sabido, causando polêmica no seio dos segmentos mais conservadores da sociedade brasileira. Deste modo, o ENEM força, ao que parece, os colégios dotarem seus estudantes dos conhecimentos necessários sobre as relações inerentes as estruturas sociais, raciais, políticas, culturais etc. que marcam a sociedade brasileira e, por conseguinte, o lugar social do próprio discente. Logo, preparar os (as) estudantes para o ENEM atende a três objetivos: o desenvolvimento da pessoa, a inserção no mercado de trabalho e o exercício da cidadania, como previsto no artigo 205 da Constituição Federal. Destarte, no âmbito de uma sociedade capitalista, racista e sexista o alcance desses dois objetivos é de certa forma “educar para vida” e não deveriam caminhar separados i., e., não se deveria enfatizar um em detrimento do outro, pois um não exclui o outro. Do que adiantaria o (a) estudante entrar no mercado de trabalho e não compreender as relações de poder e de exploração a que está submetido? E mais, de que adiantaria saber sobre esses mecanismos de opressão e exploração e não ter como se sustentar e a própria família dignamente? Não estaria sempre numa posição subalternizada?

Verificou-se que há uma carência por parte do corpo docente de curso de aperfeiçoamento que lide com a temática, pois dos professores submetidos ao questionário poucos sabiam ou dominavam os conceitos de raça/etnia, gênero e suas relações. Certamente essa lacuna dificulta, ao que parece, a consciência para a necessidade de resistência e superação dos preconceitos que os docentes podem sofrer e refletir em sua prática pedagógica interferindo assim tanto na percepção dos discentes das causas e efeitos das opressões com base no gênero, classe, raça etc. Embora tenham sido unânimes em responder que no CPM Professor Carlos Rosa não tenha sofrido qualquer tipo de preconceito ou discriminação baseado nos marcadores sociais aqui analisados.

Salientei a formação dos professores e professoras e o ambiente de relativa tranquilidade para o exercício da docência e a identificação com o ensino pré-policia militar. Esbocei a influência do currículo da própria matéria pré-policia militar componente da parte diversificada do currículo, o regimento escolar e suas diretrizes disciplinares e suas implicações no ensino-aprendizagem dos alunos, o processo de seleção de alunos; critérios de seleção etc. Contudo, apesar de ter esboçado também, aspectos dos fatores da infra-estrutura e do funcionamento, é preciso

aprofundá-los, além de analisar minuciosamente o currículo e o método de ensino como um todo.

Certamente, reafirmo, a disciplina com feições militares não é o modelo a ser adotado por todas as escolas e colégios públicos, com vistas a uma suposta excelência na educação pública – uma vez que as questões que afetam o insucesso no rendimento escolar são estruturais da nossa sociedade capitalista, sexista e racista e, por conseguinte, condicionadas a circunstâncias históricas -, mas pode ter seu espaço. Dentro da pluralidade de pensamentos educacionais, o CPM Professor Carlos Rosa é apenas mais uma opção para os que desejam que seus filhos e filhas tenham uma educação diferenciada e ingressem nas fileiras da Corporação militar, muito embora, a maioria dos discentes não tenha como perspectiva profissional atender esse objetivo do *retro* mencionado colégio.

A pesquisa revelou que para haver disciplina nos moldes militar é preciso um mínimo de efetivo policial militar. Homens e mulheres da caserna que tenha experiência no cotidiano castrense. Não é razoável que a PMBA disponha de pessoal para atender a 417 (quatrocentos e dezessete) municípios, mesmo que sejam convocados da reserva. Contudo, é preciso sim, voltarmos a atenção para sensação de segurança e da disciplina dentro das escolas. Que não seja militar, mas que se retome o equilíbrio entre liberdade e autoridade como reclama Paulo Freire.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Maria Gisele de [et al.] **Relações etnicorraciais: saberes e experiências no cotidiano escolar**. Londrina: UEL, 2010.

ALVES, Nilda **Cultura e cotidiano escolar**. Disponível em: <[www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2009-2/.../Cultura\\_e\\_Cotidiano.pdf](http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2009-2/.../Cultura_e_Cotidiano.pdf)> Acesso em: 01 dez 2017.

ANDRÉ, Marli Eliza D. A. **Etnografia da prática escolar**. São Paulo: Papyrus, 1995.

ARANCIBIA, Paulo Felipe Henriquez. O medo e o seu impacto na rotina dos professores de escolas públicas na cidade de Salvador. In: MARTINS, Hebert Toledo & LOURENÇO, Luiz Claudio. **Criminalidade, Direitos Humanos e Segurança Pública na Bahia**. Cruz das Almas: UFRB, 2014.

BAHIA, **Decreto nº 16.765, de 09 de abril de 1957**.

BRASIL. **Lei nº 9.786, de 8 de Fevereiro de 1999**. Ensino no Exército Brasileiro.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, conhecida como ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente**.

BRISTOT, Lidia Schneider. **Jovens rebeldes: gênero e juventude na ação Libertadora Nacional e no Movimento de Liberación nacional – Tupamaros. (1966 – 1973)**. In: CRESCÊNCIO, Cintia Lima, SILVA, Janine Gomes da & BRISTOT, Lidia Schneider. [org.] **Histórias de gênero**. São Paulo: Verona, 2017.

CALÇADE, Paula. **Escola militar é a saída para crianças de comunidades vulneráveis?** Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/12249/escola-militar-ea-saida-para-criancas-de-comunidades-vulneraveis>> Acesso em: 18 ago 2018.

CAMILO, Neidimar da Silva et. al. **A disciplina e sua correlação no processo ensino aprendizagem no Colégio da Polícia Militar Unidade Hugo de Carvalho Ramos**. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:n4wzQeOowdAJ:www.unicampsciencia.com.br/pdf/5848649f6a380.docx+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b>> Acesso em: 15 ago 2018.

CARDOSO, Lucileide Costa. **Nelson Werneck Sodré: Censura, Repressão e Resistência**. Anos 90, Porto Alegre, v. 20, n. 37, p. 237-267, jul. 2013.

CARTA CAPITAL. **Militarizar as escolas é a solução para a educação?** 23 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/militarizar-as-escolas-e-a-solucao-para-a-educacao-2/>> Acesso em: 24 Abr 2019.

CASTRO, Celso. **O espírito militar: um antropólogo na caserna**. 2 ed. Revista Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

CERQUEIRA, Daniel. [et al.] **Atlas da violência 2019**. São Paulo: IPEA/Fórum brasileiro de Segurança Pública, 2019.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2005.

SEC/BA. **Portaria nº 5.872, de 15 de julho de 2011**. Regimento Escolar das unidades escolares integrantes do Sistema Público Estadual de Ensino e dá outras providências. 2011.

**Colégio Militar do Rio de Janeiro**. Disponível em: < [https://pt.wikipedia.org/wiki/Col%C3%A9gio\\_Militar\\_do\\_Rio\\_de\\_Janeiro](https://pt.wikipedia.org/wiki/Col%C3%A9gio_Militar_do_Rio_de_Janeiro) > Acesso em: 18 ago 2018.

COSTA, Adelson Silva da. **Vivências e Experiências de Educação Científica: saberes em construção nos colégios da Polícia Militar em Salvador (BA)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação. Campus I. Salvador, 2017.

CRENSHAW, Kimberlé. **A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero**. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>>. Acesso em: 18 Ago. 2018.

D'AGOSTINI, Ana Carolina C. **Brasil lidera índice de violência contra professores. O que podemos fazer?** Disponível em: [https://novaescola.org.br/conteudo/17609/brasil-lidera-indice-de-violencia-contraprofessores-o-que-podemosfazer?fbclid=IwAR0QpE6pd74qD4enTQ0f7Wtlqfi0juebVMdFgo\\_baGKL51l8CoHWO\\_SyD\\_s](https://novaescola.org.br/conteudo/17609/brasil-lidera-indice-de-violencia-contraprofessores-o-que-podemosfazer?fbclid=IwAR0QpE6pd74qD4enTQ0f7Wtlqfi0juebVMdFgo_baGKL51l8CoHWO_SyD_s) Acesso em: 10 Jun 2019.

DIÁRIO OFICIAL nº 7148 e 7149, de 17/18 /07/1965.

DIÁRIO OFICIAL do Estado de Tocantins nº 4730, em 25 de outubro de 2016.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Portaria nº 079-EME, de 13 de julho de 2000. Manual de Campanha C 22-5 – Ordem Unida**, 3ª Edição, 2000.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Regulamento dos Colégios Militares (R-69)**. Portaria nº 042, de 6 de fevereiro de 2008.

EXÉRCITO BRASILEIRO /CSM. **Manual do candidato**. Disponível em: <<https://www.pciconcursos.com.br/concurso/colégio-militar-de-salvador-ba-40-vagas>> Acesso em: 27 Jun 2019.

FERRAZ, Ricardo. **Entrevista com Mário Sérgio Cortella: 'Quem não gostaria de ver excelência de escolas militares em todo o ensino?'**. 18 novembro 2018 Disponível em < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46158479?fbclid=IwAR383oRviWMFnETZKPHCQqWvLwJjw1v0g9lyPEKWsZSrFT5C2lQfrVrY9rs> > Acesso em: 21 Nov 2018.

FERREIRA, Sônia Maria Moraes. **O Protagonismo de Jovens no Ensino Médio do Colégio Militar de Salvador**: compreendendo “atos de currículo” em experiências socioculturais de formação. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2012.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir**. Nascimento da prisão. Trad. de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta. Trad. de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Trad. de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do Sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006a.

FRÔ, Maria. **Aos racistas de plantão**: como a juventude negra é assassinada e sua morte justificada por vocês. 15/02/2015, Revista Fórum. Disponível em <http://www.revistaforum.com.br/mariafro/2015/02/27/aos-racistas-de-plantao-como-juventude-negra-e-assassinada-e-sua-morte-justificada-por-voce>> Acesso em: 03 abr. 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GEERTZ, Clifford. Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura. In: \_\_\_\_\_. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. Cap. 1, p. 13-41.

GOUVÊA, Fernando César Ferreira; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de & SALES, Sandra Regina. (Org). **Educação e relações étnico-raciais**: entre diálogos contemporâneos e políticas públicas / organização. - 1. ed. - Petrópolis, RJ: De Petrus et Alii; Brasília, DF: CAPES, 2014.

G1. **DATAFOLHA: 30%** dos brasileiros dizem ter sofrido preconceito por causa da classe social. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/16/datafolha-30-dos-brasileiros-dizem-ter-sofrido-preconceito-por-causa-da-classe-social.gh.html>> Acesso em: 27 Jun 2019.

IFBA. **Edital de abertura de inscrição do processo seletivo IFBA 2019 - Cursos Técnicos – Forma Integrada**. Disponível em: <[https://portal.ifba.edu.br/processos-eletivo2019/arquivos/pdfs/integrado/edital\\_prosel-2019\\_forma-integrada-rev03.pdf](https://portal.ifba.edu.br/processos-eletivo2019/arquivos/pdfs/integrado/edital_prosel-2019_forma-integrada-rev03.pdf)> Acesso em 26 Jun 2019.

JESUS, Andréa Reis de. **Colégio Estadual da Polícia Militar da Bahia: formando brasileiros e soldados (1957-1972)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

JESUS, Andrea Reis de. **O Colégio da Polícia Militar da Bahia e a Força das Tradições (1957-1972)**. XXIX Simpósio de História Nacional. Contra os preconceitos: História e democracia. Disponível em: [https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502742388\\_ARQUIVO\\_ColegiodaPoliciaMilitardaBahia.pdf](https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502742388_ARQUIVO_ColegiodaPoliciaMilitardaBahia.pdf)> Acesso em: 18 Ago. 2018.

JULIA, Dominique. **A Cultura Escolar como Objeto Histórico**. Revista brasileira de história da educação. São Paulo, nº1, p. 9-39, janeiro/jun, 2001.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar: a pedagogia do armário**. In: SILVA, Fabiane Ferreira da & MELLO, Elena Maria Billig (orgs).Corpos, gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais na Educação. Uruguaiana, RS: UNIPAMPA, 2011.

LAVELBERG, Catarina. **Violência na escola: O currículo pode ser um recurso potente para encarar esse tema difícil e promover ações concretas com os alunos**. Nova Escola. 01 de agosto de 2012. Disponível em< <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/317/violencia-na-escola>> Acesso em 21 Jun 2019.

LDB: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018.

LIBÂNEO, José Carlos. **As Teorias Pedagógicas Modernas Resignificadas pelo debate Contemporâneo na Educação**. Disponível em: <https://www.fclar.unesp.br/Home/Graduacao/Espacodoaluno/PET-programadeEducacaoTutorial/Pedagogia/capitulo-libaneo.pdf> Acesso em: 13 Mar. 2019.

LIMA, Maria Nazaré Mota de. (org). **Escola plural: a diversidade está na sala: formação de professores/as em história e cultura afro-brasileira e africana**. 3. ed, São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, 2012

LOURO, Guacira Lopes. (Org). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Segredos e mentiras do currículo**. Sexualidade e gênero nas práticas escolares. In: LOURO, Guacira Lopes. Currículo, Gênero e Sexualidade. Porto: Porto editora LDA, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LUCHETTI, Maria Salute Rossi. **O ensino no exército brasileiro: histórico, quadro atual e reforma**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2006.

MACEDO, Roberto Sidnei. **A etnopesquisa crítica e multirreferencial nas ciências humanas e na educação**. Salvador: EDUFBA, 2000.

MENEZES, Denise Brasil. **A Importância da Disciplina existente no Colégio Militar em Goiás como fator de redução da Violação dos Direitos Humanos**. Proposta do Pré-projeto de pesquisa-intervenção (monografia)– Universidade de Brasília, EF, 2015.

MILANEZ, Milton. **A disciplinaridade dos corpos**: o sentido em revista. In: SARGENTIN, Vanice e NAVARRO-BARBOSA, Pedro. **Foucault e os domínios da Linguagem**: discurso, poder, subjetividade. São Carlos, SP: Claraluz, 2004. p. 183-200.

NOGUEIRA, Jefferson Gomes. **Educação Militar No Brasil**: Um breve histórico. Revista CAMINE: Caminhos da Educação, Franca, v. 6, n. 1, 2014. Disponível em <<https://ojs.franca.unesp.br/index.php/caminhos/article/view/1052>> Acesso em: 01 dez 2017.

OLIVEIRA, Ana Flávia Ferreira de Brito. **Orientações do Componente Curricular Instrução Militar**. Salvador: PMBA/CPM, 2018.

PELEGRINO, Ana Paula. **Por que matamos tantos jovens negros no Brasil?** Carta Capital 15 de janeiro de 2015,. Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/por-que-matamos-tantos-jovens-negros-no-brasil-2387.html>> Acesso em: 03 abr. 2016.

PERALVA, Angelina Teixeira. **O jovem como modelo cultural**. Revista brasileira de Educação, n 5, mai./jun./jul./ago. n 6, set./out./nov./dez., 1997.

PEREIRA, Amilcar Araujo. (Org). **Educação das relações étnico-raciais no Brasil**: trabalhando com histórias e culturas africanas e afro-brasileiras nas salas de aula. Brasília: Fundação Vale, 2014.

PINEDA, Silvana Schuler. **O Casarão da várzea visto por dentro**: trajetórias escolares de alunos do Colégio Militar de Porto Alegre. Disponível em: <http://www.academicoo.com/artigo/o-casarao-da-varzea-visto-por-dentro-trajetorias-escolares-de-alunos-do-colegio-militar-de-porto-alegre>, Acesso em: 30/07/2010.

PMBA. **Diretriz Educacional Nº 001**, de 15 de Janeiro de 2016.

PMBA. **Diretriz Geral de Ensino 2012-2015**, de 30 de julho de 2012 (DGE 2012-2015).

PMBA. **Lei 7.990/2001**. Estatuto da Polícia Militar da Bahia.

PMBA. **Regulamento Disciplina da Rede CPM**. Disponível em:<[http://www.pm.ba.gov.br/index.php?view=article&catid=192%3Ainstitucional&id=2552%3Ardcpm&format=pdf&option=com\\_content&Itemid=714](http://www.pm.ba.gov.br/index.php?view=article&catid=192%3Ainstitucional&id=2552%3Ardcpm&format=pdf&option=com_content&Itemid=714)> Acesso em: 30 Mai 2019.

PMBA/SUBCOMANDO/**BGO Nº 060**, DE 30 MAR. 2016.

PUTTI, Alexandre. “**Ele não**”, protesta aluna de colégio militar homenageada pelo governo. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/ele-nao-protesta-aluna-de-colegio-militar-homenageada-pelo-governo/>> Acesso em 26 Jun 2019.

QUEIROZ, Cássia. **As mulheres na Polícia Militar da Bahia**: nossa historia e estória! In: NETO, Jaime Pinto Ramalho (org). Mulheres na SSP-BA, 60 anos de historia e trajetória. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 2017.

Redação Se liga Alagoinhas com Alta Pressão. **Com integração do Polivalente, CPM Alagoinhas abre 480 vagas novas vagas para 2018**. 18 Jan. 18. Disponível em <<https://www.seligaalagoinhas.com.br/2018/01/18/com-integracao-dopolivalente-cpm-alagoinhas-abre-480-novas-vagas-para-2018/>> Acesso em: 13 Jun 19.

RIBEIRO, Solange Lucas. **Espaço escolar**: um elemento (in) visível no currículo. *Sitientibus*. Feira de Santana nº 31, jul./dez. 2004. pp. 103 – 118.

RIBEIRO, Luiz. **Menina é espancada até a morte durante o recreio em MG**. Disponível em: < <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2019/04/menina-morta-recreio-escola-de-mg.html>> Acesso em: 15 Mai 2019.

ROCHA, Gilmar; TOSTA, Sandra Pereira. **Antropologia & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. (Coleção Temas & Educação: 10).

RODRIGUES, Fernando da Silva. **Uma carreira**: as formas de acesso à Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro no período de 1905 a 1946. 2008. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS, Miriam de Oliveira. **Berço de heróis**: o papel das escolas militares na formação de “salvadores da pátria”. São Paulo: Annablume, 2004.

SANTOS, Raimunda Delfino dos. **A Genealogia dos Regimentos Internos do Colégio da Polícia Militar de Goiânia**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras, 2010.

SEC/NTE-26/ Colégio Estadual Edvaldo Brandão Correia. **Carta Aberta**. Disponível em:<https://www.aplbsindicato.org.br/wp-content/uploads/2019/04/Carta-Aberta.29.03.pdf>. Acesso em 05 Jun 2019.

SILVA, Fabiane F. da; MELLO, Elena M. B. (orgs). **Corpos, gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais na Educação**. Uruguaiana, RS: UNIPAMPA, 2011.

SOARES, Carmem (org.). **Imagens da educação no corpo**. 2. ed. Campinas: São Paulo: Autores Associados, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOUZA, Ramon Queiroz. **Disciplina Militar:** como os alunos percebem o ensino e aprendizagem no Colégio Da Polícia Militar De Vitória Da Conquista-BA. In: XXIVº Ciclo de Estudos Históricos: Ofícios e Práticas do Profissional de História. Caderno De Resumos. Ilhéus-BA: UESC/DFCH, 21 a 23 de agosto de 2013.

TENENTE, Luiza & FAJARDO, Vanessa. **Brasil é o nº 1 no ranking da violência contra professores: entenda os dados e o que se sabe sobre o tema.** Disponível em: [https://g1.globo.com/educacao/noticia/brasil-e-1-no-ranking-da-violencia-contraprofessores-entenda-os-dados-e-o-que-se-sabe-sobre-o-tema.ghtml?fbclid=IwAR1u2OIMRoPXJpJ414Uv0fRF9y0x3YTKSEoVuVdfm2fLSM91\\_xra-2Ha\\_4](https://g1.globo.com/educacao/noticia/brasil-e-1-no-ranking-da-violencia-contraprofessores-entenda-os-dados-e-o-que-se-sabe-sobre-o-tema.ghtml?fbclid=IwAR1u2OIMRoPXJpJ414Uv0fRF9y0x3YTKSEoVuVdfm2fLSM91_xra-2Ha_4)Acesso em: 10 Jun 2019.

VEIGA, João M. **“Militarização” da escola pública.** Solução?: entrevista com com a Profa. Virginia Maria Pereira de Melo coordenadora do FEE-Goiás. 03 Ago 2015. *Disponível em:* < <http://www.anped.org.br/news/militarizacao-de-escolas-publicas-solucao>> Acesso em: 26 Jun 2019

## ANEXOS

### ANEXO 01 – UNIFORMES DA CPM

#### Uniformes de atividade física

##### Uniforme 26 ºa



**Posse-** Aluno do CPM.

**Composição-** Blusão azul marinho em tactel com identificação. Bandeira da Bahia bordada na manga do lado direito e o Brasão do CPM no peito do lado esquerdo. Calça azul marinho em tactel. Camiseta branca meia manga. Meia brancas. Tênis preto.

**Uso-** Competições esportivas

- Formatura de caráter esportivo, sendo com ou sem blusão do agasalho
- Facultativo aos instrutores e monitores de Educação Física, porém substituindo a camisa meia manga pela meia manga especial.



**Posse-** Aluno do CPM.

**Composição-** Camisa malha meia manga branca com identificação, tipo de sangue e faixa. Calção de nylon azul royal (masculino e feminino). Mini Blusa (Top) azul royal feminino m (feminino). Short azul royal em malha elástica (masculino e feminino). Meias brancas. Tênis preto.

**Uso-** Competições esportivas.

- Formatura de caráter esportivo, sendo com ou sem blusão do agasalho.
- Facultativo aos instrutores e monitores de Educação Física, porém substituindo a camisa especial.

#### Uniformes de atividades internas ou administrativas

##### Uniforme 24º



**Posse-** Aluno do CPM

**Composição-** Boina azul. Camisa azul celeste meia manga. Bandeira da Bahia bordada na manga do lado direito e o Brasão do CPM na manga do lado esquerdo. Divisas de série na duas mangas da camisa. Camiseta malha meia manga com identificação. Calça azul (masculino) ou saia azul (feminino). Cinto azul marinho. **Meias pretas (masculino) ou meia calça cor da pele (feminino).** (grifo meu) Coturno preto.

**Uso -** Formaturas e desfiles no âmbito da PMBA. Atividades externas.

##### Uniforme 25º



**Posse-** Aluno do CPM

**Composição -** Boina azul. Camisa cáqui clara meia manga. Camiseta malha meia manga com identificação. Bandeira da Bahia bordada na manga do lado direito e o Brasão do CPM na manga do lado esquerdo. Divisas de série na duas mangas da camisa. Calça cáqui (masculino) ou saia bege (feminino). Cinto azul marinho.

**Meias pretas (masculino) ou meia calça cor da pele (feminino).** (grifo meu)

Sapatos pretos.

**Uso-** Atividades internas.

#### Uniformes de atividades de representação e solenidades



### Uniforme 23º

**Posse-** Aluno do CPM.

**Composição-** Boina azul. Cachecol azul (feminino). Túnica branca. Bandeira da Bahia bordada na manga do lado direito e o Brasão do CPM na manga do lado esquerdo. Camiseta malha meia manga com identificação.

Calça azul (masculino) ou saia azul (feminino). Cinto vermelho frisado CPM (masculino). Cinto azul marinho. Meias pretas (masculino) ou meia calça cor da pele (feminino). Sapatos pretos.

**Uso-** Atos sociais, reuniões e solenidades.

**Serão usados coturnos pretos com cadarços brancos para formaturas e desfiles (masculino).**(grifo meu)

Fonte: [www.pm.ba.gov.br](http://www.pm.ba.gov.br).

Neste ano foi abolido o uso de coturno nos uniformes, conforme nota do CPM publicada no site da PMBA. Ver: [http://www.pm.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=11824:aviso-alteracao-de-uniforme-para-2019&catid=164:fast-news-cpm-alagoinhas&Itemid=732](http://www.pm.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=11824:aviso-alteracao-de-uniforme-para-2019&catid=164:fast-news-cpm-alagoinhas&Itemid=732). 28 Dez 2018

## ANEXO 02 – RECEITA PARA FUNCIONAMENTO DE UNIDADE ESCOLAR

**Quadro 1 – Receita e Investimento com Funcionamento**

| <b>RECEITAS 2017</b>   |  |                          |             |                      |
|--|--|--------------------------|-------------|----------------------|
| <b>FUNCIONAMENTO DA UNIDADE ESCOLAR</b>                                  |  |                          |             |                      |
| <b>SALDO INICIAL PARA FUNCIONAMENTO DA UNIDADE ESCOLAR R\$ 82.701,01</b> |  |                          |             |                      |
| <b>FAED/MANUTENÇÃO</b>   |  |                          |             |                      |
| <b>Saldo inicial</b>   |  |                          |             | <b>R\$ 11.968,92</b> |
| <b>Subprograma</b>   | <b>Finalidade</b>  | <b>Nº ordem bancária</b> | <b>Data</b> | <b>Valor em r\$</b>  |
| --   | Rendimento de aplicação financeira                                     |                          | 31/01/2017  | 81,16                |
| FAED jornada pedagógica  | Aquisição de lanches, material de expediente e material de consumo par | 116010001170000001-5     | 06/02/2017  | 1.500,00             |
| --   | Rendimento de aplicação financeira                                     |                          | 24/02/2017  | 44,90                |
| FAED manutenção/educação básica  | Manutenção, conservação, aquisição de material de consumo e outros (4ª | 116010001160000838-1     | 10/04/2017  | 1.500,00             |
| FAED alimentação escolar/ PROEMI   | Alimentação escolar (1ª parcela 2017)                                  | 116010001170000192-5     | 27/06/2017  | 720,00               |
| FAED manutenção/educação básica  | Manutenção, conservação, aquisição de material de consumo e outros (2ª | 116010001170000204-2     | 27/06/2017  | 3.000,00             |
| FAED manutenção/educação básica  | Manutenção, conservação, aquisição de material de consumo e outros (1ª | 116010001170000205-0     | 06/07/2017  | 3.000,00             |
| Total recebido no ano R\$ 9.846,06                                       |  |                          |             |                      |
| Total investido no ano R\$ 14.857,64                                     |  |                          |             |                      |
| <b>Saldo disponível no ano</b>   |  |                          |             | <b>R\$ 6.957,3</b>   |
| <b>PDDE/CAIXA ESCOLAR</b>  |  |                          |             |                      |
| <b>Saldo inicial</b>   |  |                          |             | <b>R\$ 8.847,02</b>  |
| <b>Subprograma</b>   | <b>Finalidade</b>  | <b>Nº ordem bancária</b> | <b>Data</b> | <b>Valor em r\$</b>  |
| --   | Rendimento de aplicação financeira                                     | --                       | 31/01/2017  | 64,43                |
| --   | Rendimento de aplicação financeira                                     | --                       | 24/02/2017  | 29,68                |
| PDDE educação básica   | Aquisição de material permanente (1ª parcela 2017).                    | 812279                   | 30/06/2017  | 1.276,00             |
| PDDE educação básica   | Manutenção, conservação, aquisição de material de consumo e outros (1ª | 812279                   | 30/06/2017  | 5.104,00             |
| Total recebido no ano R\$ 6.474,11                                       |  |                          |             |                      |
| Total investido no ano R\$ 4.728,00                                      |  |                          |             |                      |
| <b>Saldo disponível no ano</b>   |  |                          |             | <b>R\$ 10.593,13</b> |
| <b>PDDE/MAIS EDUCAÇÃO/TEMPO INTEGRAL</b>                                 |  |                          |             |                      |
| <b>Saldo inicial</b>   |  |                          |             | <b>R\$ 50.570,41</b> |
| <b>Subprograma</b>   | <b>Finalidade</b>  | <b>Nº ordem bancária</b> | <b>Data</b> | <b>Valor em r\$</b>  |
| --   | Rendimento de aplicação financeira                                     | --                       | 31/01/2017  | 138,95               |
| --   | Rendimento de aplicação financeira                                     | --                       | 24/02/2017  | 110,51               |
| Total recebido no ano R\$ 249,46   |  |                          |             |                      |
| Total investido no ano R\$ 0,00  |  |                          |             |                      |
| <b>Saldo disponível no ano</b>   |  |                          |             | <b>R\$ 50.819,87</b> |
| <b>PDDE/PDE</b>  |  |                          |             |                      |
| <b>Saldo inicial</b>   |  |                          |             | <b>R\$ 0,35</b>      |

| Subprograma  | Finalidade   | Nº ordem bancária | Data       | Valor em r\$ |
|--|--|-------------------|------------|--------------|
| Não houve liberação de recursos para este programa no período.                         |  |                   |            |              |
| Total recebido no ano R\$ 0,00   |  |                   |            |              |
| Total investido no ano R\$ 0,00  |  |                   |            |              |
| <b>Saldo disponível no ano R\$ 0,35</b>  |  |                   |            |              |
| <b>PDDE/QUALIDADE</b>  |  |                   |            |              |
| <b>Saldo inicial R\$ 2.818,94</b>  |  |                   |            |              |
| Subprograma  | Finalidade   | Nº ordem bancária | Data       | Valor em r\$ |
| --   | Rendimento de aplicação financeira                                     | --                | 31/01/2017 | 20,48        |
| --   | Rendimento de aplicação financeira                                     | --                | 24/02/2017 | 16,29        |
| PDDE - ensino médio inovador   | Aquisição de material permanente 1ª parcela 2016                       | 805707            | 19/04/2017 | 5.400,00     |
| PDDE - ensino médio inovador   | Consultar resolução/cd/fnde nº 31 de 22/07/13, art.3º, §2º. 1ª parcela | 805707            | 19/04/2017 | 12.600,00    |
| Total recebido no ano R\$ 18.036,77  |  |                   |            |              |
| Total investido no ano R\$ 3.300,00  |  |                   |            |              |
| <b>Saldo disponível no ano R\$ 17.555,71</b>   |  |                   |            |              |
| <b>Total de recursos recebidos para funcionamento da unidade escolar R\$ 34.606,40</b> |  |                   |            |              |
| <b>Total investido para funcionamento da unidade escolar R\$ 22.885,64</b>             |  |                   |            |              |
| <b>Saldo disponível para funcionamento da unidade escolar R\$ 94.421,77</b>            |  |                   |            |              |

Fonte: <<http://escolas.educacao.ba.gov.br/node/13001>> Acesso em: 02 ago 2017.

#### Quadro 2 – Receita e Investimento com Alimentação Escolar - CPM

| <b>ALIMENTAÇÃO ESCOLAR</b>                                  |                                       |                      |            |              |
|---|---------------------------------------|----------------------|------------|--------------|
| <b>SALDO INICIAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR R\$ -1.747,69</b> |                                       |                      |            |              |
| <b>PNAE/MAIS EDUCAÇÃO</b>                                   |                                       |                      |            |              |
| <b>Saldo inicial R\$ 3.861,57</b>                           |                                       |                      |            |              |
| Subprograma   | Finalidade                            | Nº ordem bancária    | Data       | Valor em r\$ |
| --  | Rendimento de aplicação financeira    | --                   | 31/01/2017 | 28,14        |
| --  | Rendimento de aplicação financeira    | --                   | 24/02/2017 | 22,38        |
| FAED alimentação escolar/ mais educação                     | Alimentação escolar (1ª parcela 2017) | 116010001170000063-5 | 26/04/2017 | 3.550,00     |
| FAED alimentação escolar/ mais educação                     | Alimentação escolar (2ª parcela 2017) | 116010001170000089-9 | 15/05/2017 | 3.550,00     |
| FAED alimentação escolar/ mais educação                     | Alimentação escolar (3ª parcela 2017) | 116010001170000088-0 | 19/05/2017 | 3.550,00     |
| FAED alimentação escolar/ mais educação                     | Alimentação escolar (4ª parcela 2017) | 116010001170000165-8 | 22/06/2017 | 3.550,00     |
| Total recebido no ano                                       |                                       |                      |            | R\$          |
| 14.250,52   |                                       |                      |            |              |
| Total investido no ano                                      |                                       |                      |            | R\$ 0,00     |
| <b>Saldo disponível no ano</b>                              |                                       |                      |            | <b>R\$</b>   |
| <b>18.112,09</b>  |                                       |                      |            |              |
| <b>PNAE/REGULAR E EJA</b>                                   |                                       |                      |            |              |
| <b>Saldo inicial R\$ -515,89</b>                            |                                       |                      |            |              |
| Subprograma   | Finalidade                            | Nº ordem bancária    | Data       | Valor em r\$ |
| --  | Rendimento de aplicação financeira    | --                   | 31/01/2017 | 21,03        |
| --  | Rendimento de aplicação financeira    | --                   | 24/02/2017 | 16,17        |

|   |                                       |                      |            |            |
|---|---------------------------------------|----------------------|------------|------------|
| FAED alimentação escolar/médio PNAEM                                  | Alimentação escolar (1ª parcela 2017) | 116010001170000015-5 | 17/03/2017 | 1.476,00   |
| FAED alimentação escolar/fundamental PNAEF                            | Alimentação escolar (1ª parcela 2017) | 116010001170000009-0 | 17/03/2017 | 2.757,60   |
| --  | Rendimento de aplicação financeira    | --                   | 31/03/2017 | 14,98      |
| --  | Rendimento de aplicação financeira    | --                   | 28/04/2017 | 21,64      |
| FAED alimentação escolar/médio PNAEM                                  | Alimentação escolar (2ª parcela 2017) | 116010001170000052-1 | 04/05/2017 | 1.476,00   |
| FAED alimentação escolar/fundamental PNAEF                            | Alimentação escolar (2ª parcela 2017) | 116010001170000050-3 | 05/05/2017 | 2.757,60   |
| FAED alimentação escolar/fundamental PNAEF                            | Alimentação escolar (3ª parcela 2017) | 116010001170000006-2 | 24/05/2017 | 2.757,60   |
| FAED alimentação escolar/médio PNAEM                                  | Alimentação escolar (3ª parcela 2017) | 116010001170000003-8 | 24/05/2017 | 1.476,00   |
| --  | Rendimento de aplicação financeira    | --                   | 31/05/2017 | 22,67      |
| FAED alimentação escolar/fundamental PNAEF                            | Alimentação escolar (4ª parcela 2017) | 116010001170000069-0 | 19/06/2017 | 2.757,60   |
| FAED alimentação escolar/médio PNAEM                                  | Alimentação escolar (4ª parcela 2017) | 116010001170000090-9 | 22/06/2017 | 1.476,00   |
| --  | Rendimento de aplicação financeira    | --                   | 30/06/2017 | 21,49      |
| Total recebido no ano R\$ 17.052,38                                   |                                       |                      |            |            |
| Total investido no ano R\$ 19.131,12                                  |                                       |                      |            |            |
| Saldo disponível no ano R\$ -2.594,63                                 |                                       |                      |            |            |
| Total de recursos recebidos para alimentação escolar R\$ 31.302,90    |                                       |                      |            |            |
| Total investido para alimentação escolar R\$ 19.131,12                |                                       |                      |            |            |
| <b>Saldo disponível para alimentação escolar R\$ 10.424,09</b>        |                                       |                      |            |            |
| <b>Total de recursos recebidos no ano em exercício* R\$ 65.909,30</b> |                                       |                      |            |            |
| <b>(+) receita total no ano em exercício**</b>                        |                                       |                      |            | <b>R\$</b> |
| 146.862,62  |                                       |                      |            |            |
| <b>(-) investimento total no ano em exercício***</b>                  |                                       |                      |            |            |
| R\$ 42.016,76   |                                       |                      |            |            |
| <b>(=) saldo disponível no ano em exercício****</b>                   |                                       |                      |            | <b>R\$</b> |
| 104.845,86  |                                       |                      |            |            |

Fonte: <<http://escolas.educacao.ba.gov.br/node/13001>> Acesso em: 02 ago 2017.

### Quadro 3 – Receita e Investimento com Funcionamento - CEPA

| FUNCIONAMENTO DA UNIDADE ESCOLAR  |   |                      |            |              |
|---|---|----------------------|------------|--------------|
| <b>Saldo inicial para funcionamento da unidade escolar R\$ -15.779,43</b> |   |                      |            |              |
| FAED/MANUTENÇÃO   |   |                      |            |              |
| <b>Saldo inicial R\$ 494,33</b>   |   |                      |            |              |
| Subprograma   | Finalidade  | Nº Ordem bancária    | Data       | Valor em R\$ |
| FAED jornada pedagógica   | Aquisição de lanches, material de expediente e material de consumo par  | 116010001170000001-5 | 06/02/2017 | 1.500,00     |
| FAED alimentação escolar/tempo integral                                   | Alimentação escolar (1ª parcela 2017)                                   | 116010001170000027-9 | 28/03/2017 | 780,00       |
| FAED manutenção/educação básica   | Manutenção, conservação, aquisição de material de consumo e outros (4ª) | 116010001160000838-1 | 10/04/2017 | 3.000,00     |
| FAED matrícula  | Repasse especial para digitador de matrícula (rp - 2016).               | 116010001160000830-4 | 10/04/2017 | 800,00       |
| FAED manutenção/educação básica   | Manutenção, conservação, aquisição de material de consumo e outros (1ª) | 116010001170000049-1 | 25/04/2017 | 4.000,00     |
| FAED manutenção/tempo integral  | Manutenção, conservação, aquisição de material de consumo e outros (1ª) | 116010001170000053-8 | 08/05/2017 | 4.000,00     |

|   |   |                          |             |                     |
|---|---|--------------------------|-------------|---------------------|
| FAED alimentação escolar/<br>tempo integral                                     | Alimentação escolar (2ª parcela<br>2017)                                      | 116010001170000084-<br>8 | 15/05/2017  | 1.780,00            |
| FAED alimentação escolar/<br>tempo integral                                     | Alimentação escolar (3ª parcela<br>2017)                                      | 116010001170000101-<br>1 | 26/05/2017  | 1.780,00            |
| FAED alimentação escolar/<br>tempo integral                                     | Alimentação escolar (4ª parcela<br>2017)                                      | 116010001170000191-<br>7 | 27/06/2017  | 1.780,00            |
| FAED<br>manutenção/educação<br>básica   | Manutenção, conservação,<br>aquisição de material de consumo<br>e outros (2ª) | 116010001170000204-<br>2 | 27/06/2017  | 4.000,00            |
| FAED manutenção/tempo<br>integral   | Manutenção, conservação,<br>aquisição de material de consumo<br>e outros (1ª) | 116010001170000211-<br>5 | 06/07/2017  | 4.000,00            |
| Total recebido no ano R\$ 27.420,00   |   |                          |             |                     |
| Total investido no ano R\$ 12.674,40  |   |                          |             |                     |
| <b>Saldo disponível no ano R\$ 15.239,93</b>                                    |   |                          |             |                     |
| <b>PDDE/CAIXA ESCOLAR</b>   |   |                          |             |                     |
| Saldo inicial R\$ 2.955,64  |   |                          |             |                     |
| <b>Subprograma</b>  | <b>Finalidade</b>   | <b>Nº Ordem bancária</b> | <b>Data</b> | <b>Valor em r\$</b> |
| Não houve liberação de recursos para este programa no período.                  |   |                          |             |                     |
| Total recebido no ano R\$ 0,00  |   |                          |             |                     |
| Total investido no ano R\$ 0,00   |   |                          |             |                     |
| Saldo disponível no ano R\$ 2.955,64  |   |                          |             |                     |
| <b>PDDE/MAIS EDUCAÇÃO/TEMPO INTEGRAL</b>  |   |                          |             |                     |
| Saldo inicial R\$ 2.404,68  |   |                          |             |                     |
| <b>Subprograma</b>  | <b>Finalidade</b>   | <b>Nº Ordem bancária</b> | <b>Data</b> | <b>Valor em r\$</b> |
| Não houve liberação de recursos para este programa no período.                  |   |                          |             |                     |
| Total recebido no ano R\$ 0,00  |   |                          |             |                     |
| Total investido no ano R\$ 0,00   |   |                          |             |                     |
| Saldo disponível no ano R\$ 2.404,68  |   |                          |             |                     |
| <b>PDDE/QUALIDADE</b>   |   |                          |             |                     |
| Saldo inicial R\$ 0,00  |   |                          |             |                     |
| <b>Subprograma</b>  | <b>Finalidade</b>   | <b>Nº Ordem bancária</b> | <b>Data</b> | <b>Valor em r\$</b> |
| PDDE - ensino médio<br>inovador   | Aquisição de material<br>permanente 1ª parcela 2016                           | 805707                   | 19/04/2017  | 10.080,00           |
| PDDE - ensino médio<br>inovador   | Consultar resolução/cd/fnde nº 31<br>de 22/07/13, art.3º, §2º. 1ª<br>parcela  | 805707                   | 19/04/2017  | 23.520,00           |
| Total recebido no ano R\$ 33.600,00   |   |                          |             |                     |
| Total investido no ano R\$ 0,00   |   |                          |             |                     |
| Saldo disponível no ano R\$ 33.600,00   |   |                          |             |                     |
| Total de recursos recebidos para funcionamento da unidade escolar R\$ 61.020,00 |   |                          |             |                     |
| Total investido para funcionamento da unidade escolar R\$ 12.674,40             |   |                          |             |                     |
| <b>Saldo disponível para funcionamento da unidade escolar R\$ 32.566,17</b>     |   |                          |             |                     |

Fonte: <<http://escolas.educacao.ba.gov.br/node/12274>> Acesso em: 02 ago 2017.

#### Quadro 4 – Receita e Investimento com Alimentação Escolar - CEPA

|  |                   |                          |             |                     |
|--|-------------------|--------------------------|-------------|---------------------|
| <b>ALIMENTAÇÃO ESCOLAR</b>                                     |                   |                          |             |                     |
| Saldo inicial para alimentação escolar R\$ 33.067,39           |                   |                          |             |                     |
| <b>PNAE/MAIS EDUCAÇÃO</b>                                      |                   |                          |             |                     |
| Saldo inicial R\$ 1.609,90                                     |                   |                          |             |                     |
| <b>Subprograma</b>   | <b>Finalidade</b> | <b>Nº Ordem bancária</b> | <b>Data</b> | <b>Valor em r\$</b> |
| Não houve liberação de recursos para este programa no período. |                   |                          |             |                     |
| Total recebido no ano R\$ 0,00                                 |                   |                          |             |                     |
| Total investido no ano R\$ 0,00                                |                   |                          |             |                     |
| <b>Saldo disponível no ano<br/>R\$ 1.609,90</b>                |                   |                          |             |                     |
| <b>PNAE/REGULAR E EJA</b>                                      |                   |                          |             |                     |
| Saldo inicial R\$ 6.577,44                                     |                   |                          |             |                     |
| <b>Subprograma</b>   | <b>Finalidade</b> | <b>Nº Ordem bancária</b> | <b>Data</b> | <b>Valor em r\$</b> |

|   |  |                      |            |          |
|---|--|----------------------|------------|----------|
| FAED alimentação escolar/<br>tempo integral médio   | Alimentação escolar (2ª parcela<br>2017) | 116010001170000048-1 | 19/04/2017 | 2.140,00 |
| FAED alimentação escolar/<br>médio PNAEM  | Alimentação escolar (2ª parcela<br>2017) | 116010001170000052-1 | 04/05/2017 | 3.088,80 |
| FAED alimentação escolar/<br>PNAE EJA   | Alimentação escolar (1ª parcela<br>2017) | 116010001170000077-5 | 05/05/2017 | 1.670,40 |
| FAED alimentação escolar/<br>tempo integral médio   | Alimentação escolar (1ª parcela<br>2017) | 116010001170000076-7 | 05/05/2017 | 2.140,00 |
| FAED alimentação escolar/<br>médio PNAEM  | Alimentação escolar (1ª parcela<br>2017) | 116010001170000075-9 | 05/05/2017 | 1.375,20 |
| FAED alimentação escolar/<br>PNAE EJA   | Alimentação escolar (2ª parcela<br>2017) | 116010001170000051-1 | 05/05/2017 | 1.670,40 |
| FAED alimentação escolar/<br>tempo integral médio   | Alimentação escolar (3ª parcela<br>2017) | 116010001170000087-2 | 19/05/2017 | 2.140,00 |
| FAED alimentação escolar/<br>PNAE EJA   | Alimentação escolar (3ª parcela<br>2017) | 116010001170000102-1 | 19/05/2017 | 1.670,40 |
| FAED alimentação escolar/<br>médio PNAEM  | Alimentação escolar (3ª parcela<br>2017) | 116010001170000103-8 | 24/05/2017 | 3.088,80 |
| FAED alimentação escolar/<br>tempo integral médio   | Alimentação escolar (4ª parcela<br>2017) | 116010001170000173-9 | 22/06/2017 | 2.140,00 |
| FAED alimentação escolar/<br>médio PNAEM  | Alimentação escolar (4ª parcela<br>2017) | 116010001170000190-9 | 22/06/2017 | 3.088,80 |
| FAED alimentação escolar/<br>PNAE EJA   | Alimentação escolar (4ª parcela<br>2017) | 116010001170000184-4 | 22/06/2017 | 1.670,40 |
| Total recebido no ano R\$ 25.883,20   |  |                      |            |          |
| Total investido no ano R\$ 22.100,78  |  |                      |            |          |
| Saldo disponível no ano R\$ 10.359,86   |  |                      |            |          |
| Total de recursos recebidos para alimentação escolar R\$ 25.883,20  |  |                      |            |          |
| Total investido para alimentação escolar R\$ 22.100,78  |  |                      |            |          |
| Saldo disponível para alimentação escolar R\$ 36.849,81   |  |                      |            |          |
| Total de recursos recebidos no ano em exercício* R\$ 86.903,20  |  |                      |            |          |
| (+) receita total no ano em exercício** R\$ 104.191,16  |  |                      |            |          |
| (-) investimento total no ano em exercício*** R\$ 34.775,18   |  |                      |            |          |
| (=) saldo disponível no ano em exercício**** R\$ 69.415,98  |  |                      |            |          |
| * o total de recursos recebidos no ano em exercício = total de recursos recebidos para funcionamento da unidade escolar + total de recursos recebidos para alimentação escolar. |  |                      |            |          |
| ** receita total no ano em exercício = saldo inicial total + total de recursos recebidos no ano em exercício.   |  |                      |            |          |
| *** investimento total no ano em exercício = total investido para funcionamento da unidade escolar + total investido para alimentação escolar.                                  |  |                      |            |          |
| **** saldo disponível no ano em exercício = receita total no ano em exercício - investimento total no ano em exercício.   |  |                      |            |          |

Fonte: <<http://escolas.educacao.ba.gov.br/node/12274>> Acesso em: 02 ago 2017.

## ANEXO 03 – MATRIZ CURRICULAR UNIFICADA DO ENSINO MÉDIO.



**GOVERNO DA BAHIA**  
**SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**  
**COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR**  
**MATRIZ CURRICULAR UNIFICADA DO ENSINO MÉDIO**  
**APROFUNDAMENTO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS**

| Dias Letivos: 200           |  | Semanas Letivas: 40 |             | Dias Semanais: 05 |             | Aula: 45 minutos |             | Nº de H/aula/dia: 06 |             |
|-----------------------------|--|---------------------|-------------|-------------------|-------------|------------------|-------------|----------------------|-------------|
| Área de Conhecimento        | Componente Curricular                    | 1ª. série           |             | 2ª. Série         |             | 3ª. série        |             | C. H. Total          |             |
|                             |  | Nº h/a.             | C.H. Anual  | Nº h/a.           | C.H. Anual  | Nº h/a.          | C.H. Anual  |                      |             |
| <b>BASE NACIONAL COMUM</b>  | Linguagens e suas Tecnologias            | Língua Portuguesa   | 02          | 80                | 02          | 80               | 02          | 80                   | 240         |
|                             |  | Língua Inglesa      | 01          | 40                | 01          | 40               | 01          | 40                   | 120         |
|                             |  | Educação Física     | 01          | 40                | 01          | 40               | 01          | 40                   | 120         |
|                             |  | Arte                | 01          | 40                | 01          | 40               | 01          | 40                   | 120         |
|                             | Matemática e suas Tecnologias            | Matemática          | 03          | 120               | 03          | 120              | 03          | 120                  | 360         |
|                             | Ciências da Natureza, e suas Tecnologias | Física              | 02          | 80                | 02          | 80               | 02          | 80                   | 240         |
|                             |  | Química             | 02          | 80                | 02          | 80               | 02          | 80                   | 240         |
|                             |  | Biologia            | 02          | 80                | 02          | 80               | 02          | 80                   | 240         |
|                             | Ciências Humanas e suas Tecnologias      | História            | 01          | 40                | 01          | 40               | 01          | 40                   | 120         |
|                             |  | Geografia           | 01          | 40                | 01          | 40               | 01          | 40                   | 120         |
|                             |  | Filosofia           | 01          | 40                | 01          | 40               | 01          | 40                   | 120         |
|                             |  | Sociologia          | 01          | 40                | 01          | 40               | 01          | 40                   | 120         |
|                             | <b>SUBTOTAL</b>                          |                     | <b>18</b>   | <b>720</b>        | <b>18</b>   | <b>720</b>       | <b>18</b>   | <b>720</b>           | <b>2160</b> |
| <b>ITINERÁRIO FORMATIVO</b> | Pesquisa Aplicada à História             |                     | 01          | 40                | 01          | 40               | 01          | 40                   | 120         |
|                             | Práticas Integradoras em História        |                     | 02          | 80                | 02          | 80               | 02          | 80                   | 240         |
|                             | História Elementar                       |                     | 01          | 40                | 01          | 40               | 01          | 40                   | 120         |
|                             | Pesquisa Aplicada à Geografia            |                     | 01          | 40                | 01          | 40               | 01          | 40                   | 120         |
|                             | Práticas Integradoras em Geografia       |                     | 02          | 80                | 02          | 80               | 02          | 80                   | 240         |
|                             | Geografia Elementar                      |                     | 01          | 40                | 01          | 40               | 01          | 40                   | 120         |
|                             | Pesquisa Aplicada à Sociologia           |                     | 01          | 40                | 01          | 40               | 01          | 40                   | 120         |
|                             | Pesquisa Aplicada à Filosofia            |                     | -           | -                 | 01          | 40               | 01          | 40                   | 80          |
|                             | Instrução Militar                        |                     | 01          | 40                | 01          | 40               | -           | -                    | 80          |
|                             | Desporto                                 |                     | 01          | 40                | 01          | 40               | -           | -                    | 80          |
|                             | Redação Científica                       |                     | 01          | 40                | -           | -                | -           | -                    | 40          |
|                             | Fundamentos Sociais do Trabalho          |                     | -           | -                 | -           | -                | 01          | 40                   | 40          |
|                             | Projeto de Vida, Filosofia e Trabalho    |                     | -           | -                 | -           | -                | 01          | 40                   | 40          |
| <b>SUBTOTAL</b>             |  | <b>12</b>           | <b>480</b>  | <b>12</b>         | <b>480</b>  | <b>12</b>        | <b>480</b>  | <b>1440</b>          |             |
| <b>TOTAL GERAL DO CURSO</b> |  | <b>30</b>           | <b>1200</b> | <b>30</b>         | <b>1200</b> | <b>30</b>        | <b>1200</b> | <b>3600</b>          |             |

Fonte: CPM/Vice-direção SEC. (2019)

## APENDICES

### APÊNDICE 01 - Questionário sobre o Ensino Médio – Alunxs CELNB.

#### UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA DIADORIM – CEGRESFE

#### QUESTIONÁRIO SOBRE O ENSINO MÉDIO – Alunos (as) CELNB

Este questionário é um instrumento de pesquisa que objetiva coletar dados e informações para a elaboração de monografia como requisito necessário para a conclusão do Curso de Especialização Gênero, Raça/etnia e sexualidades na formação de Educadores (as) com o tema poder disciplinar e as relações raciais e de gênero entre alunos do Ensino Médio. Para tanto gostaria de contar com a vossa valiosa colaboração respondendo sinceramente as questões abaixo:

**1) Em que nível da educação básica e ano/série você entrou no CLNB?**

a) \_\_\_\_\_.

**2) Qual o seu Gênero?**

a) Masculino

b) Feminino

**3) Você é filho (a) de militar?**

a) Sim

b) Não

**4) Qual a sua renda familiar?**

a) 1 a 3 salários mínimos

b) 4 a 7 salários mínimos

c) Acima de 7 salário mínimos.

**5) Em relação a COR/RAÇA (critério IBGE) como você se declara?**

a) Preto

b) Indígena

c) Branco

d) Pardo

e) Outra: Qual?

**6) Em relação a orientação sexual como você se declara?**

a) Homossexual

b) Heterossexual

c) Bissexual

d) Outra: Qual? \_\_\_\_\_

**7) Sua família é beneficiária do programa bolsa-família?**

a) Não.

b) Sim. Por quanto tempo?

**8) Usa transporte público subsidiado pelo Prefeitura Municipal ou outra entidade?**

a) Não.

b) Sim. Por quanto tempo?

**9) Como você considera o ensino no CLNB?**

a) Péssimo

b) Ruim

c) Regular

d) Bom

e) Excelente

**10) Qual é a importância da escola para seu futuro?**

a) Não possui importância

b) Pouca importância

c) Importante

d) Decisiva.

e) Não sei

**11) Qual o seu objetivo ao concluir o Ensino Médio?**

a) Fazer o ENEM e ingressar na Universidade;

b) Ter condições de concorrer às oportunidades de emprego a partir de aptidões desenvolvidas na escola como autonomia, liderança, inteligência emocional dentre outras habilidades;

c) Continuar estudando para aprovação em Concurso Público;

d) Ser empreendedor, abrindo meu próprio negócio;

e) Fazer um curso profissionalizante e trabalhar;

f) Ingressar na PMBA;

g) Ser um cidadão responsável, com valores éticos e atuar de forma crítica na sociedade;

h) Ainda não sei.

i) Outro Qual?

**12) Você já teve vontade de estudar no Colégio da Polícia Militar?**

a) Não. Por quê?

b) Sim. Por quê?

**13) Já sofreu em algum momento preconceito em razão da sua cor/raça ou gênero ou sua orientação sexual no CLNB?**

a) Não

b) Sim. Quando? Relate

**14) Presenciou alguém no CLNB sofrer preconceito por causa da cor/raça ou gênero ou orientação sexual por parte de outro (a) aluno (a), professor (a) ou funcionário?**

a) Não

b) Sim. Quando? Justifique

**15) Informe a sua data de nascimento.**

**16 - Antes de ingressar no CLNB, a escola na qual estudava era da rede:**

a) Pública ( municipal)

b) Pública (estadual)

c) Particular

d) Outra.

## APÊNDICE 02 - Questionário sobre o Ensino Médio – Alunos (as) CPM.

### UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA DIADORIM - CEGRESFE QUESTIONÁRIO SOBRE O ENSINO MÉDIO – Alunos (as) CPM

Este questionário é um instrumento de pesquisa que objetiva coletar dados e informações para a elaboração de monografia como requisito necessário para a conclusão do Curso de Especialização Gênero, Raça/etnia e sexualidades na formação de Educadores (as) com o tema poder disciplinar e as relações raciais e de gênero entre alunos do Ensino Médio. Para tanto gostaria de contar com a vossa valiosa colaboração respondendo sinceramente as questões abaixo:

**1) Em que nível da educação básica e ano/série você entrou no CPM?**

a) \_\_\_\_\_

**2) Gênero:**

- 1) Masculino
- 2) Feminino

**3) Você é filho de militar?**

- 1) Sim
- 2) Não

**3) Qual é a sua renda familiar?**

- 1) 1 a 3 salários mínimos
- 2) 4 a 7 salários mínimos
- 3) Acima de 7 salário mínimos.

**4) Em relação a COR/RAÇA como você se declara?**

- 1) Preto
- 2) Indígena
- 3) Branco
- 4) Pardo
- 5) Outra: Qual? \_\_\_\_\_

**5) Em relação a orientação sexual como você se declara?**

- 1) Homossexual
- 2) Heterossexual
- 3) Bissexual
- 5) Outra: Qual? \_\_\_\_\_

**6) A sua família é beneficiária do programa bolsa-família ou outro programa social?**

- 1) Não.
- 2) Sim. Qual?

**7) Para estudar no CPM usa transporte público subsidiado pela Prefeitura Municipal ou outra entidade?**

- 1) Não.
- 2) Sim. Por quanto tempo?

**8) Como você considera o ensino no CPM?**

- 1) Péssimo
- 2) Ruim
- 3) Regular
- 4) Bom
- 5) Excelente

**9) Qual é a importância do CPM para seu futuro?**

- 1) Não possui importância
- 2) Pouca importância
- 3) Importante
- 4) Decisiva
- 5) Não sei

**10) Qual o seu objetivo ao concluir o Ensino Médio?**

- 1) Fazer o ENEM e ingressar na Universidade;
- 2) Ter condições de concorrer às oportunidades de emprego a partir de aptidões desenvolvidas na escola como autonomia, liderança, inteligência emocional dentre outras habilidades;
- 3) Continuar estudando para aprovação em Concurso Público;
- 4) Ser empreendedor, abrindo meu próprio negócio;
- 5) Fazer um curso profissionalizante e trabalhar;
- 6) Ingressar na PMBA;
- 7) Ser um cidadão responsável, com valores éticos e atuar de forma crítica na sociedade;
- 8) Ainda não sei.
- 9) Outro Qual?

**11) Como você avalia a influência da disciplina Instrução Militar no seu currículo?**

- 1) Necessária
- 2) Desnecessária
- 3) Não sei dizer.

**12) Indique a contribuição desta disciplina para sua vida profissional.**

- 1) Insatisfatório
- 2) Regular
- 3) Bom
- 4) Ótimo

**13) Sobre o regime disciplinar do CPM, como você avalia no seu desempenho escolar?**

- 1) Necessário
- 2) Desnecessário
- 3) Atrapalha os estudos
- 4) Ajuda nos estudos
- 5) Outro. Qual?

**14) No período em que estudou no CPM sofreu em algum momento preconceito em razão da sua cor/raça ou gênero ou sua orientação sexual?**

- 1) Não
- 2) Sim. Quando? Justifique

**15) No período em que estudou no CPM presenciou alguém sofrer preconceito por causa da cor/raça ou gênero ou orientação sexual por parte de outro (a) aluno (a), professor (a) ou policial militar?**

- 1) Não
- 2) Sim. Quando? Justifique

**16) Do período em que estudou no CPM presenciou alguém ser punido disciplinarmente por agir com preconceito por cor/raça ou gênero ou orientação sexual contra outro (a) aluno, professor (a) ou policial militar?**

- 1) Não
- 2) Sim. Quando? Justifique

**17) Em sua avaliação o regime disciplinar do CPM aumenta o preconceito por cor/raça ou gênero ou orientação sexual contra outro (a) aluno, professor (a) ou policial militar?**

- 1) Não
- 2) Sim. Quando? Justifique

**18) Informe a sua data de nascimento.**

**19) Antes de ingressar no CPM a escola que estudava era da rede:**

- 1) Pública (municipal)
- 2) Pública (estadual)
- 3) Particular
- 4) Outra.

## APÊNDICE 03 – Questionário para os Professorxs do Ensino Médio – CPM.

### UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA DIADORIM – CEGRESFE

#### QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORXS DO ENSINO MÉDIO

Este questionário é um instrumento de pesquisa que objetiva coletar dados e informações para a elaboração de monografia como requisito necessário para a conclusão do Curso de Especialização Gênero, Raça/etnia e sexualidades na formação de Educadores (as) com o tema poder disciplinar e as relações raciais e de gênero entre alunos do Ensino Médio. Para tanto gostaria de contar com a vossa valiosa colaboração respondendo sinceramente as questões abaixo:

- 1) Quando começou a dar aula no CPM?
  - a)
- 2) Deu aula no Colégio Professor Carlos Rosa antes de ser administrado pela PM?
  - a) Não.
  - b) Sim. Faça um comparativo em relação ao modelo disciplinar e administrativo entre os dois Colégios indicando os pontos positivos e negativos
- 3) Qual o nível de formação de V. S<sup>a</sup>?
  - a) Graduação
  - b) Especialização
  - c) Mestrado
  - d) Doutorado
- 4) Quanto tempo V. S<sup>a</sup> tem na docência no ensino público?
  - a) 1 a 5 anos
  - b) 6 a 10 anos
  - c) 11 a 15 anos
  - d) Acima de 16 anos.
- 5) Em relação a COR/RAÇA (critério IBGE) como você se declara?
  - a) Preto
  - b) Indígena
  - c) Branco
  - d) Pardo
  - e) Outra: Qual?
- 6) Em relação a orientação sexual como você se declara?
  - a) Homossexual
  - b) Heterossexual
  - c) Bissexual
  - d) Outra: Qual?
- 7) Já participou de algum curso de aperfeiçoamento, extensão ou especialização que envolvesse os temas: Gênero, Raça/Etnia, sexualidades?
  - a) Não. Por quê?
  - b) Sim. Por quanto tempo?
- 8) V. S<sup>a</sup> conhece o Projeto Político Pedagógico do CPM Professor Carlos Rosa?
  - a) Não.
  - b) Sim.
- 9) V. S<sup>a</sup> conhece os Parâmetros Curriculares Nacionais o Ensino Médio?
  - a) Não.
  - b) Sim.
- 10) Como V. S<sup>a</sup> avalia a contribuição da disciplina militar adotada no CPM no processo ensino/aprendizado?
  - a) Não possui importância
  - b) Pouca importância
  - c) Importante
  - d) Decisiva
  - e) Não sei
  - f) Outra: Qual?
- 12) Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira são ministrados no âmbito de todo o currículo escolar?
  - a) Não. Por que?
  - b) Sim. Explique como e por meio de quais matérias esses conteúdos são ministrados
- 13) Tem domínio sobre os marcadores sociais Cor, Raça, Etnia, Sexualidades e Gênero e suas implicações nas relações sociais e no cotidiano escolar?
  - a) Não. Por quê?
  - b) Sim. Por quê?
- 14) O CPM promove reuniões com pais ou responsáveis para debater o rendimento dos alunos no Colégio e no ENEM?
  - a) Não.
  - b) Sim.
- 15) Já sofreu em algum momento preconceito em razão da sua cor/raça ou gênero ou sua orientação sexual no CPM?
  - a) Não
  - b) Sim. Quando? Justifique

**16) Presenciou algum discente no CPM sofrer preconceito por causa da cor/raça ou gênero ou orientação sexual por parte de aluno (a), professor (a) ou policial militar?**

- a) Não
- b) Sim. Quando? Opine sobre a medida adotada, se foi tomada alguma.

**17) Coloque em ordem de prioridade o que falta na Gestão Escolar para melhorar o desempenho docente?**

- a) Investimento em espaço físico (sala de aula, laboratório de informática e de ciências, auditório, biblioteca)
- b) Investimento em meios auxiliares e recursos de ensino (TV, DATASHOW, Lousa digital)
- c) Estruturar melhor o Projeto Político Pedagógico
- d) Curso de qualificação, sobretudo, em relação as questões de raça/etnia, gênero e sexualidades.
- e) Outros.

1° 2° 3° 4° 5°

**18) O ENEM tem influenciado sua prática pedagógica?**

- a) Não
- b) Sim
- c) Talvez
- d) Pouco

**19) Quais fatores levaram o CPM Professor Carlos Rosa ser destaque no ENEM em relação aos demais Colégio da rede pública estadual nos últimos oito anos?**

**11) A disciplina militar adotada no CPM Professor Carlos Rosa contribui para aumentar o preconceito de raça/etnia, gênero e sexualidades?**

- a) Não. Justifique
- b) Sim. Justifique

**20) Quais fatores levaram o CPM Professor Carlos Rosa ter um desempenho abaixo das Escolas particulares e dos Institutos Federais conforme ranking do ENEM nos últimos cinco anos?**